



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia

 **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**

DATALUTA



Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva

**SOBRE O CAMPONÊS DO SERTÃO: PRODUÇÃO DO ESPAÇO E
IDENTIDADE CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS DO
MUNICÍPIO DE GOIÁS-GO**

Presidente Prudente
2003



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia

 **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**

DATALUTA



Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva

**SOBRE O CAMPONÊS DO SERTÃO: PRODUÇÃO DO ESPAÇO E
IDENTIDADE CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS DO
MUNICÍPIO DE GOIÁS-GO**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus de Presidente Prudente, para obtenção do título de mestre em Geografia. Área de Concentração: Estudos Agrários. Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

Presidente Prudente
2003

Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva

SOBRE O CAMPONÊS DO SERTÃO: PRODUÇÃO DO ESPAÇO E
IDENTIDADE CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS DO
MUNICÍPIO DE GOIÁS-GO

Dissertação para obtenção do título de Mestre

Comissão Julgadora

Presidente e orientador - Prof. Dr. Bernardo Maçano Fernandes (UNESP)

2º examinador - Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa (UFG)
Suplente: Prof.^a. Dr.^a Martha Inês Medeiros Marques (USP)

3º examinador - Prof.^a Dr.^a Eda Góes (UNESP)
Suplente: Prof. Dr. Raul Borges Guimarães (UNESP)

Presidente Prudente, 25 de julho de 2003.

Dedicatória

A Luís Antonio Ório, agente pastoral da CPT, que metaforicamente foi um "plantador de milho". Dias antes da qualificação deste trabalho, como diria Guimarães Rosa, Luiz "ficou encantado".

Agradecimentos

Muitas dificuldades se somam na constituição de qualquer trabalho e é inevitável que algumas pessoas aglutinem-se em fazê-lo, dando a ele uma espécie de “co-autoria coletiva”. Mais do que co-autores tais pessoas são personagens reais da minha vida e aqui colocados, por diferentes motivos, afirmo que seria muito diferente sem eles.

Ao meu pai, pessoa fundamental na minha existência, por dentre outras coisas, me despertar para necessidade de sonhar. Às vezes ele me parece um personagem do livro *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel Garcia Marques, um dos “Buendia”. Um dos Aurélios, um dos Aurelianos. Mas ele é um João. No mesmo livro de Marques encontro um personagem que se parece com minha mãe, embora nele se chame Isaura. Preocupada, embora distante, forte e brava, dona Julia, primeira filha do seu Augusto, grande guerreira.

As minhas irmãs, Caroline e Mikaela, diferentes na personalidade embora identificáveis pelo sorriso. Ao meu companheiro, Rosemberg, um “monte (Berg) de rosas (Rosem)”, por estar comigo e pelos “montes” de gestos lindos de amor e atenção. E ainda, por permitir-me adentrar na sua família maior, cujas pessoas guardam lindas estórias de demonstração de amor e coragem, como sua mãe, padrasto, irmã, primos e tios.

Pelas conversas e pelos “puxões de orelha”, agradeço ao Bernardo, orientador dessa pesquisa. Pela confiança e paciência que sempre demonstrou ter e por deixar-me relativamente à vontade para no percurso de construção textual, por vezes detectado de “antropologia histórica” pelo estilo e pela escolha dos autores. Agradeço pelo rigor na correção do trabalho demonstrado, sobretudo, nas reuniões feitas e por acompanhar-me em um das visitas de campo, ao assentamento Mosquito, em Goiás.

Ao pessoal da CPT diocesana, em Goiás Velha, especialmente à Lívia com quem construí uma relação maravilhosa de amizade. Aos “gringos brasileiros” Benoix, e sua esposa Inês. Ao Agnel, “um historiador metido a filosofo”, atencioso e realista. Ao companheiro Israel e ao Frei Domingos por serem companheiros até no sorriso

Ao Jadir, pela confiança e simpatia, pelos “toques” e pelas reuniões, e principalmente por demonstrar paixão intimidade com a “coisa popular”. Por mostrar ser necessário ler e entender o camponês goiano através da literatura, além das obras indicadas

de pesquisadores goianos, enfim, pela doação de tempo e atenção e por meter a “colher de pau” no trabalho.

Aos novos amigos Dante (autor do desenho do lote do camponês) e Isabel que iniciou a correção do trabalho antes de passar a bola para Ana Paula. As duas, agradeço, pelo rigor e pelas sugestões, além da presteza. Se o trabalho me levou até estas pessoas e possibilitou nossa amizade, ele já valeu a pena.

A velha amiga Eliane Cordeira, herança boa da graduação, por sempre me fazer saber que tenho alguém com quem contar.

Ao pessoal do NERA, os de ontem e os de hoje. Um abraço especial para: Pricilla, Solange, Juliana, Gleison, Diana, Anderson e Lima.

Aos meus colegas e amigos feitos em Prudente: Luciano, Adriano, Roberto e Eda Berthocini, Maria, Valéria, Antônio (Tonhão), Clóvis, Denis, Marcelo Cherlotti, Denise, Carolina, Marcelino, Jean, Fábio e Edmilson (Maranhão).

Agradeço aos professores Antônio Nivaldo Heparhol e Rosangela Heparhol pelo carinho e receptividade dos mesmos e de seus filhos.

De 03/ 2001 à 03/2003 estive contando com uma Bolsa de Pesquisa da CAPES a qual foi de caráter fundamental para diversas finalidades associadas a este trabalho.

Agradeço à Verônica, filha dos assentados Orélio e Simone, nascida no assentamento Rancho Grande. Agradeço-lhe por ter me acompanhado durante as visitas nas parcelas, tanto no Rancho Grande como no São Sebastião da Lavrinha, sem nunca demonstrar desânimo ou cansaço, mesmo com o ardor do sol goiano. Outras companheiras, sempre mulheres, se fizeram nesta caminhada, como Neuza no assentamento Mosquito e Helena no assentamento Paraíso as quais agradeço pelas conversas e disponibilidades.

Por fim e não por último, minha gratidão aos assentados do Mosquito, Rancho Grande, Lavrinha e Paraíso estendendo aos outros assentamentos de Goiás. Orgulho-me pela oportunidade em conhecer tantas histórias inenarráveis nesse trabalho. Pelos queijos, doces, causos. Pelas galinhadas e pelos mil alqueires colhidos de carinho e simplicidade. Por ensinar que conversa a luz da lua tem serventia e que não é pecado acreditar em mandinga e, mais ainda, que bom mesmo, parafraseando o artista goiano Juraildes da Cruz, é querer “acordar com os passarinhos, cantar uma canção com o sabiá”.

[...] Tenha fé no nosso povo que ele resiste
Tenha fé no nosso povo que ele insiste
E acorda novo, forte, alegre, cheio de paixão!
Tenha fé no nosso povo que ele acorda
Tenha fé no nosso povo que ele assusta [...]

Credo, Milton Nascimento, 1978.

Índice de figuras, mapas, tabelas, fotos e gráficos

Índice de figuras

1	Outdoor da campanha do Marechal Lott à Presidência da república em 1960	44
2	Lote do camponês	142

Índice de mapas

1	Área de atuação da CPT – Goiás período do bispado de Dom Tomás Balduino	84
2	Assentamentos Rurais no Estado de Goiás, 2003	113

Índice de tabelas

1	Densidade de Assentamentos no Estado de Goiás, por município e ano de implantação, 2001	86
2	Trajatória dos camponeses em fase de acampamento, Mosquito, 2003.	109

Índice de fotos

1	Seqüência de fotos: Feitura de queijos, Neuza, assentamento Mosquito, 2002.	146
2	Realização da ordenha, Damásio, Mosquito, 2002	147
3	Fabricação de banco para ordenha, João, Rancho Grande, 2002.	147
4	Seqüência de fotos : Pocilga, Damásio, Mosquito, 2002.	148
5	Granja, Lavrinha, 2002.	151
6	Ração dos frangos, Lavrinha, 2001	151
7	Frangos preparados para o abate, Lavrinha, 2001	151
8	Seqüência de fotos : Sacrifício dos frangos; Retirando a pele dos “pés” e Depenando com a caldeira	152
9	Retirando as penugens finais e separando os “miúdos”	154
10	Lavando e colocando em estado de “congelamento”	154

Índice de gráficos

1	Instituições e Pessoas que contribuíram na conquista da Terra, segundo Assentados do Mosquito, Rancho Grande, Lavrinha e Paraíso, Goiás, 2002.	87
2	Proveniência da informação a respeito da ocupação que deu origem ao assentamento Mosquito, 2002.	106
3	Principal mudança na forma de perceber a vida após ser assentado no Mosquito, 2003.	109
4	Proveniência da informação a respeito da ocupação que deu origem ao Assentamento Lavrinha	111

5	Principal mudança na forma de perceber a vida após ser assentado na Lavrinha, 2003.	114
6	Proveniência da informação a respeito da ocupação que deu origem ao Assentamento Rancho Grande	115
7	Principal mudança na forma de perceber a vida após ser assentado no Rancho Grande, 2003.	117
8	Distribuição das atividades coletivas as quais os camponeses afirmaram participar antes da experiência que originou o Assentamento Mosquito, 2003.	123
9	Distribuição das atividades coletivas as quais os camponeses afirmaram participar antes da experiência que originou o Assentamento Lavrinha, 2003.	123
10	Distribuição das atividades coletivas as quais os camponeses afirmaram participar antes da experiência que originou o Assentamento Lavrinha, 2003.	124
11	Distribuição das atividades coletivas as quais os camponeses afirmaram participar antes da experiência que originou o Assentamento Paraíso, 2003.	124
11	Proporção de deslocamentos em busca de terra/trabalho realizada pelos camponeses por assentamento rural, 2002.	131

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACR – Ação Católica Rural

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMGOPA – Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária

FES – Formação Econômico Social

FETAEG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB - Instituto Histórico Geográfico do Brasil

JAC – Juventude Agrária Católica

MEB - Movimento de Educação de Base

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

PC - Partido Comunista do Brasil

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PT - Partido dos Trabalhadores

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFG - Universidade Federal de Goiás

UNESP - Universidade Estadual Paulista

USP - Universidade de São Paulo

Sumário

Índice de figuras, mapas, tabelas, fotos e gráficos	8
Índice de abreviaturas e siglas	10
Resumo	12
Abstract	13
Para Introduzir : uma etnografia da minha alma	14
I – Produção dos aconteceres: dimensões do tempo e do espaço nas leituras sobre Goiás	25
1.1 O aparecimento de Goiás no cenário nacional: fases do outro, faces do Sertão	31
1.1.1 Ouro, trem, trator: fases e faces de Goiás	34
1.1.2 Outro Brasil: “o do sertão cá do cerrado”	40
1.2 Uma agricultura de nome “moderna” em Goiás	46
 II – Por uma Geografia dos movimentos sociais: idos e caminhos do camponês goiano	 54
2.1 Percursos de geografia agrária: de movimentos sociais para movimentos socioterritoriais	56
2.1.1 Velhos sujeitos, novas reflexões: a discussão dos movimentos socioterritoriais na Geografia	62
2.2 Luta pela terra: ocupação e resistência no surgimento dos movimentos socioterritoriais em Goiás	69
2.2.1 Trombas e Formoso: começo de uma história repetida	73
2.3 Ocupar “em nome de Deus”: a “igreja da denúncia” na construção da participação e pertencimento da luta pela terra no município de Goiás	76

	12
III – Produção do espaço dos assentamentos rurais em Goiás: a identidade camponesa em questão	91
3.1 Ser camponês: um debate conceitual acerca do conceito de identidade	94
3.2 Quatro assentamentos, diferentes realidades: espacialização de lutas que se encontram, se fundem e não se confundem	10
	2
IV – Um estudo da parcela (lote) como “lugar de vida”: a casa, a cozinha, os filhos, os vizinhos, o curral, a pocilga	12
4.1 Os sentidos do morar: casa e rua / lote e cidade	12
	7
4.1.1 Morar na cidade, sentir-se “na rua” <i>versus</i> morar no lote, sentir-se “em casa”	13
	3
4.1.2 “Coisas de casa”: relações sociais e dimensões espaciais da casa camponesa	13
	4
4.2 Trabalho de homem, coisas de mulher: esquadrinhando as divisões dimensionais do lote camponês	13
	7
4.3 Relato de campo: o controle camponês	15
	0
4.4 Narrativa de campo: um dia de trabalho numa “casa-granja”	15
	1
	15
Conclusão	6
Referência Bibliográfica	16
	2

Resumo

Palavras-Chave: Camponês, Identidade camponesa, Assentamentos rurais, Cultura camponesa.

Goiás se constitui como espaço de tipos de identidades camponesas, que ajustam-se a forma como foi contada esta história de “formação” da sociedade goiana em que o camponês aparece ora como homem de hábitos rudes e “atrasado” ora como a película de um discurso romântico de homem “próximo de Deus e da natureza”, por entender seus signos e guiar-se notoriamente pelo movimento do sol, dos ventos, das chuvas e da lua. Ainda assim conhece-se a presença hoje de um camponês goiano que se reproduz socioculturalmente como assentado, passando-se assim supor a transformação de estados de um tempo e de um espaço movidos por diferentes objetivações mediante a organização da identidade de seus homens. A partir da leitura sobre o tema dos movimentos sociais, que se pretendeu fazer, primeiro do ponto de vista conceitual, ou seja, como e porque a geografia passa a se interessar pelo tema, em conjunto com o segundo, no sentido espacio-territorial, compreendendo a conexão entre o estudo dos movimentos sociais, a compreensão do espaço e do território goiano e suas transformações na esfera das instituições que fazem parte do processo, procurou-se pensar a forma como se expressa as identidades camponesas no município de Goiás, renascidas a partir desses “movimentos sociais”, acamada nos assentamentos rurais. Assim, este estudo reflete a trajetória do camponês goiano, situado no “Goiás – sertão”, capaz de se reconstituir e resignificar sua identidade a partir da possibilidade de egresso na luta pela terra e no que isto gerou para o mesmo: a condição de assentado.

Abstract

Key word: Peasant, Sameness-peasant, Culture peasant.

Goiás is constituted a place of peasant's kinds of sameness, that are adjusted to the form of how the history of goiana society " formation" was told where the peasant appears sometimes a man of simple habits and "rough" sometimes a blanket of a romantic speech of a man" next to God and nature", of understanding their signs and guiding flagrantly by the movement of the sun, the winds, the rain and the moon. Nevertheless the presence is known today of a goiano peasant that reproduces socioculturalmente as seated, happening like this to suppose the transformation of states a time and space moved by different objectivations the organization of their men's identity. Starting from the reading on the theme of the social movements, that she intended to do, first of the conceptual point of view, in other words, as and because the geography passes being interested for the theme, together with the second, in the espacio-territorial sense, understanding the connection among the study of the social movements, the understanding the space- territory goiano and their transformations in the sphere of the institutions that you/they are part of the process, tried to think the form eat if expressed the identities farmers in the municipal district of Goiás, been reborn to leave of those" social movements", bedridden in the rural establishments. This study reflects the path of the farmer goiano, located in" Goiás. interior", capable to reconstitute and resignificar peasant starting from the exit possibility in the fight goes the earth and in the one that this generated goes the same: the condition of having seated.

Introduzir: uma etnografia da minha alma

“- Mas...você é a mulher que o Órégio disse que vinha fazer a pesquisa? Num repara no que eu vou falar não, mais eu pensei que você fosse mais velha, mais gorda e que usasse óculos.”

Simone Ferreira, em fevereiro de 2002, no Assentamento Rancho Grande.

A imagem primeira do pesquisador com o universo que se pesquisa permite múltiplos aprendizados. Ir até o outro, olhá-lo, investir numerosas explicações sobre o que ele é em sua individualidade e na composição da comunidade da qual participa, coloca-nos ao mesmo tempo em duas condições: a de observador e observado. Enquanto elaboramos classificações e definimos conceitos para compreendermos o que objetivamos, esse “observado”, ora “menos criterioso”, também vê com os olhos sua simplicidade e sem tanto critérios e, com todo “universo” que existe nessa distância, composta entre nós dois, geometrizável, ao mesmo tempo, pode ser medida pelos mundos vividos diferencialmente, que nos separa e que também nos une. A “falta de critérios” faz com que o olhar do observado-observador veja nuances recônditas, as quais não foi intenção pô-las ao público, as mesmas buscadas por nós, enquanto observadores em relação a eles e que, muitas vezes, nosso excesso de critérios não nos deixa ver.

Assim aconteceu no primeiro dia do trabalho de campo. O fato de não ser “mais velha, mais gorda e não usar óculos” — na época —, foi antecipado rapidamente na fala da camponesa assentada como uma característica que me faltou para que recaísse no seu imaginário do que é ser pesquisador. Não que para ela todo pesquisador tivesse que ter tais atributos, ou pelo menos um deles. Não acredito também que ela pense serem inevitáveis essas características. Contudo, refletir acerca desse olhar levou-me a pensar algo que seria, com convicção, um problema grave na pesquisa: eu também tinha um olhar construído acerca dos camponeses assentados de Goiás e, para entendê-los, deveria procurar me desfazer da força desse imaginário que igualmente carregava comigo, de recair em preconceitos que sem dúvida afiançava. Foi a primeira lição aprendida: lidar com meu

olhar e meu mundo, para chegar mais perto deste outro mundo tão longe e tão perto de mim.

Esta me foi uma descoberta. Mesmo tendo na trajetória acadêmica um olhar direcionado para o camponês, particularmente o goiano, este olhar foi construído principalmente pelo contato com a secretaria do MST– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Goiânia, e pelas histórias lidas e ouvidas nos acampamentos que estive visitando: Canudos, Dom Helder Câmara, Che Guevara. Nestes acampamentos, que hoje são assentamentos rurais, ouvi histórias de camponeses corajosos no labor da luta, vinculados ao MST enquanto movimento socioterritorial, decididos a enfrentar qualquer situação para sair da condição de exploração, engajados no discurso da luta pela terra como mudança que não se encerra no espaço do assentamento. Há uma história, a qual encorajome reverdecer, de criação metafórica única, em que seu contador dizia ter vivido a vida inteira dentro de uma “cumbuca”. A mim, o camponês falou: “Sabe professora [...] é assim [...] o fazendeiro quer que a gente fique [...] como que dentro de uma cumbuca fechada por todos os lados. Foi *nesses sistema* que eu me vi toda vida”. Ainda assim, continuou ele dizendo, que ao conhecer o MST, foi como se ele tivesse encontrado uma saída e assim feito vários “furos” na cumbuca que o guardava. Suas palavras me valiam, quando afirmou: “Se o fazendeiro por a mão pra fechar um dos furos, eu escapo pelo outro, se ele por a mão no outro, eu faço vários outros e assim por diante.”

Foi deveras impossível não refletir sobre o que iria/poderia ver, quando ao me preparar para este momento da pesquisa, já carregava comigo a experiência e a formação edificada pelas leituras e pelo convívio com o estudo do camponês goiano, ainda no primeiro ano de graduação. Inusitado ou não foi o fato de agora estar com um camponês que vive um outro momento de sua “luta”: o assentamento. Até então, o camponês com o qual eu mais havia convivido foram os acampados do hoje Assentamento Canudos, com os quais aprendi muito do que sei sobre ser camponês. Talvez seja importante relatar um pouco como esta história se construiu uma vez que procuro pensar o sentido do “ser” camponês goiano e, como esta identidade enquanto essência se consolida no momento em que ele é assentado, mais ainda no que esta situação espacial implica a organização e distribuição dos objetos no espaço da parcela (lote).

Ingressei no ano de 1997 no curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia. Entrava comigo uma história de 14 anos de protestantismo, manifestados nos longos cabelos e nas longas vestes. Além disto, levava comigo uma concepção criacionista de mundo, a qual vinha sendo difícil aceitar, uma vez que eu já me encontrava em crise com as explicações que não mais me valiam. Não obstante, cativaram-me completamente tudo que era dito, explicado e debatido, participando ativamente da vida universitária e do movimento estudantil.

Dia 18 de abril de 1997. Marcha dos Sem Terra a Brasília. Era a primeira vez que participava de uma “marcha” e, numa caderneta na época, escrevi:

“Pessoas advindas de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Simples. Alguns dos quais conduzem os poucos pertences que possuem dentro de “capangas”. Os seus rostos são surrados, apresentam cores que parecem vir da força da composição do ferro: apressadamente avermelhados. Não só rostos mas também os cabelos declaram o efeito do sol; eles dialogam com o sol através de seus corpos. As ruas do tempo que brotam de suas faces, demonstram a vida dura que levam. Beira de estrada, beira de rios, beira de praças. Gritos, cantigas, caminhadas: marcha. Pele marcada pelo cansaço, pelo suor, pela labuta, pela vida. Imagens na televisão. Pés descalços. Pés achinelados. Reuniões e discussões. Aplausos e punhos esquerdos erguidos. Vivas de Antônio a Antônio Conselheiros, de Carlos a Carlos Mariguella, de Marias, Joanas, Santas, gente de toda cor e muito Vivas. Cantam, sorriem, resistem.”

É indecifrável e indescritível dizer como me encontrei na marcha. Tomada por uma paixão exaustiva, meu olho não cabia no foco das lentes da máquina de fotografar. Foi um convite a querer mais do mundo, a querer participar mais ativamente de tudo, quando por outro lado, o comprimento da saia prendia minhas pernas que só queriam correr. Chorei, junto com o céu, que na época proporcionou lições de solidariedade: a chuva fez com que os Sem Terra improvisassem um acampamento embaixo das árvores no Centro do Planalto. A geometria exageradamente plana daquela arquitetura projetada por Oscar Niemeyer não havia se preparado para esta multidão de “tortuosos”. Na tão chamada de “Capital da Modernidade” os camponeses dividiram água, doaram pão, distribuíram laranja, realizaram místicas, se oferecendo para demonstrar a dimensão religiosa da luta. Encenaram o teatro natural de suas vidas, no qual me vi espectadora e contra-regra. Por momentos, também atuei.

Com a força da marcha, motivei-me no empenho das leituras e debates sobre o tema do campesinato e passei a me interessar pela discussão que a Geografia, sobretudo a dos “estudos agrários”, faz do tema e, mais ainda, como estas formas de ser/estar se revelam espacialmente. O que mais me interessou sempre foi conhecer o sentido da luta pela terra, empreendida por um modo de ser do camponês. Porém, o camponês que conheci, foi um camponês diferente do que pensava existir, o qual muitas vezes fora taxado de quieto e alienado, pacato e preguiçoso, incapaz de se haver em sua luta por outra história e romper com sua sina de retirante.

Depois de uma visita ao ainda (naquele ano) acampamento Canudos, na companhia de Cláudio Francisco Severino, aluno da Universidade Federal Fluminense, que trouxe uma experiência de “Estágio de Vivência em Acampamentos Rurais”, realizada por um grupo de alunos, professores desta instituição em Niterói – RJ; além da presença de professores e colegas da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, iniciei um novo momento da minha formação o contato empírico com o mundo camponês a partir do acampamento. Canudos nasceu e uma parte nova de mim se consolidava, mostrando-me mais propensa a reflexão e análise da formação e da organização dos camponeses na luta pela terra e a construção da participação política dos ali acampados, embora ainda ali meu olhar se definisse muito mais pela emoção da participação na história do acampamento Canudos do que efetivamente por quaisquer críticas a respeito do processo de estruturação da vida, do cotidiano e da luta pela terra naquele lugar. Vale ressaltar que falo de um modo de estar específico do camponês, em que se agrupa a situação de vivência, ao construir e ser partícipe do MST como movimento social (eu ainda não havia conhecido/ desenvolvido a idéia da dimensão espaço-territorial).

Durante todo o curso de graduação, visitei, convivi e participei de ocupações nos três anos em que os camponeses de Canudos estiveram indo e vindo, entrando e saindo do território da fazenda Palmeiras na qual hoje são “pré-assentados”. Neste tempo, estudei temas no mesmo acampamento, sob orientação de vários professores do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás, tais como: Participação Política e Organização dos setores e equipes de trabalho; Organização espacial dos objetos no Acampamento; Deslocamentos espaciais e Construção das territorialidades; Dimensão simbólica nas músicas, místicas e bandeiras de luta enfim, O MST como sujeito de

transformação socioespacial em Goiás. Cada tema deu origem à construção de textos, de um trabalho que se direcionou para o foco central que é a construção da luta camponesa em Goiás a partir do MST.

Transitando entre os limites da militância e da pesquisa, organizei um Projeto de Mestrado, com o objetivo de refletir sobre o acampamento Canudos e sua trajetória espaço-territorial. Este projeto, após alguns debates com o orientador da pesquisa e outros estudiosos do tema, já na UNESP em Presidente Prudente, transformou-se em outro, que visava compreender o processo de espacialização e territorialização da luta pela terra em assentamentos rurais no município de Goiás. Outras descobertas foram trazendo novas indagações a mim e à pesquisa, de modo que meu olhar acerca dos assentamentos e dos assentados rurais tornou-se cada vez mais crítico. Até que o projeto de mestrado acabou se construindo num terceiro e último, no qual eu pretendia compreender a trajetória espacial do camponês goiano e a forma como os mesmos têm projetado suas identidades na construção do lugar de vida camponês, o espaço tempo do assentamento. Para isto foram selecionados quatro dos vinte e um assentamentos rurais de Goiás: Mosquito, Lavrinha, Rancho Grande e Paraíso.

A realização das disciplinas e as leituras e contatos que fiz, foi me demonstrando que teses poderiam ser confrontadas acerca do modo como se tem pensado os assentamentos e os assentados rurais, o que a meu ver soa mais na direção da viabilidade econômica da existência de um assentamento rural e seus impactos, o que não deixa de ser importante, porém obscurece e minimiza um outro viés, o renascer do camponês como possibilidade de territorialidade, esta identidade que encontra no assentamento um espaço de reprodução do seu modo de vida, da sua existência, da sua identidade socioterritorial. Isto se tornou minha maior preocupação e é importante que se diga que ela se firmou a partir dos vários debates e das leituras com as quais pude sazonalizar minhas idéias, de autores como Carlos Rodrigues Brandão, Klaas e Ellem Woortman, Jadir de Moraes Pessoa, Rogério Haesbaert, Ecléa Bosi, entre outros, além da literatura goiana, especificamente os livros Jurubatuba, Nunila e Perpetinha de Carmo Bernardes, Sertão Sem Fim de Bariani Ortêncio, Tropas e Boiadas de Hugo de Carvalho Ramos e Veranico de Janeiro de Bernardo Élis.

Tento aqui explicar que a história desta pesquisa e de como ela brota em mim é parte da minha história. Fundo-me, em cada abraço suado ao findar das visitas que faço nas casas desses assentados, *com sua luta para ser* – maior apetite do homem, segundo Padre Antônio Vieira em *Paixões Humanas*. Encontro respostas além e novas indagações nas falas e rezas dos camponeses, nas poucas romarias das quais participei, nos discursos que ouvi das viúvas da luta, nos modos de vida que me fazem identificar com as pessoas, suas histórias e causos – parte de um universo real, o qual é possível conhecer dentro da literatura.

Mediante isto, a escolha de adentrar o universo do tema das identidades, e compreender nos assentamentos rurais o espaço de permanência de tipos de identidades camponesas tornou-se sugestivo, desafiante e prazeroso. Há também a necessidade de compreensão da forma como se configuraram os assentamentos rurais, dentro do que estamos entendendo como *espacialização e territorialização* da luta pela terra e pela vida, dos camponeses no município de Goiás.

O viés analítico da pesquisa se desprende de um compromisso efetivo com a frieza metodológica da observação rígida, e aquela foi se construindo no cotidiano da relação “pesquisador – objeto”, fundindo-se naquilo que aparece como sendo aparentemente simples no modo de vida camponês, mas que é, na verdade, cruzamentos de costumes, valores, modos de vida enfim, um sem fim rico de descobertas. Por isto optei pela pesquisa participante, por acreditar nos benefícios dessa metodologia de trabalho com o camponês, sobretudo com o camponês assentado, que de principio demonstra uma resistência na forma de olhar “quem vem de fora”, mas que aos poucos se abre em muitas possibilidades para novos desvendamentos.

A pesquisa participante aproximou-me para olhar do ponto de vista da escala, para esse “micro”, a partir do qual inventamos o nosso mundo, como as “Micropolíticas” do Guatarri, a “Microfísica” do Foucault, os estudos de comunidade de Elias e Thompson, que nada têm a ver com o caráter valorativo da extensão “macro – escalar” na pesquisa, mas com outras dimensões daquilo que não se valora.

Os quatro assentamentos rurais definidos para o estudo, São Sebastião do Mosquito, São João da Lavrinha, Paraíso e Rancho Grande, foram selecionados mediante o critério de proximidade no município de Goiás e da exequibilidade da pesquisa,

feita “a pé”, embora o universo camponês conhecido nestes anos de trabalho não tenha sido apenas relativo a estes assentamentos. Todos eles tiveram, em momentos específicos, a participação, de forma diferenciada, de um conjunto de instituições e sindicatos, mais precisamente a presença da Igreja Católica através da CPT – Comissão Pastoral da Terra, Diocese de Goiás e do Mosteiro da Anunciação do Senhor; bem como do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) entre outras instituições e movimentos políticos e religiosos, dos quais nem todos serão abordados.

As formas de participar e organizar a luta pela terra em Goiás, através dessas instituições, se diferenciaram de acordo com as possibilidades de articulação e os interesses das mesmas, em conjunto com os acontecimentos que exigiam mais de umas do que de outras em determinados momentos. Num primeiro estágio fiz um levantamento dos trabalhos que já tinham sido realizados sobre a formação/transformação do espaço goiano e a constituição dos assentamentos rurais no município de Goiás. Posteriormente, fiz uma seleção daqueles que eu utilizaria para discordar, concordar e debater, na construção do meu. Além disto, foi feito um breve levantamento de alguns artigos de jornal, presentes nos arquivos da CPT- Nacional e Regional (Goiás), relativos ao período de “ocupação” dos camponeses assentados, (no caso O Popular e Diário da Manhã), além do jornal da CPT de nome “O Plantador”. As fontes governamentais mais utilizadas foram o IBGE e INCRA, o primeiro para elaboração cartográfica e para que fosse possível conhecer a intensificação dos deslocamentos espaciais em determinados períodos nesse espaço-tempo em Goiás e o segundo para informações “oficiais” acerca das áreas destinadas para assentamentos rurais no estado e para que fosse possível visualizar e compreender a relação existente entre localização e situação espacial dos mesmos.

Além das fontes bibliográficas produzidas até então, das quais utilizei aquelas que interessavam ao debate pretendido, foram realizadas entrevistas e questionários com pessoas envolvidas na luta pela terra — além dos camponeses assentados —, como: padres, freis, agentes pastorais da CPT diocesana e agentes da CPT regional. Todas estas fontes contribuíram para o entendimento do processo, ora apenas no sentido “cronológico”, ora valorizando um e outro fato e ora enfocando o sentido dos acontecimentos na trajetória de compreensão da história da luta pela terra em Goiás.

Porém, o que procurei fazer não foi uma pesquisa sobre assentamentos rurais, ou sobre a luta pela terra, mas a compreensão do processo de espacialização e territorialização camponesa em Goiás, associada às transformações ocorridas no espaço-tempo goiano e da possibilidade de realização da expressão da identidade camponesa — tanto na trajetória como a partir do trabalho no lote camponês —, enfim, um trabalho sobre a *Produção do espaço do Camponês do Sertão*, o camponês-sertão, o ser-camponês, o sertão-ser. Assim, procurei falar a partir de um olhar intermediário que transita entre uma e outra escala, o espaço-tempo goiano e o camponês desse espaço-tempo.

Espaço e tempo como categorias comuns da pesquisa científica implicam a escala da produção elaborativa dos trabalhos, o que leva os pesquisadores a definir pontos de partida distintos. Mais do que apreço metodológico na discussão de Pessoa (1997, p. 14), o autor apresenta-nos variáveis escalares importantes na defesa dessa escolha, que vai da “macro” à “microhistória”, até uma “história média” que estaria do global ao local, ou seja, escalas de percepção necessárias na pesquisa que persegue no olhar que se pretenda. Uma escala diferenciada seria a “história média”, que valoriza os acontecimentos tanto numa dimensão espacial mais ampla quanto no estudo do lugar, este olhar aparentemente “minúsculo” do tempo e do espaço de vida dos grupos sociais. Estas escalas definiram modos de fazer pesquisa e de leituras do mundo, conforme lembra Gomes (1997, p. 15) ao expor as ilusões aos quais a Ciência esteve aprisionada durante muito tempo, no final do século XVIII e ao longo do século XIX: *Os grandes pensadores desta época preocupavam-se então em encontrar grandes matrizes que guiarão toda a reflexão, capazes de explicar o todo e a parte, o detalhe e o global [...] esta é a época dos grandes sistemas filosóficos [...]*.

Na tentativa de contribuir para a construção de *um campo teórico/epistemológico em que faz sentido falar de cotidianidade nos assentamentos rurais*, Jadir de Moraes Pessoa elucida que a pesquisa que se queira, mesmo que seja um estudo de caso, se entremeia com ilações mais abrangentes que ora ou outra aparece num discurso de fonte oral (Pessoa, 1997, p. 18). Esta característica nomeada por ele de “história média” seria dada às pesquisas que delineiam seus caminhos por trilhas que vão de uma análise do “mais abrangente”, uma macrohistória — a sociedade capitalista, o capital, agentes institucionais, relações de dependência do Estado —, até uma microhistória: a vila, o

povoado, a casa, o roçado, os vizinhos, a família, a fofoca, os animais, as festas, e outros rituais diários que movem a vida e por que não dizer ainda; o lote camponês.

A mim me parece válida a tentativa de percorrer este caminho, com todo cuidado possível, na medida em que comungamos esta forma de pensar. Ainda assim, um dos meus desafios neste trabalho é o de estabelecer o estudo dos movimentos socioterritoriais camponeses como resgate da condição de expressar sua identidade, consolidada na reprodução do espaço familiar, desde os pequenos diálogos que implicam na organização do “lote” ou “parcela”, até os arquétipos construídos no espaço-tempo do assentamento.

Para cumprir com as inúmeras hipóteses elaboradas com a contribuição das disciplinas que a mim foram ministradas, no primeiro ano de pesquisa, junto ao Programa de Pesquisa e Pós Graduação em Geografia da UNESP, em Presidente Prudente, organizei a pesquisa de campo sob duas perspectivas espaciais, procurando sempre que elas abarcassem a possibilidade de coleta de forma mais diversificada possível.

A primeira perspectiva escalar na organização do trabalho de campo foi o contato direto com o camponês assentado na escala espacial do lote camponês, nos assentamentos rurais. Esta escala demonstrou ser uma importante fonte de análise e percepção pois a partir dela compreendi muito do que foi escrito sobre o sentido de ser camponês, uma vez que o lote é um dos principais espaços de reprodução e expressão dos modos de viver e relacionar, de sentir e olhar o mundo, enfim, expressam a campesinidade como existencialidade. Optei primeiramente por visitar as famílias dos assentados que participavam de outras atividades fora do assentamento com as quais tive contato a partir das feiras livres e das reuniões da CPT em Goiás. Assim, estive visitando aquelas famílias que sempre eram apontadas nos discursos das instituições e de outros camponeses, embora posteriormente, como “lideranças”, em fases específicas da história desses assentamentos.

No assentamento Mosquito, das aproximadamente 48 famílias (os dados variam de 43 a 48 de acordo com a venda de lotes a aglutinação de filhos que se casam e moram nos lotes dos pais), estive visitando 18, aplicando questionários, e em 10 delas, entrevistas. No assentamento Paraíso, das 36 famílias assentadas, 20 foram visitadas para responderem questionários e 10 entrevistadas. Já no assentamento São João da Lavrinha, das 28 famílias assentadas, apenas 5 puderam responder às entrevistas e em 8 foram

realizados os questionários. Por fim, no assentamento Rancho Grande, das 21 famílias existentes, com 8 delas realizei as entrevistas e com 10 os questionários. Em alguns lotes realizei visitas para observação, devido, entre outros problemas, à impossibilidade dos camponeses em responder minhas questões no momento que cheguei, por motivos vários. Porém, acredito que tais impossibilidades não influenciem no todo da pesquisa, uma vez que respostas semelhantes começaram a ser constantes e observações feitas por mim repetidas.

Além do lote, estive visitando e participando de reuniões, debates e discussões, na Feira do Pequeno Produtor em Goiás, na EFA – Escola Família Agrícola, na Diocese de Goiás, na Comissão Pastoral da Terra, nas Romarias organizadas pela CPT diocesana, na cooperativa do assentamento Mosquito e nas associações dos assentamentos definidos para serem focalizados na pesquisa. Outros espaços de encontros foram visitados como festas de aniversário, “pamonhadas”, festas de comemoração do aniversário do assentamento, cultos e missas na roça, enfim, espaços de encontros que demarcam outra “rotina”, e se apresentam como complemento ao meu olhar.

No entanto, entendo que a compreensão do que estive preocupada em pensar não era respondida apenas nas escalas espaciais definidas para pesquisa, mas, sobretudo, em todos os momentos que tive a oportunidade de escutar conversas de camponeses e em algumas vezes até mesmo nos intervalos nas reuniões, momentos de descontração, que para mim foram condições ricas de aprendizagem e compreensão de sua percepção e sentimento do mundo.

Este trabalho se organizou em 4 capítulos. No primeiro são retomadas as leituras feitas a respeito de Goiás, as quais organizei em dois grupos: uma leitura cíclica, de fases que iniciam e se acabam, dando origens a outras. Para os autores, nessa primeira perspectiva, Goiás surge, “acontece”, fato atribuído à exploração do ouro, que logo dá origem a outras atividades concernentes à formação desse espaço-tempo. Já o segundo grupo considera Goiás como parte de um cenário maior, chamado de sertão e neste sentido a designação de inúmeros adjetivos ligados à insígnia do arcaico, que implicaram uma representação acerca de Goiás e em consequência do camponês enquanto representação social.

As primeiras formas de organização camponesa em Goiás são ainda exploradas no primeiro capítulo e esta história está atada às políticas de ocupação territorial dos “espaços vazios” realizadas nos anos de 1940 à 1942, que territorialmente expressavam uma política territorial maior, ligada à ocupação do sertão para promover a unidade nacional. Estas transformações originaram o debate presente no capítulo segundo, no qual refiro-me as primeiras resistências camponesas em Goiás. Porém, antes me proponho a discutir a pertinência da categoria movimento socioterritorial e em como se construiu este debate no interior da geografia. Também apresento o debate acerca do papel dos mediadores desse processo, instituições religiosas e políticas que estiveram participando ativamente da luta pela terra no município de Goiás.

No primeiro e no segundo capítulos preocupei-me em fazer uma espécie de reconstituição da produção histórico-espacial do camponês em Goiás. A partir do capítulo terceiro, começo a discutir as identidades camponesas propriamente ditas, ao passo que recomponho a trajetória dos camponeses no processo de *espacialização* (período de acampamento). Dos acampamentos aos assentamentos rurais, procuro resgatar o curso dos camponeses e as experiências obtidas nesses trajetos, as quais acredito serem responsáveis pelas formas de refletir o mundo e a si próprios. Como percurso metodológico, optei pela discussão da *identidade* como conceito que se desdobra em conteúdos materiais e simbólicos, na Geografia, como nas outras ciências com as quais dialoguei.

No quarto e último capítulo procuro entrar “porteira adentro”, no lote do camponês assentado. A discussão que pretendi fazer foi das várias estruturas espaciais presentes no lote — as quais chamamos de edificações —, desde a “concha íntima”, a casa camponesa, até a extensão do lote. Acredito haver duas dimensões espaciais no lote camponês, uma circundando a casa e a outra circundando esta, até as fronteiras e limitações da parcela. Tais dimensões implicam relações diferenciadas de trabalho e convívio, constituídas entre os camponeses e seus “animais”. Minha pretensão foi a de inventariar a relação entre a localização e a ordenação das atividades cotidianas, uma vez que concordo com Santos (1996), quando diz que nas ações há um forte nexos comportamental e decisional, o que nos permite reconhecer que o espaço é bem mais do que uma instância política, sendo mesmo parte integrante da sua essência.

Minha proposta é, com o fim, a discussão da trajetória da identidade camponesa e sua utilidade conceitual na geografia, em busca de avançar o conhecimento sobre o espaço e o território de atuação camponesa, especialmente seus desdobramentos empíricos representados no lugar de vida, na parcela ou lote do assentado. Isto porque acredito que, no momento presente, é importante estimular a busca de outros percursos intelectuais para explicação geográfica, os quais devem ir além, tanto da rigidez de um esquema explicativo universal como da flexibilidade imaginativa e sensorial (Castro, 1997, p. 159).

" E o sertão às vezes fala por si mesmo, de tal maneira, que ele pode vir sozinho, entre dois pontos, como se fosse uma frase completa: Sertão. Contudo, observemos, ele precisa sempre ser definido[...]. Mas este, que a tudo obriga, que está em toda a parte e em parte alguma, que existe absolutamente fora e cerca sem limite pessoas, destinos e vidas, está também em, está dentro de.

Sendo um estado maior do que os estados que, em parte, forma - Minas Gerais, Goiás e Bahia -, ele é um estado-de-ser dos homens. Se antes ele parece terrível, intratável mesmo, como é que aqui ele é 'menos forte' que o pensamento 'da gente'? Não é só porque um pensamento é o que atravessa, travessia, enquanto o sertão, imenso e vivo, mas inerte, é o que é atravessado. Ali, onde está, geográfico imprevisível e sertanejo, o sertão é um espaço. É o lugar que o pensamento pensa. Mas quando existe como um pensamento sobre ele mesmo, ele se transforma em um tempo. Ele dá vida ao espaço que existe fora e que o gesto audacioso, depois de pensado, vara, atravessa: num tempo, como um tempo."

Memórias Sertão...

Carlos Rodrigues Brandão, 1998.

1. Produção dos acontecimentos: dimensões do espaço e do tempo nas leituras sobre Goiás

“A história é espaço porque é movimento em perpétuo devir; e sem materializar-se em formas espaciais concretas, o devir não se efetiva e a história inexiste.”
Ruy Moreira, 1994.

Tempo e Espaço, Espaço e Tempo. Duas categorias que norteiam as explicações da realidade nos mais diferentes ramos do conhecimento científico. Pode-se ainda dizer que aquilo que se queira compreender, tanto no passado como no presente, sobre as mais diferentes “faces” do mundo, assentou-se e assenta-se numa idéia de espaço e de tempo. Ainda assim as elaborações conceituais sobre estas categorias resultam do próprio momento em que surgem: guardam em si as perversões e os trâmites espaciais e temporais dos períodos da história que determinam.

Estas idéias iniciais referem-se sobretudo àquilo que Milton Santos muitas vezes tentou nos fazer atentos: a idéia de que *a geografia é uma ciência da situação*¹. Situação como posição espacial, ato ou efeito de situar-se, mera localização geodésica, ou mesmo, “ação no situ”, invertendo o conceito. Aí está a riqueza conceitual do termo. Situar-se é ser e estar num tempo. É, ainda, a capacidade de “fazer-se”, que é claro implica outras dimensões como construir, transformar, simbolizar.

Apesar de não ser uma categoria divulgada e difundida na Geografia, talvez seja ainda uma das mais importantes idéias a serem enfatizadas no conhecimento do espaço. Mesmo porque o espaço visto sob o veio histórico é mais do que espaço “simplesmente” — tal como muitas vezes fora pensado, é a um só tempo uma temporalidade, pois reflete as ideologias que o traduzem. Ainda assim o espaço reflete a natureza da sociedade a partir de sua própria natureza, na medida em que a descoberta dos desejos humanos — tanto os mais supérfluos quanto aqueles fundamentais à existência e sobrevivência humanas —, implicou conhecimentos e criações que enfunam a necessidade entre descobrir e inventar para alterar o tempo das coisas.

Situação contém duas amplas idéias possíveis de serem apreendidas ao separarmos etimologicamente o conceito: *situ* (lugar / espaço) e *ação* (tempo/ movimento,

¹ SANTOS, Milton. De la totalidad al lugar. España: oikos-tau, 1995.

mudança/ transformação). Saindo-se do sentido de momentaneidade é a situação que funda os aconteceres² e são os aconteceres que constroem, produzem e organizam o espaço e o tempo. São por eles e a partir deles construídos, produzidos e organizados. Possuem, de antemão, dimensões infindas, algumas as quais nem sempre foram apreciadas nos estudos geográficos (principalmente aqueles vinculados à leitura do “agrário, rural e agrícola”), como a dimensão *política* que aparece na ciência geográfica, com mais força, a partir do Movimento de Renovação³, e atualmente a dimensão *simbólica*, adentro nos estudos da vertente cultural.

Na Geografia o espaço já recebeu várias feições, inicialmente a partir da idéia de *palco das ações humanas*, até a ampliação de seu sentido como condição, possibilidade, criação, existência, produção e situação. Perceber que o espaço é mais que palco foi para as ciências, e em especial para Geografia, um importante avanço. Isto pelo menos em dois sentidos: o da possibilidade de explicar fenômenos outrora não explicados e da ampliação da compreensão do mundo em movimento.

Numerosos trabalhos contribuíram e ainda contribuem para que o conceito de espaço fosse ampliado, como exemplo: Claval (1977, 1987), Corrêa (1982, 1995), Lefébvre (1976), Moreira (1994), Santos (1978, 1985, 1988, 1994), Silva (1988), Tompes da Silva (1988), Tuan (1983). Nessas obras o espaço aparece sob vários enfoques, desde a dimensão de abrangência conceitual — o que denota uma preocupação de fazer do espaço um “conceito-grande”, talvez o maior da ciência geográfica —, até as práticas das instituições e pessoas — “o espaço dos homens e a dimensão política que o envolve” (1998, P. 74) Tompes da Silva. Pois tal dimensão o produz e a ele denota significados, significância, simbologias a ponto de produzir imaginários unificadores e formadores de seu destino. Entretanto ainda há os trabalhos que mostram o espaço como categoria da “organização dos objetos”, o que implica o surgimento de outros conceitos para explicar o conceito, quais sejam, forma, função, conteúdo, estrutura, técnica, processo, existência,

² Aqui o sentido de situação é a possibilidade histórica e espacialmente existente para que aconteçam movimentos, ações, fenômenos. Porém a idéia de “aconteceres” prevê inexistência de projeto, ou mesmo tudo o que ocorre no espaço, além/aquém de um pré-projeto sem que se tenha previsto. Neste sentido Goiás “acontece” e esta é uma das teses que nortearão este primeiro capítulo do trabalho.

³ O termo refere-se, simplificadamente, a introdução de uma vertente marxista na ciência geográfica que tem como marco inicial o ano de 1978. Este “movimento” acadêmico introduz ainda, temas da via da Economia Política — antes ainda não discutidos e nem abordados —, fazendo nascer uma Geografia preocupada com temas sociais, e atenta aos temas relacionados à desigualdade como um todo.

redes, fixos, fluxos, dentre outros ligados à semiótica como: imaginário, símbolo, signo, representações sociais e demais grafias espaciais.

Peculiarmente na Ciência Geográfica, a discussão acerca de espaço ganha eficiência e criatividade com a ampliação dos conhecimentos sobre o mundo. Aliás, a Geografia sempre esteve ligada à necessidade desse “conhecimento” como uma herança sempre presente em sua trajetória. Corrêa (1995) toma de forma segura esse “embate conceitual não exclusivo à Geografia”, recuperando as diferentes formas com as quais o conceito fora e é apresentado pelas correntes filosóficas de maior influência nesta ciência. Ainda assim, tal autor demonstra no conjunto de correntes características do pensamento geográfico, as vicissitudes da importância do espaço como conceito, uma vez que cada uma privilegiou de forma distinta a importância da compreensão concreta da sociedade a partir da sua produção espacial.

Do ponto de vista filosófico, estas questões podem ser encontradas na definição de Ferrater Mora (1982, p.128 - 130)⁴, em que se discute o “problema do conceito de espaço” paralelo a outras determinações, iniciando-se em Platão, para quem o espaço é o “habitação das coisas”, passando por Aristóteles que o concebe como “lugar”, “equivalente a um campo onde as coisas são articularizações”, até Descartes, Newton e finalmente Kant para o qual o espaço é “tal como o tempo, uma forma da intuição sensível, isto é, uma forma a priori da sensibilidade”.

Ernst Cassirer, no livro *Antropologia Filosófica: Ensaio sobre o Homem*, expõe o ponto inicial do problema do conhecimento de si mesmo, o que, para o homem, significou um desafio e sem dúvida, cruzou com concepções multilaterais sobre os conceitos de espaço e de tempo. O mais interessante é que em Cassirer (1994, p. 149) as indagações sobre o mundo e o homem, feitas a partir de Platão, passando por vários outros pensadores, como Heráclito, Sócrates, Agostinho, Tomás de Aquino, Pascal, Descartes, Copérnico, Giordano Bruno, Diderot, Darwin, Kant, Hegel, Freud e Marx, dentre outros, demonstram que na *construção do conhecimento se juntam experiências corporais e processos intelectuais, resultando em formas de estruturação espaço-temporais*. Além de ser um árduo trabalho, descobrir é um desafio, uma vez que o significado de conceito e

⁴ A contribuição do texto de Mora (1982), na ampliação dessa discussão nos leva a perceber uma relação coincidente entre a trajetória da ciência geográfica e do conceito de espaço, as abordagens filosóficas pelas quais tal conceito passou, demonstrando aproximação entre filosofia e ciência geográfica.

categoria mudam em face de novas descobertas tanto na esfera teórica quanto na prática do homem, ampliando as possibilidades de responder as nossas perguntas sobre o mundo.

Se o conceito muda de sentido ou se amplia em significado, não se pode separá-lo do movimento. E movimento implica negação, mudança, embora se negue a cada segundo. Concomitantemente não há como separar movimento de espaço e espaço de tempo. Espaço somente é espaço no movimento das ações humanas que o produzem, constroem-no, representam-no, imaginam-no, inventam-no, projetam-no, amam-no. E o que é movimento?

O tempo. Outra dimensão da realidade que assim como espaço conjuga em si a idéia de movimento das “coisas”. Ferrater Mora (1982, p. 390), na discussão sobre a relação tempo e movimento diz que esses *conceitos estão vinculados entre si tão estreitamente que são interdefiníveis: medimos o tempo pelo movimento, mas também o movimento pelo tempo.*

Tratado com sensibilidade e profundidade pela física, o tempo é uma das categorias científicas mais estudadas na ciência e na filosofia. Em verdade, é impossível fugir de uma abordagem científica sem se encontrar com o peso da dimensão presente do tempo. No seu interior assenta-se a possibilidade de transformação de uma possível “natureza humana”, das mudanças efetivadas pelos mais adversos fenômenos espaciais, das quebras, das rupturas, das continuidades, das descontinuidades, dos sentidos da ação no seu pleno sentido. O tempo permite também que venha o esquecimento, torna-nos prisioneiros de sua lógica eterna de fazer com que tudo pareça passageiro e, mais do que nunca, escancara-nos a potencialidade de um futuro incerto e modificador do que achamos ter construído. É como afirma Caetano Veloso, “compositor de destinos, tambor de todos os ritmos”. De outras formas, referiu-se a ele Fromm (1962, p. 19), quando escreve e analisa o materialismo histórico de Marx: “*a matéria em movimento é o elemento constitutivo fundamental do universo*”. Aqui tempo é movimento e nada escapa a ele: ele abrasa, compõe, transforma, define e determina os destinos dos homens.

A idéia de tempo é bastante discutida nas reflexões acerca do homem moderno. Geralmente associa-se às mudanças técnicas e tecnológicas, ao dizer que elas reduzem o espaço e fazem sumir o tempo. O tempo do “homem moderno” é quase uma inexistência, embora não seja só a partir dele que se consolidam os desenhos do mundo. Se

há um tempo das “coisas” e das “pessoas”, este é, móvel, múltiplo e diferenciado, configurando-se por lógicas distintas, concordando-se com identidades de diferentes referências espaciais.

Espaço e Tempo, como dimensões comuns da pesquisa científica, não determinam, sobretudo, uma única leitura da realidade, mas em si constituem possibilidades para o entendimento diferenciado e múltiplo do mundo. Mesmo o senso comum, muitas vezes chamado do “não-científico”, ou do que se refere a um olhar “menos criterioso” da realidade, por não querer provar, pesar, ponderar, imiscuir, ditar, formular regras ou conceitos, olha o mundo pelo viés das transformações que ocorrem no tempo e no espaço, elaborando a partir delas seus juízos. Nesta dimensão mais minuciosa, o tempo transforma-se em memória e a memória consolida-se no espaço produzindo-o e sendo, ao mesmo tempo, transformada por ele.

Entendendo que a discussão de espaço e do tempo tem sido largamente debatida na teoria do conhecimento e, ainda, que em nossa compreensão estamos nos propondo a refletir acerca de um camponês situado num espaço-tempo, colocamo-nos a pensá-lo na perspectiva da produção de um discurso sobre Goiás, presente na maior parte dos trabalhos que, segundo Chaul (2002, p. 69) *fez perpetuar conceitos* chegando mesmo a esconder importantes dados para uma reflexão. Em outras palavras, no parágrafo anteriormente citado, interroga poeticamente o autor: “Em que espelho do tempo deixamos de ver a parte crítica de nossa identidade, de nossa formação atávica. Que ouro nos levou os marcos tão caros às nossas reflexões (?)”.

Antes ainda é preciso perceber o que constitui Goiás como espaço de tipos de identidades camponesas, que ajustam-se a forma como foi contada esta história de “formação” da sociedade goiana em que o camponês aparece ora como homem de hábitos rudes e “atrasado” ora como a película de um discurso romântico de homem “próximo de Deus e da natureza”, por entender seus signos e guiar-se notoriamente pelo movimento do sol, dos ventos, das chuvas e da lua. Ainda assim conhece-se a presença hoje de um camponês goiano que se reproduz socioculturalmente como assentado, supondo assim transformação de estados de um tempo e de um espaço movidos por diferentes objetivações mediante a organização da identidade de seus homens.

Este construto resultou na primeira parte desse trabalho, que trata do surgimento de Goiás pensado e classificado, mediante a necessidade daquele momento, como parte de um “outro Brasil”, um Brasil desconhecido, assim como complementa Bourdieu, (2001, p.115):

assim a ciência que pretende propor os critérios mais bem alicerçados na realidade não deve esquecer que se limita a registrar um estado de luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação e que, como ela, invocam freqüentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor.

Por um momento, refletimos sobre a estruturação do trabalho, uma vez que nos pareceu repetitivo e corriqueiro começar recuperando, na história contada, elementos que nos expliquem as formas como se espacializam as lutas camponesas em Goiás. Contudo tem sido metodologicamente válido persistir neste roteiro de percorrer Goiás na forma como ele aparece, embora sem resvalar-se em muitas lacunas impossíveis nos limites de um trabalho acadêmico.

Desta feita, apresento o intento: como o tipo de ocupação, surgimento e formação de Goiás, se ajunta à potencialidade de eclosão de lutas camponesas no Estado, uma vez que a história contada aponta uma tendência para a manutenção da grande propriedade e provoca ao mesmo tempo uma representação identitária que se liga a discursos da necessidade de modernizar e industrializar como se, essencialmente, estivéssemos ligados ao signo do “atraso”? Uma indagação mais aprofundada seria: qual a relação entre tudo isto com a reprodução da identidade camponesa nos assentamentos rurais do município de Goiás?

Sabe-se que toda elaboração verbal ou teórica sobre a realidade se assenta em concepções construídas pelo modo de pensar e seus trâmites ideológicos, culturais, históricos e políticos. É por isto que as leituras que introduzimos sobre Goiás conduziram e conduzem a princípios da função de Goiás para o Brasil e da imagem produzida sobre este espaço.

Historiador, Sandes (2001) diz ser preciso mudar a forma de contar a história de Goiás porque *contar a história é também fazer história* e, também, acrescento, fazer espaço. Estas formas de contar a história de Goiás são aqui classificadas em dois conjuntos de leituras espaço-temporais. Tais leituras têm em comum a idéia de “entrada,

conquista do território” e ampliação do território brasileiro objetivando a manutenção de uma cultura exploratória extrovertida, tendo como base a necessidade de se construir uma “identidade nacional” brasileira. Contudo serão mais bem explicadas a seguir, uma vez que qualquer imagem contribui para que se produza uma identidade goiana e de Goiás para quem o “olha de fora” tanto no Brasil como no mundo.

1.1 O aparecimento de Goiás no cenário nacional: fases do ouro, faces do sertão.

“ [...] pois não só recém chegados não adentraram pelo sertão e por isso nada podem asseverar sobre as riquezas, como ainda, diante de objetos dourados e prateados, os nativos fazem sinais para o interior da terra, não sendo descabido interpretá-los como indicação de que nela há metais preciosos[...].”

Marilena Chauí, 2000

Duas leituras espaciais e temporais sobre Goiás. Uma explica que a sede pelo ouro demarca a descoberta do “Brasil do interior”, constituindo-se numa primeira fase da formação e do processo de ocupação das terras nesse estado. Ela ainda descreve as expedições esparsas como centro da exploração aurífera e denota que a ocupação do território acompanha a descoberta do ouro. Goiás deve, portanto, neste viés, sua fundação ao metal amarelo (Brasil, 1980, p. 25).

Esta tendência expõe a marca da instabilidade e da transitoriedade dos homens no espaço, bem como dos vilarejos que acompanhavam seus passos. Poder-se-ia dizer, mais ainda, que tal instabilidade é marca presente em todo período que se conhece como “aurífero”, pois é pelas portas da exploração mineradora que Goiás se apresenta. Há quem diga que as atividades econômicas vinculadas ao ouro foram capazes de estruturar o território goiano durante todo século XVIII (Estevam, 2002). Mais do que buscar reproduzir esta idéia, compartilhamos, embora não nos atentemos a isto, da premissa de que algo mais profundo ela obscurece: a ocultação do índio e da “mão de obra escrava” que dá forma às paisagens arquitetônicas das cidades coloniais goianas.

A maior parte dos autores que optaram por introduzir seus trabalhos sob esta perspectiva o fizeram analisando a Produção do Espaço Goiano demarcado por pelo menos três fases, em resumo e síntese: 1ª fase — o período aurífero que vai da chamada “conquista do território”, em 1722, até o ano de 1780; 2ª fase — a construção da estrada de ferro em 1913, a crise de preços do café e a inclusão do Estado numa política econômica capitalizadora e modernizante, das primeiras décadas do século XX até meados de 1950; e a 3ª fase com a modernização da grande propriedade subdividida por dois períodos, de 1950 a 1967 e a que perdura até os dias atuais (Carneiro, 1986), (Guimarães, 1988), (Bertran, 1988), (Gomes, 1995), (Pessoa, 1997), (Estevam 2002) e outros.

Nos trabalhos citados, este retorno à relação entre constituição histórico-espacial e “aconteceres” aparece para sustentar a tese de que tudo que revela a pesquisa sobre o campesinato goiano, de lutas e conflitos camponeses e reprodução do trabalho e conquista da terra, sob os mais diferentes aspectos — dos organizados ou não —, decorre das formas de como se faz Goiás temporal e espacialmente, ou seja, territorialmente, em relação ao Brasil. Esta afirmativa parece supor uma espécie de justificativa histórica para os conflitos ocorrentes no território goiano, uma vez que, por aí se pode pensar que há explicações para que a resistência camponesa seja uma constante, como se bastasse se anteverem as práticas sociais do passado. É como se tudo o que revela a pesquisa sobre Goiás esteja apropriadamente alicerçado nas explicações já concedidas e agora a nós, como pesquisadores, coubesse analisar o presente, apoiados em tais explicações. Mas não é da mesma forma que tais fenômenos foram analisados pela literatura regional goiana e isto constitui uma outra possibilidade de análise uma vez que, se ocultada, interfere no conhecimento de teses que só estão sendo pensadas atualmente. Nelly Alves de Almeida, analisa a literatura goiana e diz sobre o livro Jurubatuba de Carmo Bernardes que tal fonte demonstra o empenho “em mostrar a realidade de nossa terra, colhida, vivida, verificada a olho nu por sua perspicácia e vivacidade no local em que ela reside” (Bernardes, 1972, p.335).

Ainda assim é necessário dizer que a idéia de “aconteceres” advém da forma como aparecem as explicações acerca da produção do espaço goiano. Como parte de um sertão que vai além das fronteiras do Estado, Goiás “torna-se” o que é, quando “propenso à exploração aurífera” até mesmo nas vozes ecoantes dos viajantes europeus. Até então, assim como parte do sertão, já sentenciado por Guimarães Rosa, é apenas *lugar de travessia*. Para este autor é necessário *se fazer* Goiás.

Esse “se fazer Goiás” refere-se a uma outra leitura. Trata-se daquela estudada por autores, alguns dos quais, Brandão (1983 1, 1983 2, 1986 e outros), Vidal e Souza (1997), Vicentini (1997), Silva (1997), Brandão e Mesquita (1995), Duarte da Silva (1997), Pimentel (1997), Chaul e Ribeiro (2001), Chaul (2002), e também, de certa forma em Pessoa (1997⁵) e Estevam (2002), em que pesa o fato de Goiás se encontrar dentro de

⁵ Cito nos dois casos os trabalhos de Jadir de Moraes Pessoa. No primeiro intitulado *A Revanche Camponesa*, o autor resgata tanto aspectos veiculados ao que estou chamando de uma “segunda vertente”, um “modo de ser goiano” do camponês, enquanto na “primeira vertente” reanima a idéia de fases que demarcam a produção

um espaço imensurável, maior, amplo — o sertão —, e ser por isso o avesso e par contrário do litoral conhecido. Aqui, a descoberta de Goiás é a descoberta de um outro Brasil, que guarda dentro de si a originalidade de um modo de vida incógnito, produzindo, um sentimento de orgulho nativista para uns e, ao mesmo tempo, a idéia de desequilíbrio e descontinuidade, sobretudo entre autores da sociografia brasileira⁶.

Especificamente o trabalho de Souza (1997) traz à tona uma leitura do sertão, como um *modo de ser espacialmente construído na singularidade da forma de ocupar e vivenciar a geografia desse espaço distante do litoral*, melhor dizendo, um sertão que se resvala entre o sentido de seu significado para o outro Brasil, apresentado como “Brasil do litoral” e esse, interior, último e derradeiro, por isto, atrasado em relação àquele.

Estes estudos que focalizam o Goiás como um espaço que nasce com a semiologia do atraso (idéia de tempo desigual), por ser derradeiro, atravessado, desconhecido e lugares dos “homens sem leis” ao passo que corrobora a leitura apresentada primeiramente, ora mais cíclica e pontuada. Isto porque, sendo parte do sertão, Goiás precisava se modernizar e este estigma da necessidade de alterar o sertão — pra virar mar —, conduz este espaço a projetos de ocupação e planos de modernização que, futuramente, se tornarão o estopim para as primeiras formas de resistência camponesa, que aqui nos interessa.

Entrementes, um estudo do camponês goiano deve-se atentar para essas leituras como focos de compreensão fornecidos pelas ciências humanas ademais valorar com apreço necessário as informações fornecidas pela literatura regional. No regionalismo presente na obra literária de Hugo de Carvalho Ramos, estudadas por Vicentini (1997) até a poetisa Cora Coralina, encontramos duas importantes perspectivas de análise do regional que vai desde a construção da face agrária do estado, a se demonstrar economicamente viável até a autenticidade da identidade sertaneja como cerne de nossa nacionalidade. Outros autores nos são de grande apreço nesta mesma linha, como Carmo Bernardes e

de Goiás, unindo as duas na pesquisa dos assentamentos rurais. Em outros trabalhos como *Cotidiano e História: para falar de camponeses ocupantes*, o autor permanece nesta perspectiva dupla de análise da realidade camponesa em Goiás, mas neste segundo caso analisa outras obras no caminho de pensar uma teoria da campesinidade goiano-sertaneja.

⁶ Refiro-me mais singularmente a Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Nelson Werneck Sodré, enfim todas “*as proposições de intelectuais que defendem ser o Brasil uma nação feita de Espaço*” como introduz (Vidal e Souza, 1997, p. 17).

Bariani Ortêncio, que chegou à elaboração de um Dicionário do Brasil Central, tamanha a sua consideração para com a semântica singular do sertanejo.

Toda literatura aqui conhecida sobre o sertão goiano, encontra-se agrupada nessas duas perspectivas de leituras sobre o espaço goiano e em seus enfoques espaço-temporais. A primeira, pode ser chamada de uma espécie de “macro-história”⁷, e divide Goiás em fases e ciclos que acabam por dar sentido ao início de outro. A segunda delinea-se numa “história média” ou mesmo “micro”, uma vez que nela aparecem os hábitos do camponês sertanejo hoje, na condição de assentado. Na perspectiva dessas leituras conduziremos nossa discussão nesse trabalho, à medida que se completam em nossos objetivos, por sua proximidade e complementaridade: são duas e ao mesmo tempo uma, falam de um mesmo lugar, Goiás, um pedaço do Sertão.

1.1.1 Ouro, trem e trator: fases e faces de Goiás

“Goiás entra na história com as Minas dos Goyazes. Dentro da divisão do trabalho no império português, este é o título de existência e de identidade de Goiás durante quase um século.”
Luiz Palacin, 1976.

Obras que esquadriham, no sentido amplo, a luta pela terra em Goiás, ligam este processo com as “Formas de ocupação do Estado”. Num estudo sobre *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*, (Carneiro, 1986, p. 58) define o início da ocupação do espaço goiano do início do século XVIII a 1960, *período em que há o esgotamento das minas auríferas e o esvaziamento populacional*. A relação é coincidente em Guimarães (1988), que no primeiro capítulo de seu trabalho, com o título de *Formas de Organização Camponesa em Goiás (1954/1964)*, reintroduz o debate sobre o significado das formas de ocupação com os conflitos pela posse da terra, aqui chamados de *lutas pela terra*⁸. Por que

⁷ Estes dois horizontes que dizem respeito tanto ao recorte cronológico e geográfico, como as características dimensionais e históricas da pesquisa, são apresentados por Pessoa (1997) ao propor uma bibliotnografia camponesa no rural brasileiro. Apresento tais considerações por pretendermos, perseguir uma espécie de “história média”, que parte do abrangente e caminha até casos específicos de toda importância para leitura mais locacional dos fatos.

⁸ A diferença entre os termos “Conflitos pela posse da terra” e “Luta pela Terra” está em compreendermos que não existe somente o conflito pela posse. Em muitos casos não é simplesmente a posse que se procura, mais condições de reprodução econômica social e cultural dos camponeses, além do que isto implica na conjuntura nacional enquanto cumprimento de um projeto de Reforma Agrária construída pela resistência na posse e pela organização dos trabalhadores rurais.

isto acontece? Qual é a relação entre o surgimento de Goiás na região Centro Oeste brasileira, ou seja, dessa “parte do sertão” brasileiro, como aparece em outros trabalhos, com a realidade dos conflitos camponeses?

No cenário nacional, Goiás teve várias faces. A definição dessas faces se construiu sobre um feixe de relações, ademais estabelecidas por interesses ordenados de uma forma peculiar no se fazer política, introduzida sobretudo com o Estado Novo. Atualmente os discursos elaborados pelas diferentes e antagônicas frentes políticas sobre Goiás denotam a necessidade de colocar este espaço em “prova” para denotar “economicamente viável” a atração das mais diversas e diferentes formas de apropriação e uso do território. Mas isto não é recente. Não nos parece fácil emergir no contexto mundial tendo como herança o signo do atraso, a fase robusta do arcaico, do obsoleto. Isto conduziu à busca pelo ouro, que representava uma política de expansão territorial da época, mas que era justificada ideologicamente pela possibilidade de unificar o Brasil de raças e cenários tão diferenciados. Nesse sentido, a bibliografia sobre Goiás aponta o ouro como mineral que apresenta Goiás ao Brasil, donde vem a salvação dessa “terra sem leis”. Na perspectiva apontada por Guimarães (1988, p.23), a primeira fase

iniciou-se efetivamente nas primeiras décadas do século XVIII. O desenvolvimento da mineração como atividade econômica principal de Estado estimulou a incorporação de um significado fluxo de migrantes, promovendo a formação dos primeiros núcleos populacionais do Estado.

Foi mesmo através do ouro que se iniciaram-se os primeiros povoados chamados de “Arraiais”. Populações diferentes foram atraídas por um interesse comum: a mineração. Mas não qualquer tipo de mineração, uma mineração de fácil extração e conseqüentemente de fácil esgotamento. Porém, pessoas instauram e implementam práticas sociais, inspiram formas de vivenciar o espaço que, mesmo com os ditames do tempo, permanecem vivas.

As práticas cotidianas instauradas pela “sociedade da mineração” inauguraram as vilas e, com elas, hábitos de vida coletiva e de relações vicinais que resistiram ao tempo e que permaneceram na arquitetura do interior goiano⁹. As casas consorciadas que compõem as cidades barrocas, goianas e brasileiras fazem-nos pensar

⁹ Não à toa, as casas de parede-meia impossibilitam qualquer tipo de construção de intimidade colocando os vizinhos como partícipes da vida e das situações comuns.

nesses modos de vida introduzidos no período do ouro, além de circunscreverem uma idéia provisional de “acampamento”.

Simplem em suas formas arquitetônicas, as casas de “parede-meia” permitiram a construção de relações de vizinhança: trocas de quitandas, sentar nas calçadas ao final da tarde, os “causos” e as conversas de pescarias, práticas engolidas pelas metrópoles como rememora Haesbaert (2002, p. 97). Suas portas e janelas apontam para a rua onde público e privado se misturam. As ruas entram nas casas e as casas entram nas ruas. Palacin (1981) diz que a atividade colonial viabiliza guerras entre várias culturas que têm propósitos diferentes na construção do espaço, o que gerou um conjunto de choques e um emaranhado de hábitos fundidos. Embora com dificuldades, Goiás era, antes de tudo, incógnito por esta população migrante com interesses exploratórios que, no dizer de sertanejos, “desconhecia os assuntos do sertão”.

Trazidos por capitânias paulistas e criadores de rebanhos nordestinos, (Guimarães, 1988, p. 3) os migrantes necessitavam sobreviver as dificuldades que o sertão ignoto apresentava. Esta primeira fase de ocupação do espaço goiano é descrita neste primeiro conjunto de bibliografias sobre Goiás como uma “ocupação territorial”, que teve início em 1722, mas a mineração propriamente dita teve vida breve em Goiás. Teve início em 1726, declinando após a década de 1750 que marca o apogeu da mineração em Goiás (Chaul, 2002, p. 69).

Os movimentos migratórios demonstram que não houve efetivamente uma ocupação territorial, mas uma apropriação temporária de espaço para extração do ouro, o que envolvem sem dúvida a posse, mas que implicam também uma territorialidade casual e transitória, que só mais tarde, em 1913, com a chegada da estrada de ferro, se fez fixa. Seria, portanto, uma ocupação territorial (por parte das bandeiras) temporária, em que não se buscava efetivamente o domínio do território. Vale dizer que índios e negros fugidios já habitavam o sertão goiano e que não pretendemos ocultá-los como ocorre sem dúvida em grande parte da literatura goiana.

A territorialização construída na mineração acompanha o movimento do capital e mais, fixa-se sob o planejamento de uma região que nasce sob o signo do atraso. Tal territorialidade acompanha, ainda, uma necessidade de satisfazer as exigências da economia colonial que atingiu não apenas Goiás, mas todo o interior do Brasil através das

bandeiras de penetração. Se no século XVI, como conta Bertran (1988, p. 18) *as bandeiras paulistas se expandiram pelo interior do Brasil, motivadas pela necessidade de conseguir braços indígenas para as lavouras, o que motiva a partir dos anos 1700, é a busca do ouro e de pedras preciosas*. Por aí percebe-se que o ouro foi um motivo posterior para que o interior fosse o mote, não podendo assim constituir-se no primeiro.

A sede deste metal fez com que as minas se esgotassem rapidamente, tornando essa “fase” da formação do espaço goiano um período curto de aproximadamente duas décadas. Na época do ouro, poucos se interessavam efetivamente pela propriedade da terra, *valendo-se dela apenas enquanto fornecesse ouro à bateia e na justa medida desse fornecimento* (Guimarães, 1988, p. 25).

O redescobrimento do metal amarelo é um episódio que se repete na história do Brasil e do mundo. De tão repetitivo, o “período do ouro” foi pensado e explicado como um “ciclo”, que se restitui em forma estrutural, mas com suas especificidades locacionais, como escreve Palacin (1976, p. 15):

No século XVIII, assiste-se no Brasil a esse processo que depois se repetiria na Califórnia, África do Sul, Austrália e Alaska. Suas fases são quase fatais: descobrimento, um período de expansão febril, caracterizado pela pressa e semi-anarquia, depois, um breve, mas brilhante, período de apogeu e imediatamente quase sem transição, a súbita decadência, prolongada, às vezes, como uma lenta agonia. Tal é o ciclo do ouro.

Embora pareça fatal, pela repetição do processo, as dimensões histórica e geográfica, representada pelas especificidades dos acontecimentos territoriais, fez de Goiás um Estado com identidade tardia e, por vezes, secundarizado por ser via de acesso, lugar por onde se passa e não se fixa. Goiás é *sertão que foi apenas atravessado, mas não dominado*, como nota Raimundo Faoro (1987). Por isto não surge como projeto, mas “acontece”, embora tardiamente, à medida que viabiliza os interesses da época.

Uma das principais teses sobre o descobrimento tardio de Goiás é o livro *Goiás 1722 – 1822: Estrutura e Conjuntura*, do espanhol Luiz Palacin. Ele esclarece que o descobrimento de Goiás representa uma política de expansão territorial que surge com o esgotamento das minas auríferas em cidades de Minas Gerais e com a descoberta de ouro em Mato Grosso. Goiás foi uma via de acesso útil por onde passariam as bandeiras paulistas. Daí não surgiu, aconteceu. Segundo Palacin (1976, p. 16 e 17), existiram pelo menos três razões favoráveis para que a expansão do território acontecesse nesta direção:

uma descobridora, outra psicológica e por fim, uma razão política. Em síntese, explica melhor esse autor no dito abaixo:

Havia, em primeiro lugar, que buscar um caminho por terra para substituir a longa e difícil via fluvial para Cuiabá. Esta é uma preocupação constante do governo, tanto da metrópole como da Capitania de São Paulo. Durante todo século XVIII depois de instalada a intendência e mais tarde a Capitania de Goiás, a abertura, manutenção e o aperfeiçoamento do caminho de Cuiabá através de Vila Boa (*hoje município de Goiás*) é uma das insistências do governo, sentida sempre como vital. Este interesse precedeu o descobrimento de Goiás e influiu, sem dúvida, na organização da expedição descobridora.

O momento psicológico, em segundo lugar, era o mais adequado para a preparação de uma bandeira exploradora do interior goiano. Sempre tinham corrido entre os colonos, transmitindo-se de geração em geração, rumores da existência, nas serras e sertões longínquos do poente, de místicas riquezas de ouro e prata.

O momento político, finalmente, não podia ser mais oportuno em São Paulo, para qualquer expedição que viesse alargar os limites reais da Capitania, em especial mediante o descobrimento de novas minas de ouro (referindo-se a Minas Gerais e Mato Grosso). Depois dos reveses sofridos em Minas, e do desmembramento do território, constituídos em nova capitania, tanto os paulistas como seu governo ansiavam por uma desforra. A criação de um novo eixo mineiro seria a melhor resposta.

Apesar dos momentos favoráveis, embora aparentemente distintos, a lógica que os permeia é a mesma: o favorecimento econômico e a garantia da exploração. Mas o significado espacial e territorial das bandeiras vai muito além disso. Além de exibir a notoriedade da diferença, implica mais que uma descoberta, expressa padrões, como destaca Vidal e Souza (1997, p. 50):

As bandeiras constam do inventário de problemas nacionais como causas máximas do padrão de ocupação do espaço aqui vivido. Responsáveis, portanto, pelo surgimento de modos de vida social distintos da sociedade litorânea e pela extensão territorial desafiadora para os espaços de controle do território. A formação de nossa geografia presenteia o futuro brasileiro com a questão nacional maior: o sertão.

Começar a pensar na história da formação do espaço goiano, descrevendo a fase aurífera é compreender que Goiás acontece à medida que se faz potencialmente aberto à exploração, ou melhor, existe a partir dessa possibilidade. Esta é uma leitura repetida que se faz do território, como se ele se iniciasse por sua viabilidade expansionista e econômica ou como se o que explicasse seus contornos fossem as viabilidades financeiras do mesmo. Após cada ciclo, o percurso fatal: conviver com a decadência. Esta foi uma das idéias mais difundidas sobre esta primeira fase dos ciclos econômicos de ocupação em Goiás. É também nesta passagem — “do primeiro para o segundo “ciclo” — , que se

efetiva uma intensa concentração de terras (Pessoa, 1997, p. 25). A sociedade goiana do pós-mineração está intimamente ligada ao estigma do atraso, principalmente porque, como reforça Chaul (2002, p. 69),

os viajantes que passaram por Goiás, com seus olhos embotados de realidades européias, só conseguiram vislumbrar um aspecto comum: a decadência da Capitania (...) Somos uma imagem refletida por Relatórios de Governos Provinciais e por viajantes europeus que no século XIX nos formaram sem a visão real e original do século XVIII, em que o ouro significava o antagonismo do existente na terra percorrida pelos olhares europeus.

Nas primeiras décadas do século XX, a estrada de ferro chega ao extremo sul do estado, se estendendo até 1935, quando chega Anápolis. Estes acontecimentos impulsionam o início de um “novo Goiás”, mais aberto ao uso diferenciado do seu espaço, principalmente com a chegada da agricultura comercial. Ainda assim a pecuária extensiva foi sem dúvida a atividade mais regular na economia goiana, o que facilitou as grandes extensões de terra e definiu o sentido da propriedade, muito embora a riqueza constitui-se no rebanho e não na delimitação privada da terra. Pode-se dizer que o sentido da terra enquanto propriedade é bem diferente do sentido da terra para o camponês.

As transformações decorrentes da penetração da antiga estrada de ferro, como a transformação da agricultura de subsistência e a orientação da empresa agrária para a indústria, alimentam o surgimento de programas de colonização com objetivos de interiorizar e promover a ocupação de vazios demográficos. Daí a adaptação de uma ideologia advinda dos Estados Unidos, chamada “wilderness”, ou Marcha para o Oeste, à necessidade de se construir a “unidade e segurança nacionais” e, mais, de incorporar Goiás e Mato Grosso ao “processo produtivo nacional” (Carneiro, 1988, p. 27-28).

Quer seja um instrumento demagógico de propaganda, como quer Duarte da Silva (1997, p. 40), ou ação de integração nacional como se o destino fosse “o centro”, a idéia de descontinuidade espacial aliada à necessidade de unificar o espaço permeou as principais ações na constituição de Goiás. Se a marcha iria unificar o litoral ao diferente, existe aí o prenúncio de uma alusão à identidade goiana: uma identidade diferente, talvez até inferiorizada, sedenta em ser “capitalizada” e por que não dizer, como Valadares (1997), “domesticada”. Na verdade, a marcha viria para resolver um problema : o “estigma de terra do atraso, da decadência, do marasmo e do ócio, para criar o que chamaríamos de goianice” (Chaul, 2002, p. 70).

O papel da estrada de ferro foi de escoamento de mercadorias excedentes provocando o surgimento de casas comerciais e das primeiras casas bancárias (Chaul, 1995, p. 87). O “trem” fez com que Goiás assumisse dois papéis: o de mercado para os produtos de uma indústria que emergia no sudeste e o de fonte de produção primária para abastecê-la. Se o ouro abriu as portas para o capital estrangeiro, a estrada de ferro escancarou-as.

Esta abertura de fornecimento de produtos alimentícios foi um dos fatores que impulsionaram em 1930 a Marcha para o Oeste, além da criação de colônias agrícolas e ad contensão de conflitos gerados em todo o País (Pessoa, 1997, p. 36). Para Carneiro (1988, p. 78), três fatores foram significativos na Marcha para o Oeste em Goiás, que passa ser fornecedor de gêneros alimentícios, absorvedor de excedentes populacionais de outras regiões do País, além de contar com a presença de Pedro Ludovico — “fundador” de Goiânia e responsável pela transferência da capital goiana, o que incorporou Goiás ao processo de produção capitalista. Pode-se em resumo afirmar que, a estrada de ferro ortogou em Goiás o caráter de mercado, a *Marcha* absorveu o excedente populacional brasileiro e forneceu a mão-de-obra que trabalharia para a constituição deste mercado. E, para fechar com chave de ouro, Ludovico imaginou e realizou a moderna Goiânia como um bom bandeirante, um “homem do progresso” que salvou o sertão das garras profundas de ser infinitamente atrasado.

Como principal interventor no sentido de incentivar a “necessária” expansão capitalista, Pedro Ludovico Teixeira transferiu a capital goiana, em 1933, — de Vila Boa de Goiás, ou “Goiás Velha”, para Goiânia —, ação que promove uma intensa abertura de estradas expandindo a rede ferroviária até Anápolis que era o principal centro comercial do Estado. Esta nova fase que se estenderá a partir daí, marcada pela modernização da grande propriedade a partir de 1950, será uma discussão posterior desse trabalho. Antes, porém, apresentamos um outro conjunto de leituras sobre Goiás: as faces do sertão goiano.

1.1.2 Outro Brasil: “do sertão cá do cerrado”

(...) Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode tocar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador.
 (...) O senhor sabe, pão ou pães é questão de opiniões...
 O sertão está em toda parte.”

João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas, 1983.

Rosa (1983) apresenta-nos uma possibilidade única para se refletir o sertão. Com ele, o sertão deixa de ser *indesejável* e torna-se *inevitável* e não adianta detê-lo: ele está em toda parte, carregado em cada corpo sertanejo. Diante das explicações que abarcam os ditames relacionados ao significado do papel de Goiás para o Brasil, quase que como uma “subcolônia da colônia”, é necessário refletir sobre uma leitura paralela que aparece nos estudos de pesquisadores das ciências humanas — parte cada vez mais crescente na academia, além de viajantes, regionalistas e, por último, nunca em menor medida, da literatura goiana. Esta leitura, aqui classificada como “outra” é, de certo modo, mais recente que aquela apresentada, uma vez que a estrutura não é a de uma história “cíclica” e factual, mas o que prepondera é uma preocupação com o significado do imaginário construído pelos viajantes e pelos primeiros intelectuais que estiveram em contato com o “sertão goiano”. Pode-se, então, dizer que nesta vertente mora uma preocupação com a semiologia do modo de ser goiano.

Vários adjetivos se juntam para designar o sertão, como: *terra sem lei, lugar povoado por indígenas e feras, lugar sem conforto devido ao vácuo de civilização, lugar oposto a todas as conquistas a e que o litoral permitia ter acesso, reino absoluto da liberdade e do desregramento, lugar de conquista, espaço habitado por bandoleiros e selvagens onde impera a desordem*. Assim o sertão, conforme apresentado por Pimentel (1997, p.17) já nasce como “categoria impregnada” e, um novo campo semântico só se faz visualizado, no pós 1950, período em que se dá a reinterpretação do sertão. Coincidentemente é este o mesmo período que se conhece como de transformação na estrutura fundiária de Goiás.

A partir disto, temos por objetivo pensar em como este imaginário sobre Goiás influenciou um olhar exterior do sertão goiano para o “outro Brasil” e em que medida tal olhar decifra o espaço goiano. Embora não se pretendesse aprofundar na importância da compreensão das fases que compuseram a construção desse espaço, apresentar esta vertente

é antes de tudo conceber que toda e qualquer elucubração que se faça sobre o modo de vida desse Goiás/sertão é válida em face do desvendamento do ser goiano como uma identidade — um dos problemas primordiais desse trabalho.

Caminhando-se por este decifrar de um olhar inaudito — “os deslizos do território”—, traçando uma imagem que influenciou estudos de várias áreas científicas sobre o “interior”, a importância da descrição posta na visão dos viajantes, literatos e regionalistas é o caráter ideológico e o peso político desta leitura do imaginário. Ainda assim, estava presente na decisão de conhecer o sertão e, em certa medida, Goiás, o critério socioeconômico, mesmo que as vastidões territoriais do interior parecessem, por outros motivos, atraentes aos olhos dos viajantes. Esse estudo feito por Corrêa (2001, p. 79) denota e ratifica nossas reflexões:

A explicação para o pouco interesse pela Capitania de Goiás, elevada à Província em 1822, provavelmente se encontre menos nas dificuldades de acesso ao seu território do que no desconhecimento da existência, por parte desses naturalistas, das possibilidades e da riqueza do Sistema Biogeográfico do Cerrado, que abrange uma significativa diversidade de formas vegetais e de espécimes faunísticas. Acresce que a própria situação socioeconômica de Goiás à época era pouco atraente para esses estudiosos estrangeiros. Tanto assim que, dentre os cientistas que visitaram o Brasil, na primeira metade dos oitocentos, somente sete foram arrolados como tendo efetivamente visitado, em maior ou menor escala, o território goiano.

O interesse pelo exótico e pelas possibilidades de riqueza no âmbito biogeográfico que a diversidade traria reaparece na maior parte dos trabalhos dos viajantes de forma um tanto descritiva. Apesar do caráter de descrição acompanhar a forma de fazer ciência da época, as descrições feitas do sertão elevam as características do lugar e as dificuldades de habitá-lo, cabendo este desafio a um personagem tão exótico e arisco como as tortas árvores do sertão: eis aí uma das primeiras pistas para se refletir sobre o sertanejo enquanto o que se identifica e faz o sertão ser — como identidade.

Foi fundamental, nas viagens, o imaginário produzido sobre Goiás, ao compreender que a partir do litoral já existiam preconceitos sobre o interior, implicando inclusive a produção do pensamento sobre esta parte do sertão e, de alguma forma, na organização e produção espacial goiana. O “pouco interesse” pelo desconhecido exalta as dificuldades ainda que inauditas, como se o simples inauditismo o desqualificasse e o colocasse na posição secundária.

A carga de conceitos pré-elaborados que encadeiam e determinam modos de codificação do espaço goiano influencia, portanto, na materialidade deste espaço e no que ele se torna, ou no que ele reflete como a auto-representação do sertanejo sobre si, embora tal influência tenha mais caráter ideológico do que real. O peso do imaginário social sobre os interiores até hoje se mantém constituído no modo de pensar o espaço goiano, para além do senso comum. De forma ampla e singular, Castro (1997, p. 155) contribui para estas afirmações, quando diz que

O imaginário social por sua vez é o cimento dessa coerência por tornar visível e interpretável os simbolismos presentes nas relações dos homens entre si e seu meio os quais materializam-se nos diferentes modos de organização sócio-espacial. É neste sentido que imaginário político, território e natureza encontram-se entrelaçados em situações concretas, explicando algumas das questões-chaves, tanto da representação territorial da política como o sentido dos seus discursos e das bandeiras regionalistas.

Nas falas dos camponeses assentados recolhidas neste trabalho, tal representação se evidencia acrescentando o par contrário — moderno/arcaico, como uma realidade evidente a qual se tentou resistir. Por várias vezes pode-se ouvir o dito classificatório da palavra *sertanejo* para designar quem habita o sertão — mais que o sertão, o sertão agrário —, averso à cidade e a qualquer possibilidade de “modernidade”. A imagem se associa também à rusticidade da paisagem, da natureza, às vezes até em sentido comparativo. Palavras abaixo comprovam a afirmativa,

Eu e minha família toda é sertaneja. Nós somos iguais essas árvores daqui. Mesmo com as dificuldades, sem água e sem terra boa, a gente continua sobrevivendo e gostando de ser sertanejo. (Divino Crente – Assentamento Rancho Grande)

A influência na representação do imaginário no Estado de Goiás, produzida na narrativa dos regionalistas, viajantes e pesquisadores que aqui estiveram, foi e é transcrita na pesquisa sociográfica brasileira. Existiu ainda um forte dinamismo para o entendimento do sertão em geral, influenciada pelas narrativas de Silvio Romero, Capistrano de Abreu, Manoel Bonfim e José Veríssimo (Vicentini, 1997, p. 10). Este dinamismo acompanhava o pensamento da época, no qual a formação da identidade brasileira passava pela raça, etnia, usos, costumes, história e, mais ainda, localizava-se no interior (1997, p. 12). O sentido de identidade nacional não prevê alteridade aqui, mas

uniformidade de hábitos, pensamentos e formas de vivenciar o espaço difuso, disperso, disforme e diferente em si.

Merece atenção a partir desta leitura sobre o sertão, embora feita em maior escala, a idéia de que, por trás destas representações espaciais, moravam a necessidade de se construir um Brasil “uno” e a idéia de identidade nacional. Este pensamento encontra dois entraves: um, a dimensão espacial do território, o que figurou como um desafio para controle e dois, a “descontinuidade” expressa na paisagem e nas pessoas¹⁰ (Vicentini, 1997, p. 36). Para ser, Goiás precisou responder a um projeto que o edificasse como parte integrada ao território nacional, necessitando-se assim de modernizar-se, “domesticar-se”. Os projetos de povoamento e os convites para vir a Goiás eram constituídos de discursos de futuro. Goiás, assim, era a Torre de Babel, terra de todos e de ninguém.

Um conjunto de causas imprevisíveis e independentes entre si, que não se prendem a um encadeamento lógico ou racional, e que determinam a existência de Goiás para o Brasil e para o mundo, faz de sua descoberta um fato, além de tardio, fortuito. Embora planejado como estrada de passagem para o ouro, a estrada de ferro fez Goiás receber uma marca efetiva de povoamento, em 1913, (Carneiro, 1988), (Pessoa, 1997), (Lisita, 1992). Conseqüentemente o sentido da estrada de ferro, do modo como aparece na literatura e nos discursos do goiano, é “a via do progresso”, consolidando uma idéia que até hoje permanece no imaginário popular: a de que indústria é igual a progresso, ou mesmo a de que quanto mais “integrada” ao mercado estiver a economia de uma região, mais ela vai “progredir”.

Imaginários unificadores e ideologias político-estratégicas nortearam a “Marcha para o Oeste” – do litoral rumo ao sertão. A fé no interior, no desconhecido e outrora desprezado, passa a ser desafio para a nacionalização do litoral e a civilização do sertão. Eis o objetivo da Marcha: descobrir e unificar o Brasil legítimo, projetar uma união civilizadora e nacionalizante para o Brasil (Vidal e Souza, 1997, p. 109). Da mesma forma, a idéia de espaço descontínuo, “desequilíbrio”, como demonstra tal estudo, influi, sobremaneira no sentido para o qual se caminha.

¹⁰ Euclides da Cunha narra seu espantamento com os povos do sertão, para ele, mais estrangeiros do que os próprios estrangeiros de fora do país, tão comuns em São Paulo.

Mais interessante que a idéia de descontinuidade e desequilíbrio é o pensamento de que o espaço e os homens estão separados. Por que, como pensar em modernizar o sertão sem considerar o ingrediente fundador e personificador do mesmo, o sertanejo? É possível acreditar no fato de que há separabilidade dos dois termos? Primeiro, considerar o sertão sinônimo de atraso enquanto ao mesmo tempo o que se promovia era o esmagamento de uma identidade —se é que isto é possível —, principalmente por que a imagem do sertão e do sertanejo foi criada pela ótica de quem não conhece o sertão: impossível de ser contido e controlado pois mora no interior de quem o faz. Quem faz o sertão é uma identidade, um modo de ser do sertão, além de qualquer fronteira, de qualquer possibilidade de domesticação.

A dimensão territorial do “interior maior”, em que geograficamente Goiás se localiza, revela-se um desafio *para o exercício do controle além do caráter descontínuo da paisagem, o que infere “desequilíbrio” como aparece nos trabalhos que desenharam as regiões que compreendem a realidade nacional* (Vidal e Souza, 1997, p. 35). Os sentidos da dimensão territorial goiana foram tema de debates entre os principais intelectuais que pensaram o sertão. Enquanto Cassiano Ricardo dizia que tais dimensões eram “espaços de futuro”, Raimundo Faoro falava que esta foi sem dúvida uma “doação incômoda dos nossos primórdios”. Já Euclides da Cunha temia que a separação litoral/sertão comprometesse a formação de uma “consciência nacional” (Vidal e Souza, 1997, p. 101). Antes de tudo, até aproximadamente o final da década de 1920, os *significados que recobriram o signo sertão giravam em torno de uma constelação de atributos, cujo denominados comum se aproximava da idéia de perigo virtual*. Estes são os atributos até aqui apresentados (Pimentel, 1997, p. 17).

Decerto há, conforme apresentado por Pimentel (1997, p. 18 – 20), duas vertentes semânticas-interpretativas sobre a imagem de sertão, uma, de *veio interpretativo*, sob a influência de *Cassiano Ricardo, Guilherme Velho, Vianna Moog, Fernando de Azevedo e muitos outros*. A segunda vertente *é constituída pelo próprio processo de resignificação para cujo desenvolvimento concorrem expressões eruditas e populares nos campos da música, da literatura e das ciências humanas*.

As representações do espaço, exceto em Faoro (1987), falam desse sertão convidativo que aparece no pensamento social brasileiro de forma distinta, embora

reforçam sua necessidade de superação. Na literatura regionalista, como, por exemplo, o livro *Tropas e Boiadas*, de Hugo de Carvalho Ramos, a narração das andanças dos vaqueiros e conseqüentemente seu “modo de vida”, a riqueza da linguagem e o expressivo detalhamento dos hábitos, esbarram na mensagem do conto Peru de Roda¹¹ e, novamente, o sertão precisa ser “economicamente viável”.

Das inúmeras representações sobre o sertão, Brandão (1995) apresenta os agricultores do Alto Paraíba, quando sertão é o mesmo que *mata densa de bichos*. Esta idéia retira do termo a relação com a fazenda e o trabalho do homem (Pessoa, 1997, p. 112). E mais ainda, relaciona a fazenda como *lugar de posse, enquanto o sertão é lembrado como lugar de “homens pobres” – os sertanejos* (Brandão Apud Pessoa, 1997, p. 62-66).

Este sertão, além de representação, corresponde ainda aos traços da realidade camponesa. É possível ver muito do sertão, descrito no mundo nem tão distante dos regionalistas, nos hábitos do camponês assentado. Isto porque, aqui, não o pensamos simplesmente como localização geográfica, mas como um jeito de ser, uma forma de espacializar-se. Sair da base eminentemente material do espaço e pensar que o sertanejo, mesmo na cidade, é sertanejo, embora o que se falou do sertão, muitas vezes, pudesse parecer um ponto graficamente determinado. Neste sentido, por mais projetos de “transformação” que o sertão pudesse ter, em busca de modificá-lo, as pessoas continuavam e continuam carregando o sertão, em seus corpos, por onde quer que elas andem. Afinal, Guimarães Rosa já havia falado que “sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!”.

1.2 Uma agricultura de nome “moderna” em Goiás

A modernidade se edificava em oposição ao passado que encarnava a decadência e o atraso de Goiás ao longo de sua história. Em nome dela, não só se combatia a primeira República com suas oligarquias retrógradas, como também se propunha uma nova era político-social e econômica para o Estado, uma época de prosperidade e progresso.

Nasr Fayad Chaul, 2002.

¹¹ Ramos (1998) enreda histórias sobre as dificuldades dos tropeiros e os costumes dos sertanejos no transporte de couro, fumo e outras iguarias e eleva personagens que realizavam o transporte sem danificar “aparelhos delicados de louçaria e vidro”. A descrição decorre de forma literária e surpreendentemente interessante exaltando as particularidades de uma viagem pelos sertões.

É possível traçar uma relação entre a reversão populacional da cidade para o campo e a mudança do teor de produção e uso da terra em Goiás. Se não bastasse a obviedade, ao que se sabe, Goiás nunca foi — antes dos investimentos no projeto de “modernização da agricultura” e “correção dos solos”—, um pólo de produção agrícola. Goiás sempre foi Goiás: pedaço do sertão, que agora precisa se litoralizar. Sertão atravessado, de travessia, por isso não surge — acontece.

De 1940 a 1942 ouvia-se em programas de rádio o seguinte chamamento: “Venha para Goiás, trabalhar na sua terra doada pelo governo”. Especificamente o entorno do município de Goiás passa por um aumento substancial de população, provocado pelo contingente de camponeses, com matulas, foices e sonhos, atraídos por frentes migratórias interessadas em fixar, principalmente com a construção de Brasília; “coroamento da Marcha para o Oeste” (Pessoa, 1997, p. 47). As promessas parecidas com as de Getúlio Vargas na “Marcha” têm o objetivo de promover a *ocupação dos espaços vazios do Estado de Goiás para aliviar as pressões sociais e receber o apoio da burguesia agrária* (Carneiro, 1986, p. 89). Esta fase é também lembrada na literatura regional, como no conto Pão de Avião, da goiana Yêda Shmalz, de 1987, do livro *Atalanta*, sobre o que é ser camponês e o que veio fazer ele no sertão,

- O que é camponês?

- Roceiro, homem que trabalha no campo. Um camponês que pegou a enxada e passou muitos dias arrancando a erva ruim da terra, limpando tudo, e passou muitos dias amaciando a terra com a enxada e fazendo buraquinhos pra poder plantar e depois passou mais muito tempo semeando a semente nos buraquinhos e plantando elas, tapando cada buraquinho, e mais outro tempo enorme aguando, porque não estava chovendo, até que as plantinhas começaram a brotar...

Outro exemplo importante na literatura regional, que também faz muitas referências a esse momento em Goiás é *Nunila*, de Carmo Bernardes. Além de mencionar o início das organizações camponesas a partir do Partido Comunista, o livro retrata a forma como a comunidade recebia as informações a respeito dos camponeses que começavam se organizar e como tais representações desse fato implicavam numa leitura um tanto quanto pejorativa sobre os mesmos. Ainda assim, Antonino, o “Lino da Costa”, personagem-narrador do livro, com certo ar de desconfiança para com as informações, demonstra-se sábio ao dizer que as mesmas são advindas por vias ilícitas uma vez que vinham de Goiânia para a região do Coqueiro de Galha — onde se passa a história —, e seus proprietários são os fazendeiros que queriam regulamentar atos de desumanidade para com os camponeses.

A associação feita e os nomes dados ficavam claros na fala. Os rádios e tvs, os mesmo que atraíram, outrora se puseram contra, como narra Bernardes (1984, p. 102, 134 e 147).

Os camponeses eram de número bem superior ao “esperado”, ao passo que a taxa de crescimento populacional de Goiás superava a brasileira.¹² Em nenhum outro terreno, o observador ocasional está sujeito a tamanhas distorções, como no cálculo de cifras de população. Basta o mais leve impulso e as centenas passam a ser milhares e os milhares, milhões (Palacin, 1976, p. 40). Milhões a tirar a erva ruim da terra, a fazer do sertão parte do Brasil que, homogêneo, levaria “os brasileiros a crer na unidade, na identidade — imagens necessárias tal qual diz Chauí (2000, p. 7).

Vários motivos são responsáveis pelo aumento do número de migrantes para Goiás. Além da criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, a CANG, em Ceres, no ano de 1941, existiu também o fator *preço da terra*, muito inferior ao do resto do centro-sul do país. Isto fez com que as décadas de 1950 e 1960 assistissem um forte processo de concentração de propriedades o que ampliou a frente capitalista (Carneiro, 1986, p. 82). O caráter primordial das propriedades nesta época não se correlacionava, certamente, com os objetivos dos camponeses que aqui chegavam: os caminhos eram diferentes e distintos, porque assim são os sentidos da terra: diferentes e distintos a cada um que nela queira significar.

Acredita-se que a chamada “modernização” atinge espacialmente um determinado território, em várias dimensões completamente interligadas, as quais procura-se resumir em: *solo*, tanto no sentido do uso e apropriação como no sentido pedológico; *relações de produção* — que interferem na forma com que se divide uma propriedade para “uso”; *meios de produção* ou a técnica empregada no como se trabalha a terra, as *relações de trabalho* que devem responder ao direcionamento que o proprietário queira dar e fundamentalmente os sentidos do uso da terra que acabam definindo mais uma dimensão, a *cultural*, por fim.

Tais dimensões não podem ser descritas simplesmente por uma passagem do “sentido camponês” para o “sentido capitalista”, mas por uma mudança de concepções de uma “ordem moral” para uma “ordem econômica”, como sugere Woortmann (1990, p.

¹² Enquanto de 1940 a 1950 o crescimento de Goiás foi de 4,9% ao ano o do Brasil foi de 3,2% ao ano (Carneiro, 1986, Pág. 80).

15). Antes porém é necessário pontuar que, ao que se conhece, Goiás sempre esteve voltado para uma economia agro-pastoril ou a pecuária extensiva, como se isto fora uma espécie de “tendência”. Mesmo porque o desconhecimento do elemento *solo* no seu sentido “natural” influencia a forma como a importância da agricultura modifica-se, conforme enuncia Carneiro (1986, p. 73), *o crescimento da agricultura em Goiás se expressou através de técnicas rudimentares esgotando a fertilidade do solo [...] o camponês seguia abandonando áreas para pastagem e derribando novas áreas para o plantio.*

Uma das explicações que se encontra na bibliografia acadêmica sobre esta vocação para pecuária extensiva é o sentido dado à terra na constituição da propriedade rural que, a princípio, não se empenhou na extensão da propriedade, mas no número de cabeças de gado que ela continha. A diferença de sentido entre o uso da terra para pecuária e para agricultura é percebida em toda a bibliografia de maneira bastante clarificada.

Para os camponeses com os quais trabalhei, é melhor falar da quantidade de “reis” (forma de referir-se ao gado), para designar riqueza, do que da extensão física do lote em que se vive. Divino “crente”, assentado, ainda me disse outro dia: — “Quero ver a fé na luta que terá o povo quando vê os “gadinho que eu tenho aqui!”. Pimentel (1997, p. 28) apresenta-nos uma importante contribuição sobre o assunto, traçando uma comparação da relação “agricultura versus pecuária” que significa caipira versus “proprietário”,

(...) o sertanejo surgem como espaço e sujeito dotados de um grau de completude que seus opositos não possuem. No entanto, os procedimentos usados para construir a oposição não são idênticos. No primeiro caso, a desqualificação leva à completa invisibilidade do caipira e de seu mundo. No nível das representações simbólicas adotadas tanto na música sertaneja quanto nas festas do peão de boiadeiro, a figura do caipira é completamente ausente. Em seu lugar surgem peões, vaqueiros, cowboys, ginetes (...) Nesse contexto a inviabilidade do caipira amplia-se cristalizando-se na agricultura em geral, fazendo com que a oposição alcance um nível mais elevado que é o da pecuária versus agricultura. Assim, por si, a agricultura se reveste de valores negativos sempre que surge positivamente valorada, ela nada mais é do que um apêndice das riquezas do pecuarista.

O camponês —“caipira”—, numa economia praticamente de subsistência, se identifica com a agricultura enquanto atividade para reprodução da condição camponesa e, principalmente, do sustento da família, ao passo que o “pecuarista” é o mesmo que o grande proprietário para o qual trabalha o vaqueiro – uma espécie de camponês entendido de gado. Assim o proprietário ocupa-se em promover o uso da propriedade orientada para o lucro, um sentido diferente de pensar a terra.

Enquanto o camponês ocupante procurava estabelecer uma economia voltada para sua subsistência, fortaleciam-se as pressões da burguesia agrária goiana em expropriá-lo. Esta “burguesia” exerceu forte influência sobre as falsas “promessas de reforma agrária no estado”, cujo único objetivo foi utilizar a mão de obra do camponês no preparo da terra para o exercício capitalista da propriedade: a pecuária de corte e posteriormente a agricultura comercial. Isto é fato: o camponês foi “usado” enquanto servia para desbravar o sertão para o “capital” e tornou-se indesejável logo que havia feito o serviço em meados de 1960 (Carneiro, 1986, p. 83). Brandão e Ramalho (1986, p. 91) descrevem, embasados em depoimentos de idosos no município de Mossâmedes - GO, essas relações,

As pessoas moravam onde queriam e, às vezes, nem se sabia quem era o dono da terra. Chegava alguém, pedia para ficar e ali ficava morando. Como as “fazendas” eram de gado, os fazendeiros só desejavam uma coisa do trabalhador de seus agregados – o capim. De resto, o indivíduo podia fazer a roça que bem entendesse. A mata era derrubada, plantava-se a roça e depois de algum tempo, normalmente 2, 3 anos, o local era transformado em pastagem. Às vezes o gado “sumia no mato”.

O trabalho citado é um estudo intitulado *Campesinato Goiano*, em que Brandão e Ramalho (1986, p. 92) apresentam o debate das práticas desenroladas no município de Mossâmedes as quais, a partir do surgimento de Goiânia e da chegada dos mineiros, passam por diversas modificações no que se refere *ao aspecto da posse e uso da terra – com a introdução da agricultura para venda e o surgimento da “meia” e do “arrendo”*. Para os autores, este é um “segundo momento” e o início de uma “economia de mercado” cuja predominância de vendas foi o município de Goiás, ou Cidade de Goiás como aqui se vai chamar,

O mercado da Cidade de Goiás desempenhou um papel importante durante toda esta época . A pouca produção de Mossâmedes (agrícola e suína) e de outras comunidades vizinhas encontrava na cidade um pólo de venda. [...] O mercado da Cidade de Goiás era a solução para os indivíduos que tendo plantado acima da conta, não tinham como vender a produção” [...].

Ainda assim, minha opção é por evocar recorrentemente a literatura regional como reforço e crença de que tal metodologia contribui para pensar o camponês em Goiás. Isto me faz retornar ao livro *Nunila – a mestiça mais bonita do sertão brasileiro*, de Carmo Bernardes, o qual apresenta os sentimentos e as representações da população do “Coqueiro de Galha”, neste processo de transição, e que não nasce de uma necessidade

interna do lugar-Goiás, mas atinge seus homens, sertanejos, camponeses, goianos de todos os nomes e classificações, ao passo que os deixa como sentimento de “não mais caber no mundo”, como Ramiro fala, em outro texto de Bernardes (1986, p. 155):

Hipocondria desgramada me inutiliza, caio numa leseira monstra. Não terei mais cabida no mundo, não vou dar conta de viver a hora que os graúdo acabarem de tomar conta de tudo. Os ofícios que meu pai me ensinou, nenhum vale mais nada. Rançar como numa época em que não existe mais tropeiro; fazer carro de boi agora que o caminhão puxa tudo; roda de fiar, os petrechos todo de tear pano_ tudo que eu aprendi a fazer vale mais o que hoje em dia? Tempos modernos, ninguém mais mexe com as coisas, sou um indivíduo superado, sem nenhum préstimo na sociedade.

Opções contrárias de uso da terra são o primeiro ponto de diferenciação do camponês para o latifundiário. Tal opção não significa, no entanto, apenas um apreço ao lucro por parte do fazendeiro, mas uma relação diferente no sentido de ser e no sentido de significar a terra de trabalho. O camponês relaciona-se com a terra-natureza, na concepção idílica, romantizada e religiosa, portanto o que define a produção e mais, implica a idéia de que a terra fornece sua alimentação, sendo, responsável pela subsistência. Terra para o camponês é trabalho e trabalho é vida.

Se, por um lado, o primeiro podia “ficar na terra” o tempo que servisse ao proprietário, depoimentos revelam que, com a *chegada dos mineiros*, o mercado de terras torna-se um forte empreendimento econômico e assim “tudo muda de figura”. Numa comparação feita por Brandão (1978), o preço de um alqueire vendido em Minas Gerais equivalia a outros quatro em Goiás. Além do mais, o desgaste pedológico em Minas atraiu os mineiros para Goiás, quando ainda se podia comprar *mais matas e terras melhores. Eles vieram para cá pra cultura, compravam mata virgem*. O goiano aparece no discurso como representado pela economia de subsistência enquanto o mineiro pela economia de mercado (Ramalho, 1986, p. 94).

O fator propriedade da terra constitui o mote da expansão comercial no campo. Oliveira (1980, p. 6), fala desse processo como sendo o cimento para apropriação da mais-valia,

É fundamental esclarecer, que esta situação não elimina a contradição entre terra e capital, apenas a mascara. É por isso que quando o capitalista compra a terra, ele esta comprando renda da terra, ou seja, o direito de apropriar-se de uma parte da mais-valia social. Aí reside uma diferença entre terra e capital, pois a terra sem produção alguma rende, ou como se diz comumente “se valoriza”, e a condição de proprietário é o requisito para se abocanhar de parte dessa riqueza produzida socialmente.

Agricultura mecanizada, novas relações de trabalho e de produção, mercado definido (Anápolis e Goiânia); meios de transporte substituídos – do carro de boi, “cargueiro”, aos caminhões, adubos, sementes, instaura-se em Goiás, em 1970, a “agricultura capitalizada”. A expropriação dos lavradores, ocupantes e outros camponeses de toda sorte foi uma consequência plenamente previsível. A lógica capitalista de produção na utilização da terra subordina a agricultura ao mercado, ao passo que ao camponês só restou se organizar em torno da resistência.

Como a década de 70 foi marcada por uma massiva intervenção do Estado na agricultura, através de programas de crédito, instituindo a empresarização e possibilitando nova expansão do latifúndio e privatização das terras devolutas, o preço de tudo isso foi a generalização da grilagem. E os atingidos, evidentemente, foram os pequenos produtores que, nesse processo de “ocupação primária”, tornaram-se posseiros (Pessoa, 1997, p. 77).

Quando se fala de “modernização do campo” é importante frisar as ligações que este fato tem com o mundo urbano, tanto no que se refere ao seu aspecto mais amplo de relações econômicas como também no que tange ao fluxo populacional de mão de obra rural para as cidades (Idem, p. 97). Uma pontuação é válida: na indústria, diferentemente do que na agricultura, as máquinas fazem parte na natureza da produção — o ambiente da fábrica é criado adaptando-se às exigências das máquinas. Já na agricultura é a natureza que deverá se adaptar às exigências dos equipamentos e, esta diferença é um componente espacial de representação importante, porque escancara as diferencialidades temporais do tempo da natureza e do tempo da máquina, que, porque diferenciados, causam impactos ambientais e no modo de vida dos homens.

Devido ao apreço do capitalista pelos “benefícios” — em termos de produção —, que as máquinas trazem, o valor da mão de obra no campo constitui-se tão baixo e irrisório que, parte da população que ficou no campo estabeleceu outras relações para permanecer na terra. É quando se percebe o quanto camponeses lutaram e se subordinaram para a continuação da condição de camponeses, tendo então que dividir com o “patrão” todos os gastos inseridos na produção, *desde as despesas com adubos e sementes* (Ibidem, p. 95). Os que não se sujeitaram a este propósito, deslocaram-se para cidades e passaram a compor as periferias urbanas, servindo de mão-de-obra apenas quando solicitados nas épocas de colheita,

Na época de safra, quando é preciso mais mão-de-obra para colheita os fazendeiros se dirigem às cidades mais próximas e trazem trabalhadores contratados “por dia” de serviço. E, como diz um lavrador “pagam o preço que eles quiserem, porque o pessoal tá doido por um trabalho. Até os meeiros passam a ser diaristas [...] O trabalho dura, em média, uma, duas semanas e consiste, na maioria dos casos, na colheita em locais inatingíveis pelas máquinas.

São os trabalhadores rurais os responsáveis para que a terra se ponha em movimento. Relações mudadas, novos conflitos se instauram. A modernização traz consigo suas heranças e vários movimentos de todas as ordens, pelas desordens que gera. Este é o estopim para o início de uma história dos movimentos camponeses em Goiás, embora seu planejamento já estivesse acontecendo desde a chegada do Partido Comunista, que dentre outras coisas, ajudou na organização pela “baixa do arrendo”. Contudo, estes acontecimentos expressam a superposição entre a forma de exploração e sentido da terra, tanto pelo posseiro que trabalha e produz para subsistência quanto pelos novos proprietários. Os deslocamentos obrigatórios aos quais os camponeses foram levados a fazer implicam a construção de novas territorialidades e a fusão de elementos de representação acrescidos ao imaginário camponês – expressões das lutas que carregam no corpo. Assim começam os primeiros movimentos do acordar camponês.

A partir de articulações do PC, o primeiro congresso camponês em Goiás aconteceu em março de 1951 e reuniu 17 municípios¹³. Tal congresso propôs discussões sobre a situação do trabalhador rural no estado, como a questão do arrendo, a exploração com a venda de produtos e com a compra de mercadorias industrializadas, discussões essas aparentemente apenas de “razão econômica” (Guimarães, 1988, p. 36 - 51). As manifestações camponesas que aparecem a partir daí e o caráter revelador das identidades camponesas e das instituições que passam a compor o processo, bem como a explanação da importância do movimento social enquanto categoria de fértil discussão no campo da Geografia, serão discussões que vão nortear o próximo capítulo desse trabalho.

¹³ São eles Itumbiara, Ceres, Anápolis, Rio Verde, Catalão, Caturai, Santa Helena, Corumbá, Goiás Velha, Pires do Rio, Goiatuba, Jaraguá, Inhumas, Nazário, Anicuns e Grimpas. A particularidade é que nesta região – composta pelos municípios citados, estão hoje localizados a maior parte dos Assentamentos Rurais do Estado de Goiás.

Ser luta: pedra sobre pedra,
Carrinho de mão
Pesado
Como as úlceras da terra.

Ser tudo:
Até marchas rebeladas
Explodindo valsas
No parir das auroras.

Das prisões dos ser
Gabriel Nascente, 1974.

2. Por uma leitura geográfica dos Movimentos Sociais: idos e caminhos do camponês goiano

É pois urgente, produzir uma Geografia sobre o campo que possibilite o seu entendimento; ou mais que isto, uma Geografia que possa servir de instrumento para transformação do campo, e se possível também da cidade.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1999)

Diferentes formas de ser e fazer a produção e organização do espaço contribuíram para o feitiço de como se elaborou e se tem elaborado as leituras de Goiás, conforme fora refletido. Esses “modos de ler” definem “modos de ser” da identidade goiana: implicam a cultura, como construção, reconstrução e transmissão de conhecimentos, a organização e disposição espacial dos assentamentos e das lutas camponesas, numa Geografia espaço- territorial goiana.

Procurou-se discutir no primeiro capítulo as leituras feitas sobre Goiás, tanto no significado desta parte do Brasil, que posteriormente foi “descoberta”, como em entender a forma como se compreendeu, nas diferentes áreas das ciências humanas, seus “aconteceres”, ora entendidos como ciclos econômicos e ora como contraposto do litoral, ou seja, sertão. Este resgate será necessário em todo trabalho, primeiro por estar-se tentando lidar cuidadosamente com referencial teórico já produzido e, segundo, por assumir-se com zelo a ousadia de compor novas teses a respeito de uma *nova campesinidade em Goiás* expressada no camponês assentado.

Aspirar-se-á, porém, a uma leitura sobre o tema dos movimentos sociais, que se pretende fazer transitando em dois sentidos: o primeiro do ponto de vista conceitual, ou seja, como e porque a geografia passa a se interessar pelo tema, em conjunto com o segundo, no sentido espaço-territorial, que seria compreender a conexão entre o estudo dos movimentos sociais, a compreensão do espaço e do território goiano e suas transformações na esfera das instituições que fazem parte do processo em que se torna possível expressar as identidades camponesas renascidas a partir desses “movimentos sociais”, acamada nos assentamentos rurais.

Do ponto de vista conceitual, a geografia agrária possui uma trajetória de trato com o tema dos movimentos sociais, que passa por alterações importantes à medida

que incorpora novos conceitos para análise dos mesmos. Estes avanços e mudanças nas leituras geográficas nem sempre se direcionaram a uma preocupação conceitual, mas de discussão do método (se marxista ou positivista, se historicista ou empirista...). Isto condicionou várias acusações — algumas bastante indevidas acerca dos geógrafos agrários —, as quais ressoavam no dizer de que a Geografia “copiava” o discurso de outras áreas das Ciências Humanas, principalmente da Sociologia.

No sentido territorial, o tema dos “movimentos sociais” caracterizou-se nos discursos acadêmicos e institucionais como domínio da Sociologia. O principal problema é conceber que, ao se preocupar com a “sociedade”, é possível obscurecer que ela acontece numa base espacial, o que implica transformações e situações (relações simbólicas, políticas, econômicas e de poder entre grupos sociais), ou seja, pensar a sociedade, do ponto de vista geográfico, implica situá-la territorialmente. Neste capítulo importa conhecer este debate e buscar ampliá-lo, ao mesmo tempo explorar sua complexidade e importância na compreensão de novas formas camponesas de organização socioespacial.

As formas com as quais Goiás se fez territorialmente, conforme se reporta, especialmente da estruturação do espaço agrário, implicaram manifestações camponesas isoladas e organizadas, as quais sempre foram chamadas de movimentos sociais e que aos poucos estão sendo designadas — por grande parte dos geógrafos agrários —, de movimentos socioterritoriais. Antes de pensá-las é conveniente esclarecer o que definimos por movimentos socioterritoriais. Para isto é público rememorar como estes estudos passam a fazer parte da preocupação dos geógrafos que enfocam o agrário. Posteriormente, apresentar-se-ão as formas como os “acontecimentos” imputaram ao espaço imposições das comunidades camponesas que, organizadas, buscam possibilidades de realização, da continuidade de sua condição camponesa, uma vez que, antes desta realização, estavam “excluídos do território de morada, local de reprodução e de sobrevivência”, tal qual nos ensinou Haesbaert (2001, p. 139) e que agora se vêem, em parte, de volta a esta condição, reunificadas, reencontradas em seu território: (re) territorializadas.

2.1 Percursos da geografia agrária: de movimentos sociais para movimentos socioterritoriais

O território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?

Marcelo Lopes de Souza, 1995.

O sentido do território aparece na indagação de Souza (1995) como “exercício de poder”. Sua essência manifesta-se a partir do questionamento que o autor faz ao trabalho dos que pretendem estudar o território. O que se considera pertinente na indagação ora apresentada é saber: quem domina e quem é dominado, quem influencia e é influenciado nesse “espaço”? Ora, se o território é antes de tudo uma construção social, que se dá por múltiplos e diferentes tipos de relações, muito do que se tem falado e escrito sobre os movimentos sociais parte na verdade da compreensão da formação desses processos e da forma como se realizam, uma vez que, em parte, são lutas que visam fomentar “lugar” aos “sem-lugar”, terra aos “sem-terra”. Ao falar de movimentos sociais não há como ocultar a importância do território pretendido e ao mesmo tempo das relações de dominação inerentes a ele.

As questões ligadas a políticas territoriais sempre estiveram no campo de discussão da Geografia, no entanto, uma frente diferente de leitura “politizada de mundo”, demonstrando-se — desde seu nascimento —, uma relação íntima com a manutenção do poder, ora nas mãos dos detentores dos meios de produção ora do Estado. Tais questões se vincularam à discussão do território, de exercício de poder de um povo e nação, o que acarretou guerras milenares entre países de todo mundo. Falar de território não é novidade na geografia. Trata-se de uma categoria “envolvida num manto de imponência” afixada no cerne dessa disciplina que se arroga *ser a disciplina do espaço social* (Souza, 1995, p. 83). Tal categoria tem sido apreciada por boa parte dos geógrafos agrários atuais, embora nem sempre tenha sido assim. Cabe entender como este conceito passa a ser importante no campo da geografia agrária, a ponto de contribuir para o entendimento do que se tem chamado de movimentos socioterritoriais.

Autocrítica profunda e comprometimento com a transformação do mundo são elementos incorporados tardiamente ao discurso da geografia científica, sobretudo a

brasileira. Oliveira (1991, p. 8) esclarece que a produção da geografia agrária esteve, durante muito tempo, vinculada aos blocos de poder, visando somente à explicação da dimensão espacial dos fenômenos estudados, *ou seja, desde cedo as questões sociais não lhes eram pertinentes, as questões econômicas, idem, e muito menos as questões políticas*¹⁴. Esta tese é contestável, apesar de pertinente. Fazer a Geografia que se fazia, demonstrando serem “*não pertinentes as questões políticas*”, foi também uma forma de se fazer política.

Da crítica necessária, nascente no *movimento de renovação da Geografia*¹⁵, no ano de 1978, emergiram duas principais obras que foram o marco de uma Geografia nascente, pré-concebidas ainda em 1964. *Geografia Agrária do Brasil*, de Orlando Valverde e *A Terra e o Homem no Nordeste*, de Manuel Corrêa de Andrade (Oliveira, 1991). Tais trabalhos já elucidavam a necessidade de se atentar para uma “questão agrária brasileira”. Ambos favoreceram o aumento de estudos relacionados aos temas sociais pungentes, que crescem, sobretudo, após 1978 e que deram origem à chamada *Geografia Crítica*.

A necessidade de atender uma compreensão ampla da realidade agrária fez com que após o *movimento de renovação* assistíssemos ao surgimento e crescimento de uma geografia dos movimentos sociais. Ferreira (1998, p. 66), diz que:

a geografia crítica corresponde a uma geografia agrária preocupada com as questões sociais e econômicas da relação homem-terra e com as relações dos homens do campo entre si e com aqueles das cidades. Esta posição é coerente com uma liberdade de expressão ideológica conquistada após o período ditatorial e com o acirramento dos conflitos sociais numa situação de fechamento de fronteiras à apropriação de terras.

Conceitualmente, a geografia crítica resgata o espaço e o território, conceitos que vinham sendo obscurecidos, de modo que os trata como primordiais. Sob a ótica das desigualdades sociais, tais conceitos são retomados formando duas frentes teóricas

¹⁴ Outra discussão profícua a respeito da trajetória dos estudos ligados à geografia agrária de cunho positivista e historicista se encontra em: Oliveira, Ariovaldo Umbelino. *A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*. IN: Carlos, Ana F. A. *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. No texto o autor discute a forma como as concepções científicas ligadas as escolas do positivismo e do historicismo atingem os estudos agrários, citando o artigo *Renovação da geografia agrária brasileira* de José A. F. Diniz e o livro *Geografia da Agricultura como exemplos respectivos dessas correntes*.

¹⁵ Trata-se de um movimento que se constituiu no interior dessa disciplina e que tem no ano de 1978 seu momento de “explosão” no Encontro Nacional de Geógrafos, em Fortaleza. De forma simplificada, o grupo de geógrafos que o representava propunham uma “revisão” da Geografia como disciplina. Este “movimento” inaugura a “geografia crítica, ou radical” com forte relação e influência marxista.

plausíveis na realidade do campo e da cidade, o que foi o mote das pesquisas em 1980. Foi fundamental encetar esta temática nos estudos geográficos, já que são categorias de referência para compreensão dos *movimentos sociais* hoje, sobretudo das identidades camponesas, da organização de seu lugar de vida e do resgate das expressões territoriais as quais elucidaremos adiante.

Ao mesmo tempo em que a geografia agrária, pós 1978, avança na busca de desenvolver questões relacionadas ao momento político do país, a escolha das categorias *espaço e território*, aproxima-se da dimensão da pesquisa geográfica por dois motivos: as disputas de poder, que passam a fazer parte dos conflitos tematizados nos movimentos urbanos e rurais e a espacialidade de tais movimentos no Brasil, o que Lefebvre (1996) chamou de uma produção política da sociedade, que para ele, implica o processo da institucionalização de novas formas de agir coletivo, “consubstanciadas em partidos políticos, nas associações, sindicatos, comissões e mesmo nos grupos de base”.

De todo modo, o vernáculo da pesquisa geográfica, sob influência do movimento de renovação, foi, dentre outras coisas, preocupar-se com o papel político que os acontecimentos ligados aos grupos expropriados exerciam na produção e organização política do espaço, o que sem dúvida, teve um preço. Estudos relacionados ao modo de vida do camponês e, como este, de uma “identidade camponesa”, não fizeram parte da preocupação dos geógrafos agrários nem naquele período e tão pouco atualmente. A linguagem marxista tornou-se mais apropriada por estar “*institucionalizada*” em boa parte dos estudos da época, diminuindo o valor de outros temas que passam a ser considerados “pouco nobres” ao debate da geografia. Ademais a compreensão de que todos os fenômenos sociais são compreensíveis pelo crivo da Economia Política, sedimenta forma unilateral de produzir Geografia, sobretudo no campo dos estudos agrários.

Entre debates e discussões, Milton Santos (1995, p.18) escreve um dos principais textos em que reflete o paradigma sócio-espacial e no qual desenvolve a construção da categoria formação econômica e social (FES), sempre a perscrutar uma teoria espacial válida. Este texto demonstra pertinente vinculação ao pensamento marxista, pelo fato de colocar o *trabalho* e a *produção* como ponto de partida e de chegada para a compreensão da *evolução diferenciada da sociedade*. Tais conceitos foram bastante

elucidados no momento que vigorava a ciência geográfica como forma de pensar a organização social. Assim disse o geógrafo baiano:

De ahí que la categoría de formación económica e social nos parece la más adecuada para contribuir a la formación de una teoría válida del espacio. Esta categoría se refiere a la evolución diferencial de las sociedades, en su marco propio y en relación con las fuerzas externas de donde proviene más frecuentemente el impulso. La base misma de la explicación es la producción, esto es, el trabajo del hombre para transformar, según leyes históricamente determinadas, el espacio con el cual el grupo se confronte.

Ao discutir o problema da formação do espaço, o geógrafo reforça as especificidades constituintes dos modos de produção (a evolução diferencial da sociedade), além de dizer que a produção do espaço está no trabalho (ação) do homem para transformá-lo. Poderíamos reforçar esta tese dizendo: o homem é responsável pelos caminhos que constrói espacialmente através do trabalho¹⁶. Ainda assim o autor afirma só ser possível entender o espaço constituído a partir do modo de produção e das necessidades que o homem cria. Neste sentido ainda escreve,

La localización de los hombres, de las actividades y de las cosas en el espacio se explica tanto por las necesidades “externas”, aquellas del modo de producción “puro”, como por las necesidades “internas”, representadas esencialmente por la estructura de todas las demandas y la estructura de las clases; es decir, la formación social propiamente dicha (Santos, 1995, p. 23).

O território é a construção advinda da interação entre o modo de produção (abstrato) e o espaço como condição e situação geográfica. Neste sentido, é o território lugar da concretização do processo de produção do espaço, conjugado a localização dos homens e suas atividades, ao passo que se desenvolve como especificidade nas ações e relações sociais. A partir dessa tese, o modo de produção capitalista produziu necessidades externas (ligadas ao projeto de modernização da agricultura goiana) e necessidades internas (que condicionaram as políticas de povoamento do espaço goiano, os já citados “discursos e propagandas de rádio”, além da CANG), o que significa que há uma especificidade nos assentamentos goianos e na compreensão do camponês assentado enquanto indivíduo e grupo, consoante as “necessidades externas e internas da FES”. São essas necessidades, no entanto, as responsáveis pela conformação das lutas camponesas em todo estado, desde as inaugurais até as mais atuais.

¹⁶ Esta argumentação será retomada no capítulo quarto, ao discutir as formas de auto-referência do camponês assentado a respeito de sua identidade.

As combinações das formas espaciais enunciam possibilidades e limitações e mais ainda, as formas e as funções dos lugares. É o movimento do espaço como efeito e causa do movimento da sociedade. Neste sentido, *o espaço é uma categoria de organização*, pois coloca os objetos em movimento no devir social. Ainda assim é limitado dizer que só é possível compreendê-lo pela via do modo de produção. É o mesmo que afirmar que nada, nenhum movimento do mundo escapa à força desse “fantasma”. Mesmo sem dele escapar, não se deve entendê-lo como se sua predominância instituisse uma homogeneização nas ações sociais. Há expressões da vida social, em seus momentos mais obscuros no plano do cotidiano, que expressam diferentes formas do vir a ser.

Se o “modo de produção capitalista” não responde às reais necessidades dos homens, ou de todos os homens, pois obedecem a lógicas que se direcionam para as necessidades dos “detentores dos meios de produção”, como construir uma resposta às reais necessidades? Poder-se-ia adentrar ainda a tese de que as necessidades humanas são, em parte, construídas por ditames “desse mundo” e de toda ideologia, imaginário e subjetividade que ele cria. Mais além, de toda espécie de vocação insaciável a tipos de “desejo” tanto de ter como de ser algo, alguém ou alguma coisa. É justamente a partir daí que se pode perfazer uma compreensão inicial da natureza dos movimentos sociais: à medida que o Estado não responde mais às necessidades básicas de sobrevivência e desejos dos grupos sociais, esses se vêem propensos à organização em torno de medidas reivindicatórias para superação de uma condição de ser. Esta é uma vertente.

A outra é a seguinte: à medida que os camponeses expropriados situam-se nas periferias das cidades, ou mesmo em condições de exploração no campo, convivem com a impossibilidade de se reproduzir enquanto camponeses, no sentido espacial — não podem *plantar, colher e comer*¹⁷—, e por isto estão propensos a se filiar em organizações sociais múltiplas e diferenciadas em prol do retorno à terra. Para isso, devem vencer a barreira organizativa e, a partir dessa, vencerem outras, como a resistência na luta territorial. A partir daí a ocupação vem constituindo, como elucidada a tese de Fernandes (2001), a mais eficiente forma de acesso à terra da atualidade.

¹⁷ Título da obra de Brandão, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher e comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

Um dos conceitos fundamentais que aparecem na reflexão das condições de permanência das relações de dominação é sem dúvida o conceito de *Produção*. Na trajetória de compreensão do mundo, pelo viés ora apresentado de diálogo com a obra marxista, novas questões são colocadas e a interlocução com novas teorias auxilia não apenas na compreensão, mas na necessidade de transformação da sociedade. Esta base permeia a discussão do movimento social na Geografia, visto que convém pensar a *produção política da sociedade*, tal qual ensina Lefebvre (apud Sposito, 1996, p. 39 - 40) como conceito de forma ampliada, *mostrando ao mesmo tempo que essa designação não convém somente aos bens e meios materiais mas também às relações sociais [...] não como mera reprodução das relações produzidas pela base econômica, mas da emergência de novas relações*.

Do ponto de vista escalar, o que orientou as pesquisas em Geografia Agrária, nascente em meados de 1980, foi uma leitura pautada em temas abrangentes, “macros” e, conseqüentemente uma linguagem cunhada como “mais ampliada” daquilo que se entendeu como uma concepção teórica de compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo. Estudos sobre o camponês inserido no processo de desapropriação de terras, as conseqüências dessa desapropriação e a necessidade de organização camponesa a partir dos movimentos sociais orientaram grande parte dos trabalhos naquele momento.

Há, porém, segundo Oliveira (1999), várias vertentes expressas por este “modo marxista” de estudar o agrário. Uma linha é expressa por autores que se deixaram influenciar pela idéia de que, no Brasil, desenvolveram-se relações “semi-feudais” de produção. São eles, segundo Oliveira (1999, p. 70); Maurice Dobb, Nelson Wernerck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Inácio Rangel e até mesmo Orlando Valverde.

Ainda assim, outros clássicos passam a compor referências essenciais para a pesquisa da questão agrária. Fernandes (2001, p. 26-30) faz uma retrospectiva dos temas e estudos que hoje conformam o que chamou referências fundamentais, como A questão agrária de K. Kautsky, O desenvolvimento do capitalismo na Rússia de W. Lênin, A questão agrária de Caio Prado Junior, e ainda os livros Os camponeses e a política no Brasil de José de Souza Martins e A modernização dolorosa de José Graziano da Silva.

Atualmente, na Geografia, esta vertente marxista, tem como representantes Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Marta Inês Medeiros Marques, e muitos de seus respectivos orientandos como Larissa Bombardi, João Edmilson Fabrini, Carlos Alberto Feliciano, Marco Antônio Mitiero Junior, Gleison Moreira Leal, Cristiane Barbosa Ramalho e outros. Tais geógrafos defendem que a possibilidade de transformação da sociedade, apesar das mudanças relativas ao campo brasileiro, nasce da organização do campesinato enquanto classe. Em seus trabalhos — dissertações, teses e livros —, a idéia atual é refletir o novo campesinato a partir do ressurgimento do processo de expansão do “modo industrial de produzir”, os efeitos danosos e “falidos” da “modernização conservadora” e o camponês assentado a partir dos movimentos socioterritoriais.

É interessante conhecer uma contribuição paralela a este debate, presente no trabalho de Guatarri e Ronilk (1986), o livro *Micropolítica - Cartografias do desejo*, em que ambos desenvolvem a idéia de que a sociedade capitalista reduz tudo a uma “tábula rasa”, ou seja, define os sentidos, os significados e a direção do consumo. Ela é, ainda, produtora de uma subjetividade, *a subjetividade capitalística*, ou maquínica, que reage à lógica insaciável do “mercado”, criando uma defasagem constante na relação entre o desejo e a possibilidade de concretizá-lo. Neste sentido, poderíamos relacionar a *subjetividade maquínica* à idéia de Marx, discutida por Fromm (1962, p. 15) quando pensa a sociedade capitalista ocidental nos “dias de hoje”,

[...] a maioria das pessoas são motivadas por um desejo de maiores ganhos materiais, conforto e aparelhos de toda sorte, e esse desejo só é restringido pelo desejo de segurança e de evitar os riscos. Elas ficam cada vez mais satisfeitas com uma vida regulamentada e dirigida, tanto na esfera da produção quanto na do consumo [...]

Direções impostas ao consumo, ordenadas por uma lógica que, ao mesmo tempo externa e interna, conduz ao envilecimento dos grupos sociais, colocando-os condicionados ao futuro inesperado. Ao mesmo tempo, fatos em todo mundo satisfazem a necessidade de transcender dos homens: a todos os momentos choques geopolíticos ocorrem a respeito de interesses territoriais, promovendo diversos conflitos. Tais choques vêm dizer que existem posicionamentos diversos sobre as forma como se têm estabelecido as “normas do mundo” e que outra vereda é possível. Esses conflitos promovem ações

territoriais na busca de poder, essas organizadas por movimentos socioterritoriais que são aqueles que se realizam na esfera do território, tendo-o como trunfo. No interior desses movimentos, algumas relações são, todavia, negligenciadas, se não secundarizadas, as quais considera-se, neste trabalho como fundamentais. Ao sentido das mesmas direciono o próximo tópico.

2.1.1 Velhos sujeitos, novas reflexões: a discussão dos movimentos socioterritoriais na Geografia

Gohn (1997, p. 242), em busca de desvendar teoricamente as especificidades dos movimentos sociais na América Latina, ajuda-nos a reforçar a idéia de ação territorial que ambicionamos acrescentar ao estudo dos movimentos socioterritoriais. A autora discute os fatores principais de interpretação dos movimentos sociais, os quais, de modo geral, são: *mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais*. A mesma autora, assumindo riscos, conceitua os movimentos sociais, contribuindo para ampliação de nossas idéias,

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre os temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses comuns.

Colocar os sujeitos históricos como agentes importantes do devir histórico entendendo segundo Touraine (1994, p. 247) que *o indivíduo se torna sujeito separando-se si-mesmo, a não ser que se oponha à lógica de dominação social em nome de uma lógica da liberdade*, é antes de tudo confiar os papéis históricos aos que são responsáveis pela transformação de si e da sociedade. Esta perspectiva valoriza o indivíduo, mesmo em grupo, conferindo a ele uma representação particular que se acredita ser fundamental para a compreensão das contradições inerentes aos movimentos socioterritoriais: a revalorização da identidade camponesa. No entanto o que tem

acontecido é a valorização dos chamados “mediadores”¹⁸ do processo em relação aos movimentos sociais. Em alguns poucos casos, nos questionários aplicados nos assentamentos estudados, camponeses apontaram a si mesmos como agentes do processo de conquista da terra¹⁹. Em sua maioria reconhecem “outras pessoas” e instituições como agentes do processo, hipótese a ser discutida no capítulo próximo.

Ademais, os movimentos socioterritoriais devem ser lidos como uma forma de organização política construída por pessoas comuns que se tornam, a partir do auto-reconhecimento, sujeitos de sua própria transformação social. O problema central desses grupos é a busca pela autonomia que consiste na avocatura de sua identidade.

A ordenação e construção dos discursos de arregimentação, promovidos no espaço de discussões antes da ocupação, impulsionam o despertar da possibilidade de realização da identidade camponesa mediante o retorno à terra e, a partir deste retorno, novas condições de realização do modo camponês de ser se solidificam. Esta construção é impossível de ser pensada separando o indivíduo de sua situação social. É motivado pela situação social (associado às condições em que vivem nas cidades) que o camponês expropriado se coloca a possibilidade de ocupação. A fala do camponês Manuel Pinto, assentado na Lavrinha, demonstra um pouco desse processo:

Eu morava na vila são thomas em Aparecida de Goiânia e o “João sem terra” fazia as reunião no bairro Nova Esperança. Muita gente participava, gente que queria ter uma terra. Eu peguei uns *par de reunião*. Era pra ser 10 alqueire pra cada um. Nas reunião nós conversava sobre as terra. Minha intenção era vim pra roça, desde muito tempo, mas nós num dava conta de compra. Eu sou da roça e vim pra cidade dá escola pros menino [...]

A situação social dos grupos camponeses, ao serem edificados, conduz a obediência de um conjunto de normas e princípios que, em alguns casos, associam-se ao universo das instituições (religiosas e políticas) que buscam fortalecer sua representação identitária. Estas são complexas em seu interior e tal complexidade é sabiamente discutida por Cornelius Castoriadis (1982) na perspectiva do imaginário. Uma das modalidades de relação com a instituição — no dizer castoriadino —, é a alienação, que *nas sociedades históricas parece encarnada na estrutura de classe* (1982, p. 139). Porém o elemento vivo

¹⁸ Este debate está apresentado nas páginas 139 - 141, do livro de: Pessoa, Jadir de Moraes. *A Revanche Camponesa*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

¹⁹ Dos casos citados são os de camponeses reconhecidos como “lideranças” nos assentamentos. No Mosquito as declarações de Altair e Milton; no Rancho Grande as declarações de Orélio, Divino Crente e Japão e nos outros assentamentos a responsabilidade pelo processo aparece como sendo de outrem.

constituído desta alienação social é o simbólico, uma vez que empenhados numa instituição maior — o tipo de sociedade e de FES —, lida-se com o simbolismo, não como um “revestimento de uma verdadeira substância”, mas como “impositor” de rituais e leis implícitas e escondidas nos recônditos cotidianos, as quais não se enxerga e apenas se obedece. Francisco Pereira, assentado na Lavrinha, apresenta seu sonho e uma espécie de “devoção” à instituição que o ajudou a realizá-lo:

Eu sempre via falar do MST, que ajudava *acampá* os outros, juntava o povo e requeria as terra com o INCRA. Sempre tive um sonho de ter um pedacinho de chão, porque eu nunca tive terra. Aí o trem só foi arrojando [...] eu pensei que tinha que arranja umas terrinha. Graças a Deus que apareceu o João sem terra e depois o MST, eu não posso falar mal desses dois de jeito nenhum!

Quando os diferentes grupos sociais se encontram na luta por causas e coisas, independente do fato de saberem ou não se as realizarão, ativistas e trabalhadores, operários e camponeses abraçam ao mesmo tempo a relação com estas instituições, mesmo que temporariamente, ao passo que constroem e obedecem a normas e condutas, que aparecem como possibilidades de superação das condições sociais que em conjunto eles não mais aceitam. No entanto, o constituído através dos novos movimentos socioterritoriais tem o sentido de avocação da condição identitária, em quanto que, mesmo impelindo normas no agir coletivo, em seu interior estabelece condutas, relações de poder, trocas materiais, de linguagens e afetivas, enfim aquilo que Levebre (1996, p. 44) chamou de “uma cadeia de equivalências”.

É por isso que os movimentos socioterritoriais, em sua maioria, representam-se por um domínio infinito de símbolos: bandeiras, músicas, místicas e gritos de ordem. Mas tudo isso se realiza numa dimensão territorial, no plano do território e tem como maior força o discurso de retorno à terra no sentido de originar-se dela.

Vale afirmar que o que se está chamando de movimentos socioterritoriais tem sido chamado, comumente, de movimentos sociais. O conceito movimento social surge na sociologia e tem tradição epistemológica relativa a esta ciência. Um “movimento social”, no entanto, nunca é apenas “social”, mas possui outras dimensões. Uma dessas dimensões é o território.

Procura-se atender ao uso específico desse conceito na Geografia e, o modo com se procurou associar, atualmente, categoria território ao mesmo: de movimentos

sociais para movimentos socioterritoriais. A contribuição geográfica para pensá-los está no sentido de que as dimensões espaciais e territoriais são específicas de cada tipo de movimento social, ao mesmo tempo em que se pode afirmar a presença de ações espaciais e ações territoriais particulares, ou seja, nem todos os movimentos sociais visam à *re-territorialização* dos grupos sociais *des-territorializados* que dele participam. Cabe explicar melhor esses conceitos.

Existem, segundo Haesbaert (2001, p. 125) dois conjuntos de interpretações sobre des-territorialização. O primeiro consiste em uma interpretação “cartográfica”, que prevê *a des-territorialização como a superação das distâncias, uma espécie de superação do espaço pelo tempo*. Neste caso, o conceito se vincula como sinônimo de *deslocalização* e o território é visto como espaço *físico, concreto*. O segundo conjunto de interpretações decorre *de uma concepção de território que vai além do substrato físico, material, e incorpora relações de poder e estratégias identitárias*, ou seja, trata-se de uma concepção mais “integradora de território”, *ao mesmo tempo espaço de apropriação/reprodução concreta e simbólica* (Idem, 2001, p. 125 – 127). A re-territorialização é, grosso modo, o retorno, a volta para a terra, porém sobre novas condições de realização material e simbólica, motivada pelo ingrediente da autonomia das ações, o caráter de “ser dono”.

Os movimentos sociais são diferenciados de acordo com seus objetivos. Ora, um movimento de homossexuais, feministas e outros os quais estão citados no estudo de Castells (1999), buscam um espaço de representação identitária “legitimadora” — pretendem se expandir e se firmar no espaço e na sociedade como um *todo, de modo a legitimar a sua condição social* —, expressam-se socialmente, com o intuito de firmar sua representação social. A este grupo poderíamos chamar de movimentos sociais, ou de forma mais específica, de movimentos socioespaciais, uma vez que não se realizam no território e nem tampouco visam a um território específico de atuação (na verdade, criam seus territórios específicos, visto que são/estão impossibilitados de se projetar no espaço geográfico do ponto de vista macroescalar).

Já os movimentos socioterritoriais, além da busca de representação de sua identidade, comum nos dois tipos, realizam ações de resistência que ocorrem na esfera do

território pretendido — a propriedade privada ocupada, consubstanciada metaforicamente de “terra” —, como expressão da forma de ser e estar espacialmente.

As primeiras discussões no campo teórico da Geografia sobre o estudo do *Movimento Social como categoria* aconteceram recentemente e foram introduzidas no texto de Fernandes (2000), que propõe pensá-lo a partir de dois processos: a espacialização e a territorialização²⁰. No mesmo texto o geógrafo diz que estes processos servem para *exemplificar as ações empreendidas pelo MST* (movimento socioterritorial de referência no caso deste trabalho) a partir dos conceitos por ele utilizados em seus trabalhos científicos, quais sejam: *ocupação, trabalho de base, acampamento, negociações políticas e organicidade*.

O que se mostra intrínseco a estes processos é a *ação territorial*, desde a primordial, *decorrente de necessidades e expectativas que inauguram questões, criam fatos, descortinam situações, aumentam o fluxo das relações sociais*, até os procedimentos acerca de novas metodologias construídas no interior dos grupos sociais, que conferem legitimidade às ações empreendidas, como no espaço da manifestação, da ocupação, dos assentamentos e da produção (Idem, 2000).

Deslocar-se espacialmente e empreender ações numa fração territorial mediante a ocupação, é uma característica dos movimentos socioterritoriais. Tais movimentos têm a particularidade de inspirar um tipo de participação social peculiar, que não acontece apenas em reuniões em horas determinadas do dia (como nos movimentos sociais / socioespaciais). A diferença é que, quando se trata de movimentos que visam à territorialização e ou a territorialidade para concretização, grupos sociais se deslocam para o território de atuação e lá se fixam, como fazem os movimentos de luta pela terra. Dizer que são eles apenas “sociais” é obscurecer uma das características mais distintivas: a dimensão do território de atuação, onde demarcam e constroem símbolos, figuram e instituem comportamentos, firmam propósitos de luta, espacializam-se e territorializam-se.

Um movimento socioterritorial constrói-se e se espacializa prevendo a ocupação/apropriação do território que se pretende. Implicam, neste sentido, ações de grupos sociais que buscam a conquista do território de reprodução social. Ao falar de

²⁰ A espacialização é processo espacial que antecede a territorialização. Atitudes como ocupações, manifestações, e articulação do assentamento são processos de manifestação espacial.

movimentos sociais, a referência conceitual é o plano do social e da territorialidade²¹ – tais movimentos se instituem nas manifestações, nas reuniões, e às vezes até no uso de tecnologias da informação (para atrair outros grupos em outras localidades). Assim são as ONG's, os movimentos contrários à globalização, como as milícias norte-americanas, os zapatistas, feministas, ambientalistas, enfim, movimentos que visam a propostas de orientação das massas, mas que não se realizam na dimensão do território (Castells, 2000, p. 143 – 231).

Na transmutação do espaço de reprodução da vida cotidiana, pelos grupos sociais, antes des-territorializados, desencontrados e desmembrados da realização plena da vida, o território, tem pelo menos três vertentes básicas, já apontadas por Haesbaert (1999, p.118):

1. Jurídico-Política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio de qual se exerce um determinado poder [...]
2. Cultural (ista): Prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, na qual o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço.
3. Econômica (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho. (Grifos meus)

Nos movimentos socioterritoriais, como reforça Martin (1997, p. 33) o território é uma construção que agrega estas dimensões. Traçar sobre ele múltiplos significados é pensá-lo de forma abrangente . Sobre isto, aponta ele que

O território é uma objetivização multidimensional da apropriação social do espaço e a territorialidade não pode ser somente a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida.

Faz-se coerente apontar que aqui se compreende ser o território mais do que *uma base material, espacial e socialmente apropriada*, conforme avisa Haesbaert (2001, p. 116). Além das múltiplas e já apresentadas possibilidades de pensar o tema dos movimentos socioterritoriais, acredita-se numa perspectiva sociocultural que aqui se procura percorrer, em que mais do que “espaço apropriado”, o território é condição para

²¹ A territorialidade é marcada pela expressão “temporária” da transformação do espaço. No entanto, não se realiza em um território específico, mas desloca-se de acordo com a intenção que pretende compor. Os movimentos sociais ao se expressarem em manifestos e formar guetos, onde fazem reuniões ou se expressam culturalmente, não constroem seu espaço de vida em um território específico, mas o substitui conforme as intenções e estratégias de atuação do grupo.

manifestação das identidades camponesas, espaço apropriado para construção das relações de poder. É neste sentido que o papel dos movimentos socioterritoriais camponeses se vincula com a luta pela terra, como prenúncio da luta pela vida, pela significação da condição camponesa e valorização das identidades rurais.

A transformação de uma dimensão social para socioterritorial não significa apenas agrupar o conceito de território ao tema dos movimentos sociais, tão difundidos nos estudos da Sociologia. Implica, ainda, compreender que tais tipos de movimentos, no caso os camponeses, realizam suas ações transformando espaço em território — domínio inseparável da existência humana — e, ainda, ao empreendê-las, saem da esfera puramente social, pois a base na qual uma ação se assenta é material, simbólica, espacial, territorial. Os camponeses, quando grupos, organizam-se em torno de objetivos múltiplos, que envolvem sua construção histórica enquanto identidade, e outras funções, como a política, social e econômica. Daí, *no senso mais amplo*, poder-se considerar também que *abarca as representações e lógicas culturais* (Bonnemaison, 1996). Afinal, é pela existência da cultura, *que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço* (Idem, 1996, p. 102 e 1996).

Os estudos das realidades locais apóiam-se em problemáticas diferentes e como bem considera Castells (1999), tanto em caso *de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade [...] e são reflexos dos caminhos da transformação [...] que podem levar a paraísos ou infernos*. A problemática na qual este trabalho se apoia é a seguinte: a compreensão da produção do espaço de atuação dos movimentos socioterritoriais, no município de Goiás, se dá tanto pelo veio histórico-espacial, quanto pela compreensão das especificidades, que atuaram e atuam — ontem e hoje, de forma diferente —, na *campesinidade* expressa nos assentamentos rurais.

2.2 Luta pela terra: ocupação e resistência nos surgimento dos movimentos socioterritoriais em Goiás

“[...] um dos pontos de partida da ação humana no que tange à superação de suas necessidades de sobrevivência implicou, sempre, algum tipo de deslocamento. Ir e vir são o ato primário da construção do registro toponímico e cartográfico e tais registros vão expressar, a cada momento histórico, a forma mesma em que se realiza esse movimento.”

Douglas Santos (2002, p. 27)

Ir e vir. Diz-se que o deslocamento espacial dos grupos humanos sempre representou uma necessidade de superação das condições de sobrevivência e, mais ainda, como expressão do momento histórico do mundo. A princípio poderia ser mesmo este o sentido. O homem desloca-se para que viva melhor, desloca-se para que sobreviva, desloca-se para adquirir melhores condições e passar a uma situação mais próspera, de mudança. Porém, o sentido aqui percorrido é mais amplo. O ser humano, para *grafar no espaço* sua situação de descontentamento, desloca-se e, quando se cansa ou encontra motivos e condições para deixar de se movimentar, fixa-se. Resiste. Mesmo indo e vindo o movimento agora tem como objetivo territorializar-se. Esta é a base de um estudo dos movimentos socioterritoriais: quando o objetivo da ação é territorial, sucede-se a resistência na terra.

É a partir do modo como aconteceu Goiás, conforme apresentado anteriormente, que se pode compreender a cartografia específica de outros “aconteceres”, prementes a produção e formação dos municípios goianos. Tais *aconteceres* interferem no surgimento dos primeiros conflitos territoriais e no modo de vida camponês, enquanto identidade, antes e após os conflitos. Uma vez que as políticas territoriais implantadas para povoar Goiás atraíram pessoas, inclusive camponeses, de várias partes do país, profundas alterações começaram a fazer parte do espaço goiano. Decerto a sina do vir se resvala no que sempre significou mudar para o retirante: uma busca. Oliveira (1999, p. 17) ajuda na afirmação.

Os brasileiros não param sua sina de retirante. O retirantismo tem sido marca maior das dinâmicas territoriais da produção brasileira. Mas não são só os brasileiros que migram. Os trabalhadores de muitas partes do mundo migram. [...] Assim, do ponto de vista do sujeito, ele migra tendo como meta a esperança. Ele migra para se encontrar. Assim o lugar adquire o caráter simbólico de encontro. Encontro com a terra prometida. [...] a recusa da migração foi substituída pela

luta para ficar, para se encontrar, encontrar com a terra prometida, encontrar com a identidade negada de Sem Terra [...].

Vir para o sertão esse nome que não cabe em si. *Coração* do Brasil é nele, para muitos, o lugar em que mora sua verdade. O sertão está onde vão os homens motivados pelo discurso da interiorização, pelo objetivo da integração, pelo ideário da modernização, pelo critério da centralidade. Como projeto da política territorial brasileira, povoá-lo é questão de honra, afinal, é o sertão arrojado, monumental, gigantesco. É o sertão do futuro, presente no discurso do Estado brasileiro, cujo mote é o oeste.

Promessas de um porvir promissor, associado às propagandas desse espaço que saía do significado de “sobras de domínios”, levaram os migrantes a sonhar com o futuro desse novo lugar-sertão: o de um lugar de progresso. A despeito de estarem *etiquetados* pela *sina do retirantismo*, da qual já falou Oliveira (1999) como uma das marcas da sociedade atual, embora desde seus primórdios, os sonhos se tornavam cada vez mais possíveis de se realizarem nesse novo mundo. É a sociedade dos trecheiros, dos sem moradia, dos “outsiders” do qual fala Nobert Elias (2000), em busca de auto-reconhecimento.

No sertão amplo e “desabitado” cabe a construção de todos os possíveis sonhos. Esse lugar-sertão permite a ampliação das possibilidades de realização pretendidas. Afinal, o que é esse lugar- sertão, prenhe de ser conquistado, enorme porque “sobra de domínios”, senão como enunciado por Brandão (1995, p. 57) :

Porque, se de um lado o sertão precisou ser pouco a pouco conquistado através de árduo trabalho, de outro ele podia ser conquistado. Por não ser ainda o lugar do domínio do senhor de terras, ou por ser justamente a sobra de seus domínios, o sertão eram as terras que podem ser ”aposseadas” por atos de uma conquista lenta, quase invisível, único meio de os homens pobres e livres terem a sua terra: sítiantes. Por isso, simbolicamente opostos ao bairro e à cidade, o sertão se associa ao sítio e ao bairro para ser o oposto da fazenda e da cidade, locais de posse já estabelecida, da ordem já estabilizada e da lei do senhor de terras, que garantia uma coisa e a outra. (Grifos meus)

Este lugar de que fala Carlos Rodrigues Brandão — *avesso às ordens do senhor de terras* —, é onde os próprios homens, seus habitantes, construíam suas leis e para onde vão os que não se “adaptavam” ao processo civilizatório moralmente ajustado à vida litorânea. É nele, um *espaço-lugar* —, com sentidos tão minimizados, embora amplo e impossível de ser delimitado, que emergiram lutas sertanejas e diversas resistências

passadas, ao passo que poderíamos dizer que o desenho da resistência pela terra no Brasil é, em grande parte, sertanejo. O sertão, no passado, foi também condição — situação geográfica —, para que nele se configurassem uma geografia da luta pela terra. Sobre o caráter dessas lutas, reitera Martins (1981, p. 52)

justamente em duas regiões sertanejas, o sertão da Bahia e o sertão do Contestado, ocorreram movimentos messiânicos que, devido à repressão, transformaram-se rapidamente em verdadeira guerra civil. Na Bahia, camponeses, vaqueiros, jagunços e ex-escravos terminaram uma peregrinação que Antônio Maciel, o Conselheiro, iniciara nos anos 70 [...].

Guerra dos Potiguaras, Zumbi dos Palmares, Canudos, Guerra do Contestado, Cangaço, Ligas Camponesas, Sem Terra. Estas lutas descritas no trabalho de Fernandes (2000) possuem em comum o caráter de oposição e a dimensão territorial na busca da dignidade. A grafia territorial das lutas desses movimentos promove uma *identidade de resistência*²², um modo de ser pautado no antagonismo e na recusa às práticas da ordem instituída.

Associou-se a este processo de recusa o projeto idealizado para povoar áreas que necessitavam ser desbravadas em Goiás. Enquanto áreas do sertão goiano serviam para absorver os contingentes populacionais do país, formava-se no imaginário dos lavradores, que para cá vinham, a possibilidade de realizar *o sonho da terra prometida*. Conforme narrou Carneiro (1986, p. 78- 80), aquelas propagandas de rádio em 1940, já descritas no capítulo anterior, soavam como desafio para os “sem terra” de todo país, com mensagens que delineavam que “*os que não gostam de trabalhar no seu pedaço de terra, que não viessem, mas para quem quer trabalho e gosta de trabalhar havia terras sendo “doadas pelo governo”*”.

A quebra dessas possibilidades fez a outra face do sonho se transformar em luta para realizá-lo. À medida que os reais motivos dos “convites” feitos aos camponeses apareceram e daí a tentativa de fazê-los voltar, um sentimento feroz de fixar-se promoveram as primeiras resistências isoladas. A falsa concessão e a falsa reforma agrária fizeram com que surgissem em Goiás os primeiros conflitos, em que os “posseiros” eram obrigados a negar seus direitos de posse.

²² Castells (1999) Propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidade: legitimadora, de resistência e de projeto. A este respeito dedicaremos parte da discussão do próximo capítulo.

Característica da natureza espacial da história do Brasil, a resistência, conforme refletido no trabalho de Fernandes (2000, p. 25) é marca que não se restringe ao “nosso tempo”,

as ocupações de terra realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos populares, são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e de formação camponesa [...] A história do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação do nosso país, a luta pela resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico.

No depoimento dos camponeses no estado de Goiás, diferente desse caráter imediatista que configura as resistências no passado indígena, resistir muda de significado, de acordo com o momento específico da luta pela terra. A geografia das lutas pela terra em Goiás está direcionalmente influenciada pela entrada das Ligas Camponesas, que seguindo pelo trajeto da Estrada de Ferro, chegaram a ser formadas nos municípios goianos próximos ao Triângulo Mineiro, como Catalão, Nova Aurora, Urutaí, Pires do rio, Orizona e Goiandira (Pessoa, 1997, p. 50).

As primeiras resistências camponesas no estado de Goiás se deram de forma localizada e isolada, motivadas por iniciativas quase sempre “individuais”, como ratifica Pessoa (1997, p. 77). Circunstancialmente, quando algumas instituições e novos *parceiros* passaram a fazer parte do processo como “mediadores²³”, o grau de organização aumentou e muitos dos camponeses adquiriram conhecimento de seus direitos na luta pela terra. Estas instituições vão ter papel importante na orientação política e na organização das lutas, que começam a se formar e a se modificar, além do caráter “mediador”. Porém, há muitas contradições entre a definição do papel de cada uma no processo e as ações enunciadas por elas. Por muitas vezes a participação dos camponeses na conquista das terras dadas pelas instituições ficou reduzida e implicitamente alguns mediadores se sentiram como “autores fundamentais do processo”. Este debate será feito de forma mais

²³ A idéia de mediação entrou para o vocábulo dos estudiosos para pensar as lutas no campo, enquanto conceito a partir dos anos de 1970. Com esta “entrada”, ela deixa de ser restrita à antropologia para contaminar outros discursos. Novaes (1994, p. 179) diz haver dois tipos de mediadores o de cima e o de dentro. A igreja Católica, as Universidades, o Estado, as ONG’s e os movimentos sociais seriam para este autor, mediadores “externos”. A aproximação entre os mesmos e os camponeses se daria na esfera dos “recursos simbólicos, adesões a partir da construção conjunta de símbolos, afirmação de valores, recursos humanos e materiais” (Idem, 1994, p. 180). Outras discussões a respeito se encontram em Pessoa (1999).

ampliada em tópicos que seguem. Antes, cabe relembra Trombas e Formoso como um dos grupos que renunciaram as histórias dos camponeses em Goiás.

2.2.1 Trombas e Formoso: começo de uma história repetida

“Camponês é também desenvolvido sim.
Tanto nós somos desenvolvido que
ninguém fez no Brasil o que nós camponês fez
em Formoso não, tudo baseado
nos ensinamento do Partido.
Então, quantos que dizem ser de letra e
nunca botou na prática esses ensinamento.
Agora camponês aprendeu, faz mesmo.”

Depoimento de Camponês – Carneiro (1986, p. 157)

Assim como na fala do camponês descrita na epígrafe o sentido do que é ser “desenvolvido” não se remete à expropriação do camponês — que vieram preparando a terra para que ela servisse ao projeto de modernização e “união” do sertão ao litoral —, mas a sua organização enquanto coletividade para aprender “os ensinamentos do partido” e resistir pela manutenção de sua cultura. Foi assim que pela Rodovia Transbrasiliana — rumo ao médio norte de Goiás —, direcionavam-se dois grupos de migrantes com objetivos distintos: *grupos de camponeses e de fazendeiros; os primeiros desejavam a terra para dela tirarem a sua subsistência e os segundos a desejavam para dela tirarem o lucro e a renda da terra* (Carneiro, 1986, p. 95). Assim vieram os camponeses, com matulas e esteiras, ferramentas e trouxas, canivetes e cigarros de palha: com a casa nas costas.

O choque de objetivos no direcionamento do trabalho e da propriedade da terra não aconteceu no início, mas após a valorização que as áreas receberam com a chegada dos camponeses e seu trabalho, especialmente pelo desmatamento e cultivo. A terra apossada por esses grupos fez despertar a cobiça dos fazendeiros da região. Depoimentos desses trabalhadores, na estruturação do livro de Carneiro (1986), contribuem para que seja conhecido um importante conflito de camponeses em Goiás, recurso que conduz a uma aproximação carnal com a luta de Trombas e Formoso²⁴.

²⁴ É necessário pontuar que outros conflitos camponeses, aqui não apresentados e nem discutidos, são também importantes e constituem parte da luta camponesa em Goiás. O Movimento missionário de Santa Dica (1923 – 1926) e a Luta do Arrendo, sendo que este último, por sinal, possui a mesma identidade ideológica de Trombas e Formoso.

Em sua maioria provenientes dos Estados de Minas Gerais e do Nordeste, os trabalhadores rurais foram forçados ao pagamento do arrendo por parte de um grupo de fazendeiros locais que se diziam donos das propriedades ocupadas por eles. A falta da “letra” fez com que muitos camponeses cedessem às cobranças e pagassem o arrendo. Este foi o ponto de partida da resistência que começou a se formar, uma vez que a pressão caminhou para que alguns deles fossem forçados a abandonar as terras. Havia camponeses provenientes de outras regiões, *como Maranhão e Piauí, mas que viviam em Pedro Afonso, no Norte de Goiás e que chegaram à região liderados por José Porfírio, e ali formaram posse numa área de terras devolutas* (Martins, 1981, p. 72).

Embora tal resistência pareça se constituir dessas ações iniciais de fazendeiros para com camponeses, certamente ela é anterior a isto. Primeiro, a “sina da migração” impôs a essas histórias de vida que ali se encontraram a exigência da busca em se re-encontrar. Tem sido assim durante milênios. Populações em movimento deslocam-se espacialmente nesta busca incessante no resgate de sua identidade. Os trabalhadores põem-se em movimento, fazem num pedaço de Goiás um “Minas Gerais”, um “Nordeste”. Desterritorializam-se e reterritorializam-se. No sudoeste da Bahia de todos os santos e povos encontram-se gaúchos e baianos a produzirem um “espaço simbólico de referência identitária”, como reflete Haesbaert (1997, p. 31).

Entre legalizações de terras griladas e o início de práticas violentas, constituiu-se o primeiro momento do conflito de Trombas e Formoso. A região foi conhecida no ano de 1952 como campo de tortura e intensa repressão, fato que aumentou o grupo dos grileiros. Em 1951 a 1954 inicia-se o *processo de legalidade, período este em que os camponeses vão tentar conseguir o título jurídico da terra sob a liderança de José Porfírio de Souza* (Carneiro, 1986, p. 110 - 112). As dificuldades justificam-se porque *as terras tinham sido griladas por um grupo de fazendeiros, além do juiz e do dono do cartório local, consumando-se o processo de grilagem em 1952* (Martins, 1981, p. 72).

A luta pela terra foi marcada por intensa resistência por parte dos camponeses de Trombas e Formoso. A presença do PC em meados de 1954 e a criação da Associação de Lavradores Rurais de Formoso em 30 de janeiro do mesmo ano, evento de suma importância na luta pela baixa do arrendo, constituem provas da supramencionada resistência. Daí pra frente, despontou a discussão sobre a situação do campo, o que

contribuiu para o surgimento de sindicatos rurais, encontros de camponeses e operários, além da articulação de outros setores da sociedade que reagiram contra estes movimentos (Pessoa, 1997, p. 62). Martins (1981, p. 72) afirma que,

Os conflitos já eram muitos quando chegaram à região, em 1954, quatro militantes enviados pelo Partido Comunista do Brasil, que passaram a viver e trabalhar na área. A partir de então, os camponeses se organizaram em Conselhos de Córregos, desenvolveram o trabalho coletivo do mutirão nos momentos de tensão mais aguda, para permitir que grupos de camponeses armados montassem guarda contra ataques de jagunços e da polícia, e fundaram a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, encarregada de representá-los e organizá-los, para obtenção da propriedade da terra.

O caráter desta luta camponesa modificou-se à medida que as instituições organizadas com objetivos políticos e religiosos passaram a auxiliar o movimento. Isto acarretou o aumento de violências contra os camponeses resistentes. Coações, mortes, e torturas se acentuaram embora quanto mais salientes, mais provocassem ira e fortalecimento da resistência, agora, de caráter relativamente organizado. Carneiro (1986, p. 141) descreve o depoimento de um camponês,

As casas foram queimadas, as famílias expulsas de suas posses, crianças e mulheres torturadas. Cerca de nove mulheres no Coqueiro de Calho abortaram, devido aos maus tratos. Antes deles queimarem as casas eles chegava de caminhão e carregava tudo que tinha dentro das casas depois botava fogo. Carregava tudo mesmo, até as roupas da gente. A região de Trombas e Formoso conheceu o terror.

Dois tipologias de lutas camponesas que aparecem neste caso se repetem em todos os outros no estado. Dentre as designações de lutas organizadas existem ainda aquelas que foram organizadas pelos camponeses entre si e outras com o apoio de instituições, tanto em fase de “base” como apoio posterior à ocupação territorial. Quando passam a ser organizadas pelas instituições, assumem um nível mais elevado de organização política, uma vez que se pautam pelos trâmites da legalidade. Outro elemento importante é o caráter de formação desse tipo de organização, o que no caso de Formoso e Trombas é afirmadamente revolucionário; *passam a compreender que a luta pela terra é apenas uma etapa da luta que eles devem empreender, pois a terra pode garantir apenas uma precária subsistência no sistema capitalista* (Carneiro, 1986, p. 190).

Pode-se atestar que a conquista do resgate da identidade camponesa se inicia quando os mesmos se propõem a participar — emprestam aí seu corpo para que no

devir histórico possam recuperar a dignidade e assim conseguir solidificar seus espaços de vida, expressões de sua cultura. Isto faz pensar que um grupo social — os camponeses —, como parte da continuação e sobrevivência de sua identidade, organiza instituições de representação para que se robusteça a luta empunhando por sua bandeira, que a princípio é pela terra, mas que na verdade é muito mais ampla. No próximo capítulo refletir-se-á sobre outros “parceiros” que dão corpo e contorno para que os sentidos desta luta se corporifiquem. Antes, porém, é notório rememorar como se constitui o debate sobre estes “mediadores”, para mais adiante entender neste princípio a atualidade do camponês, enquanto conceito válido para se pensar as identidades re-inauguradas a partir da luta pela terra em Goiás.

2.3. Ocupar “em nome de Deus”: a “igreja da denúncia” na construção da participação e pertencimento da Luta pela Terra no município de Goiás

“D. Tomás imprimiu um estilo, uma prática pastoral que lhe é característica. É goiano, tem uma clareza política ímpar e uma posição firme. É dócil no falar e decidido no agir.”

Luís Antônio Ório – Agente da CPT de Goiás

Participar é verbo humano que denota ação. Participar é agir junto com, integrar, associar-se, fazer saber, ter ou tomar parte. Mais do que isto, a participação qualifica o pertencer, uma vez que é possível “sentir-se pertencente” sem participar. A organização da participação como vir-a-ser, essência e processo de conquista, implica, necessariamente, um reconhecimento dos objetivos em torno dos quais os camponeses se organizaram, como uma forma de dizer à sociedade que a legalidade atual é contrária a esta opção de fazer justiça.

A trajetória do camponês expõe várias situações de resistência que promoveram ações de violência e expropriação do campo. Tais condições são o motor fundamental para motivação e transformação da condição social pelos camponeses, porém é necessário defender, eles não agem — em sua maioria —, pela “tomada de consciência”, como querem alguns autores, mas motivados pelo sonho de retorno à terra e, pela possibilidade de reprodução camponesa na esfera material e simbólica. Contudo, suas ações se fazem possíveis, não apenas estas “condições” espacialmente constituídas, as quais foram até aqui discutidas, mas a atuação de instituições *mediadoras*, dentre elas a Igreja Católica de Goiás.

Foi exatamente numa esfera de *ruptura* anunciada e de *denúncia* que se organizou o trabalho da Igreja Católica instalada em Goiás, tanto em alguns municípios do estado como especificamente na região ligada à Diocese do município de Goiás (mapa 1), local de realização desse estudo. Para explicar o surgimento dos assentamentos existentes no mesmo, vale ressaltar que o fato está apenso ao perfil da Igreja Católica nos anos de 1967 a 1998, período de bispado de Dom Tomás Balduino, vinculado às idéias expostas no Concílio Vaticano II (1962) e a Conferência Episcopal Latino Americana de Medellín (1968) na qual, segundo Scolaro (2001, p. 74) a *igreja assume um trabalho popular exatamente levando em conta a situação de pobreza e sofrimento do povo de suas comunidades*.

ESTADO DE GOIÁS

Micro região de atuação da Diocese de Goiás - 1967 - 1998



Micro região de atuação da Diocese de Goiás
Bispado de Dom Tomás Balduino (1967 - 1998)

Fonte dos dados:
IBGE - 2003
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBGE. Malha municipal digital do Brasil, 1997.

Elaboração cartográfica:
Rumênia Luiza Barreto Rodrigues de Silva



- Legenda**
- Município de Goiás
 - Britânia, Ceres, Jussara, Fazenda Nova, Sancrerlândia, Itaguaru, Carmo do Rio Verde, Heitorina, Uruana, Mossamedes, Novo Brasil, Inoberal, Itapuranga e Itapirapuitã.
 - Drenagem
 - Limite interestadual

As experiências pastorais e pedagógicas e o tipo de relação estabelecida com a “gente pobre do campo”, diz respeito, segundo Brandão (1992, p. 12), às ações que são inauguradas com a chegada de missionários franceses e,

mais ainda, a vinda de frades religiosamente re-socializados na França, torna possível a realização de experiências pastorais e pedagógicas cujo conteúdo de contestação traz, dos movimentos de Ação católica anteriores ao golpe militar, para o interior de prelazias e dioceses, uma retórica e um tipo de prática que em parte antecede a própria experiência brasileira das comunidades eclesiais de base. Justamente durante todo período da ditadura militar, mas também nos anos imediatamente posteriores às inovações do Concílio Vaticano II, um pequeno mas muito importante cinturão de igrejas progressistas, fundadas ao longo de uma desafiadora difícil aliança com lavradores, posseiros, indígenas e outros sujeitos e grupos sociais marginalizados, atrai para o Centro-Norte do Brasil as atenções do país.

O “modelo” de Igreja em Goiás, implantado a partir de 1967, sob influência de Dom Tomás, tentou provocar uma ruptura com a Igreja “tradicional”, pretendendo uma aproximação com as questões populares, fazendo com que esta nova igreja, não apenas em Goiás, mas em todos os lugares em que foi implementada enquanto prática, se autodenominasse de “Igreja Popular” e/ou “Igreja do Evangelho”. Posteriormente, essas práticas teológicas seriam intituladas de teologia da libertação, e a palavra “libertação” advém de uma linguagem metafórica bastante utilizada pela Igreja “popular”, entre outras práticas algumas são lembradas por Pessoa (1999, p. 116).

A Igreja Popular, apoiada pelas reflexões da teologia da libertação²⁵, atraiu para Goiás pessoas religiosas de outras partes do país com a finalidade de vencer o desafio: criar um outro tipo de religiosidade e de fé, segundo Frei Marcos, uma espécie de “Igreja para Leigos”. Este Frei, até a época da pesquisa residente na Cidade de Goiás, foi uma dessas pessoas atraídas pela *opção da Diocese e de Dom Tomás*. Pertencente à Ordem religiosa dos Dominicanos, ao conceder longa entrevista disse:

Eu vim para Goiás por causa de Dom Tomás e da opção que a Diocese fez. Em 1972 estava em São Paulo e a Diocese em Goiás, em 1973, faz a opção pelos pobres. Em 1973 tive que sair de São Paulo foragido. Dom Tomás chegou em 1968 e uma das primeiras coisas que ele fez foi convocar assembleias populares,

²⁵ Para uma compreensão inicial do significado dessa filosofia cristã, vale fazer leitura de Francisco Catão, *O que é Teologia da Libertação*. No livro, o autor apresenta-nos uma reflexão segmentada em três capítulos, dividindo-os a partir da “distância que se criou, pelo menos nos tempos modernos, entre a doutrina cristã e o pensamento ocidental” e como isto distancia o povo da sociedade; Depois, o autor trata “das tentativas de diálogo feitas a partir do século passado”, parte na Europa, chegando só depois a América Latina e, por último, uma reflexão de fato sobre o significado da teologia como doutrina cristã, uma verdadeira libertação da teologia, menos dogmática, mais reflexiva e aberta para as lutas de libertação dos povos de seus cativos.

a participação do povo na igreja, indiscriminadamente sendo lavrador ou não. Ele fez a 1ª assembléia mais representativa das paróquias, da igreja tradicional e aos poucos foi se abrindo as perspectivas até que veio uma equipe, de assessoria, do Rio de Janeiro, que era o Frei Elizeu e Terezinha Coelho, que começaram um trabalho de assessoria com pessoas de Goiânia e faziam um trabalho mais nas comunidades. Daí se começou fazer a opção mais pela terra, pelos lavradores.

Esta opção pelos trabalhadores da qual falou Frei Marcos é, sem dúvida, um viés importante para entender o processo de implantação de um novo tipo de exercício da fé católica no município de Goiás. Formar uma *igreja para os leigos*, denominação dada pelo próprio Frei Marcos, não era uma atitude pontual, mas uma ideologia que, para além dos livros, se reproduzia na forma de ser cristão em muitas partes do Brasil e do mundo. Mas este processo foi “lido” de formas distintas pelos pesquisadores goianos do tema. Pode-se apontar pelo menos duas das principais vias de leituras feitas a respeito.

A primeira delas se encontra no estudo de Sclaro (2001, p. 125), intitulado *Profecia e Diálogo – Análise Sócio Cultural da Diocese de Goiás (1967 – 1998)*. Este trabalho narra o período do bispado de Dom Tomás Balduino e do trabalho realizado pelo “modelo de igreja trazido pelo bispo”, enfocando em certa medida a criação da CPT e o direcionamento das preocupações com os trabalhadores rurais. No entanto, há no interior do trabalho um discurso narrativo sobre as atividades da igreja, assumindo inclusive as “metáforas religiosas” elaboradas em seu interior, entre elas a idéia de que houve, por parte dessa Igreja “do Evangelho”, uma disposição aberta e democrática de diálogo constante e total colaboração da parte dos “leigos”, que teciam *um carinho uma admiração muito grande pela pessoa do bispo a ao mesmo tempo dos padres que estavam juntos nesta construção*” (Sclaro, 2001, p. 125). Na mesma vertente está o trabalho de Moura (1989) intitulado *A Igreja do Evangelho: a construção de um sonho – A diocese de Goiás nos anos setenta*, em que afirma ser a chegada do bispo

um marco significativo na vida religiosa da Diocese. É um rompimento com o ritual tradicional sempre revestido de muita pompa e muita ostentação. Surgem, desde esse momento, evidências de uma nova conduta eclesial, o que fez refletir, condicionar, redimensionar não só as relações, sobretudo as posições do clero vilaboense e, conseqüentemente, as relações Igreja/leigo (Moura, P. 130).

Sob outra perspectiva, encontra-se a leitura realizada por Pessoa (1999), *A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel*. Evidentemente, a contundência do título faz referência à construção de um novo “modo de produção do sagrado” com a chegada de

Dom Tomás e as influências teológicas e de militância trazidas por ele²⁶. O autor sugere que o bispo trouxe para o município uma espécie de projeto de igreja, *dentro de alguma valise* (Pessoa, 1999, p. 104), mas trouxe pelo menos a disposição de convocar os leigos para as assembléias, o que fez desencadear, especialmente a partir da assembléia de 1972, o novo perfil político-pastoral da Diocese: a eleição do trabalhador rural como seu interlocutor privilegiado.

Há um claro impasse em relação ao estudo de Pessoa (1999) e Scolaro (2001), sobretudo quando o segundo diz que *é a igreja tradicional quem traz pacotes prontos, tem uma doutrina definida, tem regras claras, missas prontas e o leigo não é convocado para pensar e construir a Igreja*. Mas o estudo de Pessoa (1999) não se restringe à esta avaliação do perfil da Diocese, também aponta as contradições em relação à forma como foi implementada, a partir das “Assembléias diocesanas”, uma proposta de trabalho que acabou acarretando o surgimento de problemas internos e externos, conforme narra Pessoa (1999, p. 107). Ainda assim, carece saber se, convidar os “leigos” para pensar outra Igreja, significa romper efetivamente com os moldes da Igreja tradicional²⁷.

Há que se dizer: a Igreja da Denúncia, ou do Evangelho, como se “auto – intitidou” ao mesmo tempo em que provocava adesões, criava repulsas. É certo que havia questões importantes a serem resolvidas e isto ficou evidente quando, nas “assembléias diocesanas” realizadas logo com a chegada do bispo, foram efetuadas pesquisas²⁸ para levantar os principais problemas do trabalhador, principalmente o do campo. Além disto, Pessoa (1997, P. 105) aponta uma pequena biografia do bispo, que demonstra tendência a uma opção de fé diferente, com denúncia e de certa forma “descompromissada com sacramento”,

²⁶ Dom Tomás Balduino é dominicano, ordem religiosa reconhecida no Brasil a partir de 1964, os quais possui representantes como os Freis Tito e Betto que foram presos e torturados. Além disto, vinha de uma passagem pela Prelazia de Conceição do Araguaia, onde havia exercido a função de administrador e apostólico, tendo contato direto com o MEB e seu método de ação educativa. (Scolaro, 2001, p. 131).

²⁷ É válido apontar o estudo de Duarte, Lys Elizabeth Amorim Melo. A Participação da Igreja Católica na Questão Agrária no Brasil, no qual analisa as posições assumidas pela igreja católica frente à questão agrária, no Brasil do início da década de 1950 até o final dos anos 1970 deste século. O estudo mostra a polêmica existente acerca da viabilidade da pequena propriedade, enfocando os pensadores que apóiam ou rejeitam a posição da Igreja Católica de legitimar as formas de propriedade que cumprem a função social da terra.

²⁸ Para realização dessa pesquisa foram convidados Pe. Dario Nunes, do Rio de Janeiro, Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, Pe Ivo Poletto, do Rio Grande do Sul, Pe Eliseu Lopes de Belo Horizonte, sendo formados e assessorados pelo bispo Dom Tomás Balduino (Scolaro, 2001, p. 131 – 132).

Dom Tomás Balduino, recém-nomeado bispo, em meio ao processo de mudanças pós-conciliares da Igreja Católica no Brasil...tinha na sua biografia de padre, em Conceição do Araguaia, no sul do Pará, experiências renovadoras, como a criação do MEB na região. Mas a marca mais determinante de seu mandato viria ser do ponto de vista metodológico, ou seja, a realização de assembléias diocesanas incluindo leigos.

Os depoimentos de pessoas ligadas a este perfil de igreja no município de Goiás vêm afirmar que ela “toma para si a responsabilidade de tirar o povo da opressão”, em especial, os camponeses para os quais, em sua maioria ela direcionou suas atividades. Vários problemas surgiram ligados às elites agrário- conservadoras que moravam na cidade e que tinham representação política no estado. Em 1971, ao perceber através das Assembléias Diocesanas, que o contingente populacional com grave situação de expropriação estava no campo, a Igreja de Goiás procurou contribuir para a criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais²⁹.

Antes, porém, haviam sido estabelecidas duas “linhas” de atuação, após constatar-se a necessidade do povo da roça, *que vivia num rural muito sofrido, um rural onde o pobre que era a maioria estava na condição de meeiro*³⁰. As características da primeira linha foram as celebrações, missas, orações litúrgicas e atendimento ao “povo fiel”. A segunda linha era o trabalho de evangelização com pesquisas que procuravam saber muito da vida do povo, inclusive particularidades como *a quantidade de colchões presentes em cada casa*³¹, realidades até então desconhecidas. Tanto a primeira quanto a segunda linhas associavam-se ao que Pessoa (1999) chamou de “Pedagogia dos causos e das metáforas”. Na voz do bispo várias conquistas são fruto desse processo, conforme narrou Scolaro (2000) no estudo sobre o que a Igreja do Evangelho inaugurou:

A conquista nº 1 da Diocese foi o pobre, eu acho, nunca se falou tanto e se valorizou tanto e a gente levava isso muito a sério. A presença do pobre lá no primeiro lugar da Igreja. Eu fiz visita pastoral indo pernoitar não na casa paroquial, mas na roça, no rancho, com o pobre, o pessoal, os agentes naquele tempo faziam isso e eu agradecia. Quer dizer, foi a Igreja que mudou de lugar, esta é uma mudança revolucionária, uma evolução copernicana. Para usar uma palavra de Boff, isso é mudar de lugar, lugar de poder para o lugar do não poder, do ter para o não ter. Isso nos empobreceu, nos deixou de “bunda no chão”, mas aconteceu. [...] A conquista número dois foi o Evangelho. A Igreja era para nós sinônimo de Evangelho, palavra, profecia, anúncio, denúncia. Esta é a cara do pouco dessa Igreja que incomodou com a força, pouco minimamente

²⁹ Pessoa (1999, p. 115).

³⁰ Scolaro (2001, p. 176).

³¹ Entrevista com Frei Marcos, 2002.

institucional, evangélica no sentido de reconhecer a força da escola bíblica, a valorização da palavra de Deus tomada no seu lugar. Uma Igreja que valoriza a comunidade. (Balduino apud Scolaro, 2001, p. 206)

Esta igreja deu outro sentido à luta pela terra no município de Goiás. Não se diferenciou o espaço de construção da luta pela terra e o espaço de discussão de uma forma de “rezar” militante. O universo simbólico preparado por Dom Tomás permitiu que os camponeses tivessem segurança para lidar com os discursos que apareciam, nos quais eram apresentados como *ladrões e vândalos*. O discurso da terra prometida contribuiu para que o povo mudasse suas ações e estas mudanças espelharam-se na forma de enxergar suas próprias ações, enfim, no auto-reconhecimento.

Pouco mais tarde, em 1975, sob influência da Diocese de Goiás, inspirada no MEB, JAC, ACR e no CIMI (Conselho Indigenista Missionário, no havia trabalhado Dom Tomas), foi gestada a Comissão Pastoral da Terra, a CPT. *Embora tenha sido gestada na Diocese, acabou vindo à luz em Goiânia no mesmo ano de 1975*. Tendo como conteúdo o “problema da terra”, a CPT, com o argumento bíblico de *acesso a terra prometida*, construiu linhas de ações na direção das discussões: 1. *Formação bíblico-pastoral específica para lideranças e comunidades*; 2. *A luta pela terra*; 3. *O assalariamento rural*; 4. *Pequenos produtores que trabalhavam em sistema de propriedade familiar* (Gomes, 1995, p. 18 – 19).

O principal objetivo dos agentes pastorais sempre foi o de assessorar os trabalhadores para que os mesmos *consigam conquistar seus direitos por meio da reforma agrária* (Idem, 1995). Várias Romarias da Terra³² desde então foram realizadas no estado, sempre com temas definidos, conforme sugestões de camponeses e agentes pastorais nas reuniões que as antecederam. Medeiros (Apud Pessoa, 1997, p. 70) diz que a atuação da CPT não vem na direção de

impulsos propriamente de mudanças religiosas, mas uma situação de carência de mobilização do trabalhador rural [...] se constituindo numa visão alternativa de prática sindical pela crítica ao encaminhamento dos conflitos [...] e pelo estímulo às ações de resistência na terra.

³² Os temas das Romarias foram 1984 - “A Reforma Agrária será obra dos trabalhadores”; 1985 “ Sobre a terra o povo avança, quem espera nunca alcança”; 1986 - “Só tenho terra debaixo da unha”; 1989 – Na luta do povo a conquista da terra; 1991 – “ Terra e trabalho, vida para todos”; 1993 – “ Terra, vida e moradia: juntam o povo em Romaria”; 1995 – “ Na terra a conquista da dignidade”.

Uma leitura que se poderia fazer da realidade atual da CPT, no caso do município de Goiás, é de um estímulo diferente do apregoado na frase: “ações e resistência na terra”. A CPT passou por mudanças na sua estrutura, principalmente pelo fato de que os agentes que a compuseram no passado estavam completamente ligados à Igreja. Hoje, a entidade possui 5 membros, apenas um deles é “das antigas”. Benoix e Inês Rixen, Agnel, Israel e Luismar (ex-padre) todos católicos.

A Igreja em Goiás caminha numa outra direção, depois da saída de Dom Tomás Balduino em 1998. O novo bispo, Dom Eugenio Rixen, é claramente “mais clerical” e, neste sentido, a igreja “volta aos templos”, se é que havia saído deles. Sobre esta “Nova Igreja”, inaugurada com a chegada do “bispo belga”, Dom Eugenio Rixen, Frei Marcos, em entrevista concedida em sua casa, diferencia:

“Simplesmente uma idéia de igreja diferente né? A preocupação nossa, com Dom Tomás, é que o povo tenha mais vida, mais condições de vida, seja ele católico ou de qualquer outra religião. Agora de Dom Eugênio a preocupação, dele, pessoal, é que o povo além de ter mais vida, seja também católico. São estas as diferenças.”

Esta mudança traduziu, além de uma concepção diferenciada de fé, outras formas de agir com o camponês. Nos assentamentos a figura de Dom Tomás é lembrada como “o bispo que ajudou muito os trabalhadores rurais”³³. Por outro lado, quando perguntadas sobre a atuação do “novo bispo”, apenas duas pessoas responderam “ — *ele veio fazer uma missa aqui, uma vez[...] esqueci o nome dele[...]*”³⁴. Sobre a diferença de atuação nos tipos de “acampamentos” — terminologia criada por Frei Marcos, continua ele,

Dom Tomás participava do acampamento do Povo e dom Eugênio acompanha acampamento Católico. E a outra diferença é o jeito de ser de cada um. Cada um tem um jeito de ser diferente. Realmente o Dom Eugênio tem um jeito mais voltado para igreja, numa visão talvez um pouco diferente, seria completamente católico. Dom Tomás não, o importante é o povo... não...o compromisso dele (Dom Eugênio) é batizar tudo. Já o Dom Tomás não esta preocupado com isto. Pra ele o povo vive na sua cultura, na sua realidade, na sua fé nos diferentes comportamentos, de espécies diferentes, não esá preocupado em sacralizar ou catolicizar, acho que isto é a grande diferença.

Todas essas diferenças são referências para entender o novo perfil do trabalho da CPT diocesana, adotado com a chegada de Dom Eugenio. Ela ficou mais

³³ João da Cruz, Assentamento Paraíso, em entrevista concedida na cozinha de sua casa, 06/07/2002.

³⁴ Maria Fernandes, Assentamento Paraíso, em entrevista concedida na cozinha de sua casa, 06/07/2002.

“técnica”, talvez até mais “adequada” às novas necessidades dos camponeses, que agora lutam pela continuidade na terra. Se o trabalho “pastoral” cedeu lugar ao trabalho técnico, temos aí uma contradição. Se o antigo bispo era mesmo preocupado com o “povo”, independente de quem fosse, quais seriam os motivos que faziam, na sua época, a CPT não ter profissionais como hoje, “não ligados diretamente ao trabalho da igreja”, como dois engenheiros agrônomos, um advogado, um historiador e até um jornalista. Mesmo assim, Livia (ex - agente pastoral), quando indagada sobre o papel da CPT local, demonstrou bastante clareza ao analisar a relação entre a religiosidade (característica forte do trabalho pastoral) e o trabalho mais técnico:

Dentro da prática pastoral que foi inaugurada com Vaticano 2ª do ver, julgar e agir, a gente tem que fazer o diagnóstico da realidade, depois é usar o crivo da fé para analisar este diagnóstico[...] pra depois agir, a idéia é olhar a iniciativa do trabalhador pra depois ajudar ele viabilizar[...] ele sendo sujeito do processo, para uma vida melhor, mais digna, mais organizada, mais[...] se você for pensar é a necessidade que existe hoje, a maior parte dos assentados, como as comunidades rurais assim...eles conseguem produzir, só que eles não conseguem se organizar para comercializar a produção.³⁵

Novas necessidades ocasionadas pela realidade atual dos assentamentos implicam este novo agir da CPT. Se antes a preocupação era colocar o povo na terra, hoje a preocupação é manter o povo assentado. Por isso, o trabalho da pastoral tem sido o de organizar a produção de porcos e galinhas, orientar sobre os tipos de ração a serem produzidas, ajudar nas decisões das prioridades como a venda de legumes e verduras, além de promover encontros entre os camponeses para troca de experiências.

Antes, porém, deve-se lembrar que, em 1986, mais uma instituição passa a fazer parte da luta pela terra e da “organização dos camponeses goianos”³⁶. Convidado, segundo entrevista, pelo antigo bispo, o MST se integra ao processo, o qual foi considerado “imaturo” em relação aos “antigos padres” da “Igreja do Povo” na organização da luta camponesa goiana. Assim continua Frei Marcos,

³⁵ Entrevista com Livia Helena, ex-agente pastoral da CPT/Goiás, que deixou o cargo este ano (2002), por problemas pessoais.

³⁶ (Fernandes, 2000, P. 126) coloca outra data, 1985 e não cita o tal “convite do bispo” do qual falou Frei Marcos. Ainda assim, o MST aparece em seu livro como “condutor” do processo qual vinha sendo realizado “desde a participação dos sem-terras goianos no *Primeiro Congresso que iniciaram o trabalho para organização do Movimento*”. Adiante o autor ainda afirma ter sido através do MST a organização da primeira ocupação da Fazenda Mosquito, o que será retomado no capítulo seguinte.

Nisto aos poucos foi desenvolvendo, ainda não existia a questão de ocupação em Reforma Agrária, ainda estava muito em discussão. Dom Tomas é que convidou o MST a se estabelecer no Estado de Goiás e a primeira reunião do MST aqui foi em Goiás, na diocese, no centro da diocese. E a partir daí começou aprofundar essa discussão, mas houve um período, isto já foi um pouco antes de eu chegar, começou a equipe dirigente local do MST, se formou uma equipe muito imatura[...]a diocese já tinha muito mais experiência nesse campo e houve algumas contradições. Então as primeiras ocupações aqui no município de Goiás foram a partir da Comissão Pastoral da Terra (CPT) diocesana, praticamente da diocese, de agentes pastorais ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais locais. Depois o sindicato teve um período de decadência[...]como todos os sindicatos do Brasil, então ficou mais a CPT, já mais estruturando[...]e normalmente com apoio de outras pastorais da região[...]se fazia campanha até nas igrejas[...]aqui em Goiás era a que menos contribuía por causa da reação contra a reforma agrária[...]já em outras cidades já havia mais essas dificuldades.

Este discurso elaborado a respeito dos integrantes do MST é bastante criticado por parte da pequena representação local, que justifica nas práticas da Igreja Católica uma certa tendência a “gostar de ser mandona”. Altair Tobias, um dos camponeses que permanece vinculado ao MST, diz que a igreja “*quer ser a galinha e prefere que os camponeses fiquem igual pintinhos*”.

Pontuações se fazem necessárias: os líderes do MST, que vieram para Goiás a convite do bispo da época, eram paranaenses e não conheciam a realidade agrária goiana. A igreja já estava mais “por dentro” e o choque foi justamente este: o “jeitinho goiano” e a metodologia para resolver o problema da terra são completamente diferentes, o que faz com que o caráter das lutas por parte dos camponeses, fosse o de aproveitar o MST enquanto lhes servia e aproveitar da igreja enquanto lhes cabia. Parece oportuna a breve afirmação de Thompson (1987, p. 10) quando diz que *os colonos “sem terra” sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra os outros interesses que diferem e se opõem aos seus*. Tal afirmação se torna mais evidente na fala da camponesa assentada no Paraíso, quando disse que em “determinado momento da luta foi mais conveniente ficar com *os padres* do que com o MST”³⁷.

Vários entrevistados revelam terem sabido das ocupações de terra — por informação —, no espaço da diocese de Goiás. Os temas das discussões circulavam em torno do problema da expropriação camponesa e da necessidade de superação da condição de excluído. Ocupavam, em nome de Deus. Quando se perguntou aos camponeses *como e*

³⁷ Lucia, Assentamento Paraíso, entrevista concedida em sua casa em 13/07/2002.

quando eles ficaram sabendo das ocupações, muitas respostas demonstraram certa aproximação com as instituições religiosas, que acabaram se tornando um espaço de “arregimentação camponesa”, como no depoimento do camponês abaixo citado,

Através da Diocese. Eu trabalhava na Diocese com Dom Tomás e soube pelos meninos da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Trabalhava com hortaliças. Eu sempre quis morar na roça. Meu pai trabalhava numa fazenda...³⁸

Dos assentamentos trabalhados, no Mosquito, 11% das pessoas ficaram sabendo das reuniões em espaços e pessoas vinculadas à Igreja Católica, enquanto no assentamento Paraíso a porcentagem é bem maior, cerca de 20%. Nos outros dois, Lavrinha e Rancho Grande, nenhum dos informantes apontou tais mediadores vinculados ao momento específico em que tiveram as informações. Nestes, tais informações vieram de “outras” fontes, visto que os “mediadores religiosos” compuseram a luta em momento posterior à ocupação.

Dom Tomás, ao fazer o convite para que o MST, conforme citado acima, viesse compor as discussões e organização dos camponeses estado de Goiás, na verdade estava promovendo uma transformação espacial que só mais tarde seria visível: era uma forma de oferecer o apoio da Igreja Católica e das instituições por ela criada, para que se iniciasse uma transformação nas áreas do entorno estado de Goiás, ao passo que poder-se-ia afirmar ser ele hoje fruto do “processo inverso”. Isto porque onde se tinha intensa concentração de terras hoje é o município com o maior número de assentamentos do estado de Goiás, como demonstra a tabela abaixo. Na folha a seguir há um quadro que amplia a visibilidade em nível estadual.

³⁸ Valdeino, Assentamento Paraíso, Chácara “São José”. Entrevista concedida em sua casa em 14/07/2002.

Tabela 1 - Número de Assentamentos no Estado de Goiás, por município e ano de implantação, 2001

Municípios	Número de Assentamentos	Período
Goiás	21	1986-1999
Dorvelândia	14	1994-1997
Rio Verde	9	1997,- 1999.
Miracema do Norte e Araguapaz	6	1997-1999
Heitoraí	5	1997- 1999
Caiapônia, Bom Jardim, Baliza, Vila Propício e Niquelândia	4	1996- 1999
São Miguel do Araguaia, Santa Rita, Santa Helena, Mundo Novo, Minaçu, Itapirapuã, Itaberaí, Fazenda Nova, Faina	3	1994 -1999
Porangatu, Perolândia, Nova Crixás, Morrinhos, Jandaia	2	1998- 1999
Uirapuru, Nova Glória, Goianésia, Palmeiras de Goiás e Mutunópolis.	1	1997- 2000.

Fonte: INCRA, 2003.

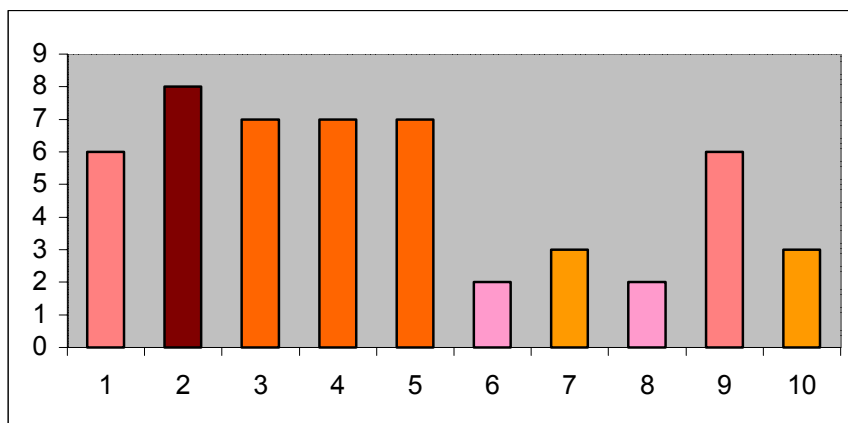
A tabela demonstra um diferencial de densidade explícito do município de Goiás em relação aos outros no estado. As ocupações nos demais municípios ocorreram, porém, após 1986, data do primeiro assentamento rural implantado sob a participação das instituições religiosas eminentemente católicas, MST e Sindicatos Rurais. Nem todos os assentamentos rurais são, no entanto, fruto de um *agir coletivo* das instituições. Logo em meados de 1990, houve um afastamento do MST com a luta pela terra em Goiás. No trabalho de Pessoa (1999, p. 147) e através de algumas entrevistas feitas com os assentados, possivelmente o problema parece ser o fato de que alguns militantes do movimento, influenciados por “cursos feitos fora do estado”, passaram a *insistir na tecla da não existência de Deus*. Esta valorização exacerbada da dimensão “política” completamente “ateia” da luta pela terra, constitui para com os outros mediadores uma relação de “desconfiança”.

Tais problemas parecem ter sido “revistos” quando da reorganização da secretaria do MST, em 1997, após a marcha de abril já citada na introdução. O MST retoma a sua participação na luta pela terra em Goiás tendo como marco de retorno a ocupação da Fazenda Palmeiras, nos municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre e Guapo, que deu origem ao hoje Assentamento Canudos.

Apesar disso, nos depoimentos obtidos dos camponeses, poucos reconhecem o papel organizacional e de apoio que “outras instituições” tiveram, que não as religiosas, e os que o fazem, apontam-nas num e noutro momento específico da luta. Acredita-se que o motivo seja o que significou, até hoje, para alguns dos assentados “estar vinculado ao MST”, de modo que nem todos os camponeses estão dispostos a abraçar tal insígnia, mesmo os que reconheceram a importância organizacional de tal movimento político para que fossem vitoriosos no processo.

Pode-se dizer que a forma como as instituições aparecem na fala dos camponeses assentados exibe boa referência do significado de cada uma no município de Goiás, embora as instituições religiosas fossem as primeiras a aparecer nos discursos, mesmo tendo o MST, a partir de 1986 até 1989, organizado a maior parte dos trabalhos de base e das ocupações no município. Quando se perguntou quais as instituições e pessoas que os ajudaram na conquista da terra, o resultado aparece no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Instituições e Pessoas que contribuíram na conquista da Terra, segundo Assentados do Mosquito, Rancho Grande, Lavrinha e Paraíso, Goiás, 2002.



- | | | | | |
|--------------|----------------------|-----------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Dom Tomás | 2. Igreja Católica | 3. MST | 4. CPT | 5. Sindicato Rural |
| 6. Mosteiro | 7. Freis dominicanos | 8. Altair (assentado no Mosquito) | 9. Outros (CUT, Amidos, padres...) | 10. Partidos Políticos (Pt e Pcd B) |

Expressos com naturalidade, os nomes de pessoas e instituições auxiliam na composição da leitura que se pretende aqui fazer. Respostas como “Altair” por exemplo,

necessitam ser explicadas. Em primeiro lugar, uma das principais referências do MST em Goiás, conhecida e publicamente explicitada na cidade, é o assentado Altair Tobias Fidelis, militante, queijeiro e vendedor de produtos diversos derivados do leite. Altair refere-se a todos usando o jargão de “companheiro” e vez ou outra passeia com um boné que exibe a sigla do MST.

Em entrevista concedida em sua casa, o assentado conta com detalhes viagens feitas no período em que participou ativamente do MST, a partir da composição da “Comissão de Negociação” para a desapropriação da Fazenda Mosquito, onde foi um dos assentados. A participação de Altair em organizações dos camponeses no município, o que lhe concedeu o emblema de ser conhecido como “mais MST do que o próprio MST”. O curioso é que o assentado não faz parte do grupo de pessoas que responderam “MST” quando foi a ele perguntado sobre as *instituições e pessoas que recordava ter contribuído na conquista da Fazenda Mosquito*.

Duas explicações podem ser dadas para a ausência de tal referência: uma, a de que para ele poderia ser evidente omitir tal informação, uma vez que o mesmo narra com total veemência os cursos, as várias experiências obtidas no período, Em segundo lugar, ao utilizar o estatuto da memória — elemento vivo da história oral —, o que apareceu foram outras informações como instituições, pessoas, partidos políticos, provavelmente separadas dele corporal e significativamente.

Ainda sobre o gráfico, das dez variáveis presentes, cinco se referem a pessoas e instituições religiosas (1, 2, 4, 6 e 7). Considerando que a variável “outros” também faz referência a padres, como Isacc (então pároco em Itapuranga), Luismar (ex-padre, Agente Pastoral da CPT no Município de Goiás), Luis Ório (Agente Pastoral da CPT Regional), dentre nomes de amigos e pessoas estrangeiras, poderia-se afirmar que a grafia da luta camponesa em Goiás é marcadamente ligada à Igreja Católica “do Evangelho”. A participação das bases religiosas a ela vinculadas, expressa sem dúvida o importante papel por ela desempenhado para que a terra se tornasse mais “socializada”.

O importante é frisar que parte dessas instituições, como a CPT, e as “pessoas”, no caso os Freis da Ordem dos Dominicanos, realizam trabalhos direcionados aos camponeses desde 1980 e continuam até hoje como as únicas instituições que permanecem trabalhando após a conquista da terra, agora por uma outra luta: a reprodução

sócio-cultural dos assentados. Outro elemento presente no gráfico de maior valor enumerativo é “Igreja Católica”, o que se confunde com as instituições e as pessoas vinculadas a elas, e, quando somados, comportam a maior parte das respostas.

Embora não seja o objetivo refletir profundamente sobre o caráter do trabalho das instituições aqui aduzidas de forma rápida, procurou-se pontuar a existência e importância assumida por elas, já que aparecem nos discursos orais dos camponeses como autoras do projeto de socialização das terras em Goiás.

Ainda assim, é compreensível que as instituições hegemônicas no processo de luta pela terra, esforcem-se por produzir discursos que condizem com seu tempo ao gosto dos agentes envolvidos. Desse modo é inteiramente verdadeiro pensar a relação do homem com o seu lugar a partir das falas que são empreendidas e das imagens que são, por elas, produzidas. Mas convém entender que ao fazê-las, as instituições, as classes, as identidades, em disputa e conflitos, marcados por diferenças e desigualdades, permeiam-nas movidas por intenções que o discurso não pode revelar. Vale, assim, registrar que, produzir imagens, geralmente combina o ocultar intenções. Embora o mesmo discurso que oculta, cristaliza nas fendas e nos interstícios de seu tecido a única possibilidade de revelação do que pretende extraviar.

Em relação aos quatro assentamentos que fazem parte desta pesquisa, escolhidos por compor uma expressão múltipla da participação dessas instituições no processo de espacialização e territorialização camponesa, coloca-se a problemática: mesmo entre fé e política, o conflito entre o que Marques (2002, p. 08) chamou de *territorialidade capitalista e territorialidade camponesa* continua presente, embora dia-a-dia seja vencido pelo modo de vida camponês — expressão profunda de sua identidade.

1.

A fala a nível do sertanejo engana: as palavras dele vêm, como rebuscadas (palavras confeito, pílula), na glacê de uma entonação lisa, de adocicada. Enquanto que sob ela, dura e endurece o caroço de pedra, a amêndoa pétrea, dessa árvore pedrenta (o sertanejo) incapaz de não se expressar em pedra.

2.

Daí porque o sertanejo fala pouco. As palavras de pedra ulceram a boca e no idioma pedra se fala doloroso; o natural desse idioma fala à força. Daí também porque ele fala devagar: tem que pegar as palavras com cuidado, confeitá-las na língua, rebuscá-las; pois toma tempo todo esse trabalho.

João Cabral de Melo Neto

O sertanejo falando

3. Produção do Espaço dos Assentamentos Rurais em Goiás: a Identidade Camponesa em questão

A identidade do indivíduo realiza-se na construção da identidade dos lugares, podendo afirmar que a construção cultural da humanidade é, entre outras coisas a construção de sua geografia.

Douglas Santos, 2002, p. 23.

Identificação, identificar, idêntico, identidade. Palavras parecidas no radical e quase “radicalmente” opostas em sentido. Mesmo que assim seja, refletir sobre processos de identificação e identidades implica apontar diferenças. Claude Raffestin (1993) afirma ser a humanidade “um estoque de diferenças genéticas”, ou seja, ser diferente é uma característica da natureza biológica do ser humano. Como pensar a existência do idêntico, ou mesmo de singularidades que unem e constituem os grupos sociais na sua relação com o mundo? Como refletir a possibilidade da existência de identidades se o próprio sentido da existência humana, principalmente no “mundo contemporâneo”, esbarra na individualidade, na singularidade, na alteridade? Estas indagações nos levam a outras. Souza (2001, p. 149) pergunta:

[...] como buscar preservar uma legitimidade para a noção de identidade (e aquilo que ela significa) sem deixar que a assunção de alteridade interdite o diálogo, impeça comparações e, no limite, oblitere a consciência de manipulações ideológicas e de fissuras no interior das culturas?

Mesmo sendo amplo e complexo, o estudo das identidades tornou-se corriqueiro e mais ainda, permissivo, no entanto, perigoso. Reconhece-se a autoridade de outras ciências, como a Antropologia, neste debate, uma vez que, só em meados de 1990 a Geografia passa a assumir abertamente algumas discussões da questão. O perfil escolhido é a compreensão de que a produção espacial da sociedade implica uma relação com o território e que tal relação é a expressão do modo de ser e agir das pessoas e por tal fato manifestam-se social, cultural e espacialmente. É claro, processos de exclusão, de “des-territorialização” e “re-territorialização” marcam a geografia mundial, imputam novos sentidos à espacialidade, redirecionam as trajetórias, as escolhas e os caminhos das pessoas.

Mas tudo isso se funde em um sentido: a reflexão em torno do tema da identidade não apenas enquanto conceito, mas materialmente edificada no espaço, uma vez que diferentes grupos sociais traçam o movimento do mundo e, enquanto grupos, são, representam e se reconhecem em seu espaço de referência; em sua geografia. Nesse sentido, acredita-se que não existe identidade sem referência espacial. Esta não é uma idéia órfã, mas já vem sendo discutida em estudos de alguns geógrafos, como Armando Corrêa da Silva, Rogério Haesbaert, Iná Elias de Castro e outros grupos de estudos no campo da geografia cultural, cuja vertente, no Brasil, vem sendo difundida principalmente pela UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Apesar de já se ter afirmado a relação existente entre os estudos de identidades e a ciência geográfica, defende-se a tese de que boa parte das produções acadêmicas na área das ciências humanas fala — “sem falar” —, de tipos de identidades. Mesmo com um pouco de generalização, e toda generalização é perigosa, um estudo específico do conceito deve, necessariamente, procurar sua origem onde certamente residem seus trâmites epistemológicos, porém, isto nem sempre acontece. De antemão, enfatiza-se que a pesquisa do social nas ciências humanas, direcionada para quaisquer instituições e agrupamentos sociais como família, igrejas, universidades, movimentos sociais, partidos políticos, enfim, revelam situações específicas de identidades múltiplas e variadas.

Pretende-se, assim, compreender as identidades camponesas em Goiás, especificamente àquelas renascidas a partir da ocupação das terras no município de Goiás, as quais deram origem aos 21 assentamentos rurais existentes e àqueles por nós estudados: São Sebastião do Mosquito, São João da Lavrinha, Rancho Grande e Paraíso. É pela especificidade dessa etnografia que se parte da idéia de que a identidade camponesa — a forma como os camponeses ocupantes se expressam e se entendem espacialmente —, forma uma das veias mais fecundas para os estudos desses grupos humanos, o que instaura uma outra “ordem” no caminho de garantir uma nova situação social por eles pretendida.

Os “assentados” são antes de tudo camponeses e é esta condição — que permaneceu guardada dentre deles, a qual estiveram impedidos de “representar” espacialmente —, que os faz agir coletivamente, em luta, em torno da conquista da terra. Até agora entendeu-se o processo pelo qual se deu a produção desse espaço de reprodução

da condição camponesa no município de Goiás, distintivamente os assentados, como uma nova forma de expressar a campesinidade, inaugurada nos fins de 1980 em Goiás e um pouco antes em outras regiões do Brasil³⁹. Para que esta outra campesinidade fosse possível, vários “agentes mediadores” compuseram o processo, fornecendo suporte organizativo, formador e participativo, os quais foram tratados nos capítulos anteriores. Cabe agora entender como os camponeses trabalharam esta possibilidade de re-existência, e, mais ainda, qual significado tem para eles, hoje, ser um camponês “assentado”⁴⁰.

A expressão do movimento camponês é um dos ingredientes desse processo. Tal expressão não pode, nunca, ser entendida apenas no campo da busca pela terra enquanto “título” ou “propriedade”, ou seja, na busca pelo “poder territorial”. Isto reduz o camponês à singularidade da “força produtiva” e ele tem demonstrado nos seus discursos e ritos, que esta via é propriamente simplificadora. A ocupação não significa a simples oportunidade de retornar à terra, mas apresenta outros significados da trajetória de vida de cada camponês, os quais são expressos no campo do imaginário (ancora-se no desejo da terra como “objeto ausente”, “carência”, “falta”).

Ao recontar a história do processo de espacialização da luta, a partir da qual foram originados os assentamentos rurais, elementos do campo da memória no discurso vão demonstrar a junção do que se pretende: unir o mundo individual e o mundo social, ou seja, entender os comportamentos e percepções em função das interações e trocas produzidas nas experiências de vida e de luta dos assentados informantes. Neste conflito entre individual e coletivo, procurou-se traçar o que Moscovici (1994) disse ser *não somente do domínio da experiência de cada um, mas uma realidade fundamental da vida humana*.

³⁹ Fernandes, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil, Petrópolis, Vozes:2000.

⁴⁰ Cabe dizer que “assentado” não é necessariamente uma das denominações mais corriqueiras entre os camponeses informantes. Na maior parte dos casos, reconhecem que “são assentados”, mas a existência das identidades se comunica mais avidamente com a maneira como tem sido — ou foram —, chamados entre as pessoas da cidade, que são outras denominações como “posseiros” e “sem terra”. Procuramos evitar nas entrevista tal nomeação, tratando-os como assentados.

3.1 Ser camponês: um debate conceitual acerca do conceito de identidade

A construção da identidade de um povo vincula-se ao resgate das experiências vividas, compartilhadas coletivamente.

Adriana M. V. Oliveira (2001, p. 35)

Em discussões acerca da formação dos Estados Nacionais, termos como identidade nacional e étnica tiveram trânsito relacional comum ainda no século XIX, abrindo campo a questões sobre a unidade do “outro”, ou de que não é o “mesmo” (Castro, 2000, p. 13). Na ciência histórica é antigo o debate sobre nacionalismos e identidades, à medida que foram criadas demandas identitárias, produzidas por mecanismos de defesa da nação e a maneira que o processo de independência e autonomia de um país implicou ser justificado pela “homogeneidade” de seu povo. Estes discursos impuseram práticas territoriais em busca de uma unidade o que, sem dúvida, propalou a potencialização e a insurgência de políticas territoriais que viessem comprovar a inexistência de uma desarmonia cultural.

Afirmar que o Brasil é país de “encontro de muitas raças” é como ter necessidade de quantificá-las e, ainda, acreditar que, por este critério, é possível conhecer a pluralidade identitária de seu “povo”, reduzido a mistura de três, quatro, mil e uma raças diferentes e distintas no modo de ser. Nesse ínterim, instituições como o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), ocuparam papel fundamental no estabelecimento da idéia de nação, continuidade e memória nacional, sempre se impondo a defesa de uma elite política “em formação”, alicerce edificado com a contradição da diferença entre as classes. O estudo do historiador Sandes (2000, p. 81) amplia esta “polêmica”.

A partir da memória escrita por Von Martius, o IHGB inicia a obra de coligir, organizar e interpretar a marcha dos acontecimentos históricos brasileiros, com base no estudo das três raças formadoras da nacionalidade; entretanto, nota-se um visível empenho em aprofundar o estudo da atuação dos portugueses no período colonial. Em relação aos índios abre-se uma polêmica de sua identificação como portadores da identidade nacional [...]

Castells (2000) diz ser a identidade “fonte de significado e experiência de um povo”. Ainda assim o autor se preocupa em distinguir o que, tradicionalmente, os sociólogos têm chamado de *papéis* do que se pretende definir por identidade. Para ele, neste

sentido, “identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individualização que envolvem [...] “identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções”. O caminho pela busca do significado das identidades camponesas, como parte da construção social de identidades reificadas no coletivo, sugere que é conhecida a proposta da subdivisão de Castells (2000, p. 24), segundo a qual deve-se falar do tema sempre em um contexto marcado por *relações de poder*. Ademais, propõe o autor a classificação:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema que está no cerne da teoria da autoridade de Sennett e se aplica a diversas teorias do nacionalismo. *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência [...] e *Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda estrutura social, como exemplo o caso do feminismo[...].

A primeira conceituação dada por Castells (2000), liga-se muito à discussão acima, proferida por Sandes (2000). Com muita frequência, discussão de identidade está ligada ao conceito de nação. No capítulo primeiro do trabalho, intentou-se apresentar como a formação do Brasil sertanejo uniu-se a este debate e as vinculações geradas no imaginário popular. Marilena Chauí (2000, p. 5) aponta como isto condicionou aprendizados com significações ininterruptas e nos fez acreditar que somos um povo “ordeiro” e “gigantes pela própria natureza”. De fato,

[...] mesmo que não contássemos com pesquisas, cada um de nós experimenta no cotidiano a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará e conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais.

À medida em que os indivíduos, aprisionados em regras, condutas e um feixe complexo de relações econômicas, sociais, culturais, políticas, simbólicas e imaginárias, envolvem-se numa forma de ser e de constituir o espaço; à medida que grupos excluídos as “minorias, ocupam e atribuem significados a este espaço e ainda, dele se

apropriam, constituindo território e considerando-os pertences, eles expressam de algum modo a qualidade de suas identidades.

Os camponeses assentados são filhos desse curso e se colocam nele após uma longa e árdua trajetória de exclusão. Das músicas entoadas nos acampamentos às místicas produzidas em seus encontros e manifestações, é notória a forma como expressam seus sentidos, seus medos e seus anseios futuros. Estas andanças em torno do passado servem para legitimar suas ações, é como se o passado histórico do camponês goiano concedesse a ele o direito de realizar a ocupação. Isto acontece no processo de auto-reconhecimento dessa história, na auto-representação, no reencontro com sua identidade “passada”. Daí a força do “nós” nos discursos e o sentido do que é ser assentado, conforme será discutido adiante.

Seja para legitimar uma situação social, ou para resistir no pertencer a ela, ou mesmo como construção subjetiva a fazer oposição a concepções sedimentadas do modo de pensar temas sociais, em quaisquer sociedades, as identidades estão em movimento e consistem em construção social. É necessário explicar que, ao tratar de “movimento”, não se está necessariamente sugerindo “mudança” ou “modificação”, porém, entende-se que o movimento da sociedade cria novas situações espaciais, formas de resistência e de confluências a partir das quais os grupos são constituídos em torno de um tema, o que no caso dos camponeses goianos tem sido, dentre outros motivos, a possibilidade de romper com a sina do retirantismo e retornar à condição de expressão identitária manifestas no lote do camponês.

O que se entende por identidade é uma forma de ser/estar no espaço: supõem um agir, um identificar (mas não só isto), costumes, hábitos, culturas, e o modo como se manifestam estas formas de realização do viver, um reconhecer, um projetar, um apropriar-se, um criar, um inventar, um relacionar-se. Todos esses *aconteceres* estão em movimento e não é possível separar este elemento da compreensão do conceito. Neste caminho reflexivo, Penna (1992, p. 56) apresenta uma importante contribuição,

A evidência da mobilidade nas construções de identidade nos obriga, portanto, a descartar qualquer tratamento da identidade social que a considere quer um elemento constitutivo de um determinado povo (e de seus membros) quer uma essência ou algo dado “pela natureza das coisas”.

A idéia de *aconteceres em movimento* na constituição das identidades coletivas se alicerça na proposição de que os processos de identificação dos grupos sociais envolvem perdas e ganhos. A construção de tais processos mora no imaginário, realiza-se na forma como o camponês, mesmo morando na cidade, “presentifica o ausente”, ou seja, como ele torna presente aquilo que está distante de sua possibilidade de realização identitária em algo próximo. Porém, é necessário explicar o seguinte: pensando a partir do componente conceitual *espaço*, sabe-se que na organização desde a disposição dos objetos até a intencionalidade presente nessa disposição, lida-se com duas situações espaciais distintas, presentes na identidade do camponês assentado. A primeira, quando ele residia na cidade e neste sentido, vivenciava o espaço urbano (com suas limitações, possibilidades e condições espaciais) e a segunda, no assentamento como construção coletiva e individual, porém mais recente, do espaço.

Afirma-se que a construção de identificações coletivas nunca se dá sem que haja conflitos, conforme se depreende da dissertação de Enyr Freitas (1994) sobre o Assentamento Mosquito. Mas as identificações coletivas co-existem a partir das identidades formadoras, ou seja, o camponês não passa a sê-lo a partir do momento que começa a participar de um “movimento socioterritorial” camponês. Ao participar, ele é camponês e, mesmo com a atuação de mediadores *no caso dos movimentos socioterritoriais*, assume temporariamente denominações que se situam nas necessidades das intencionalidades que constrói. É certo que cada um desses grupos de mediadores (CPT, MST, Sindicatos Rurais e outros) implica tipos de participação que, em algum momento, envolve o reforço ao “sentido de ser camponês”. A identidade, porém, existe dentro de cada camponês e é a partir dela que participam. Trata-se do elemento condutor da resistência camponesa na luta pela terra. A identidade camponesa é condição para realização da participação na luta, mesmo que se saiba que as intencionalidades nunca são “completamente uniformes” e nem precisam ser; a identidade é, em essência, fundamental para a participação camponesa na luta pela terra.

Desse modo, entende-se que o camponês, expropriado pelo processo de transformação nos meios de produção, e ainda, pelas novas formas e forças espaciais que atingiram o campo brasileiro e goiano a partir de 1950, enquanto uso, apropriação e produtividade, o camponês tenha edificado uma “sina de resistência”, através de um

elemento primordial: a sua cultura. Não há outra forma de sê-lo, uma vez que não há possibilidade de reproduzir espacialmente a partir do trabalho, ou do plantio, ou de quaisquer outras práticas espaciais estando na cidade.

A idéia é defender que, na formação e apropriação espacial de Goiás, um conjunto de indivíduos — diferentes e separados em si mesmos —, se viram nas mesmas condições, pois foram refêns dos mesmos processos espaciais de deslocamento e exclusão. Daí terem se identificado no campo do material, do identitário: a resistência no retorno à terra pela necessidade de permanência da reprodução camponesa. Além disto, tais indivíduos comungam a mesma crença no campo do simbólico: a terra tem o mesmo sentido e significado para eles, é o lugar que se pretende construir, é o lugar para onde sonharam retornar em condição de pertença. Isso dá particularidade ao camponês enquanto identidade: para ele não se pensa a terra sem se pensar a família e o trabalho (Woortmann, 1990, p. 23). Os significados que conformam suas identidades permaneceram dentro deles. Cora Coralina, no poema *Todas as Vidas*, também demonstrou estar atenta a esses significados, como mulher de origem camponesa, ela reafirmou seus muitos motivos de existir.

Vive dentro de mim / A mulher roceira.
 Enxerto da terra, / Meio casmurra.
 Trabalhadeira. / Madrugadeira. / Analfabeta.
 De pé no chão. / Bem parideira. / Bem criadeira.
 Seus doze filhos / Seus vinte netos (...).

Considera-se que as identidades envolvem sobremaneira as relações que se estabelecem espacial e territorialmente e, neste sentido, tudo que interfere na produção do espaço e do território como a formação econômico-social vigente. Ao dizer que nos identificamos com determinada(s) coisa(s) estamos falando sim de *identidade*, mas principalmente de identificação. A identidade influencia na identificação, mesmo porque não se pode “identificar-se” com o distante de uma relação próxima, mesmo que imaginária. Porém, identidade é mais do que identificação⁴¹. Sobre isto já falou Claval

⁴¹ Assim: uma camiseta de um time de futebol pode ser um objeto de identificação do jogador, mas não é, em si, o símbolo de uma identidade. Identidade se daria, por tal fato, na edificação da relação do jogador com a instituição a que ele representa através do signo e dos símbolos expressos: hino do clube, mascote, cores da camiseta e do tipo de intenção que ele (o jogador) estabelece. Neste sentido a construção da identidade é, todavia, o encontro do indivíduo e seu ser histórico, com o todo o conjunto semiológico (simbólico e imaginário) que representa o que se encontra. Esta é uma das primeiras alusões ao conceito, questão, todavia porfiada por Castoriadis (1982) quando discute a relação entre simbolismo e imaginário em que o papel dos

(1997, p. 107): *As identidades se associam ao espaço: elas se baseiam nas lembranças divididas, nos lugares visitados por todos, nos monumentos que refrescam a memória dos grandes momentos do passado, nos símbolos gravados nas pedras das esculturas ou das inscrições.*

Por outro lado, Guatarri e Ronilk acrescentam ao debate a idéia de que a sociedade, regida pelo “modo de produção capitalista”, promove inspirações e processos de identificação dos homens e dos diferentes grupos sociais, com sistemas de mercadorias. Tal reflexão é, a um só termo, interessante. Isso porque, ao se formarem grupos sociais que se configuram pelo que Guatarri chama de “subjetivação coletiva”, como “grupos de homossexuais, ou a subjetividade de negros, que reinventam um sistema religioso particular como o candomblé” acontece o processo de criação de referências míticas, o que implica, um “tipo de produção subjetiva que casa muito bem com os negócios das sociedades capitalísticas” (Guatarri e Ronilk, 1996, p. 71).

As implicações dos “tipos de produções subjetivas” são na verdade os processos de identificação com situações, modelos e mercadorias resultantes da produção incessante de desejos impossíveis de serem realizados. Isso cria um sistema de defasagem social, pois, quando o indivíduo consegue realizar o que desejou, outros agenciamentos se recolocam em funcionamento *sendo construídos e reconstruídos* incessantemente. Uma forma de se opor à defasagem social, criada para promover uma sensação constante de pessimismo e falta de confiança em si, é parte do que tem sido realizado pelos movimentos sócioterritoriais camponeses. O resgate do indivíduo valorizado, como sujeito de sua história, não se explica apenas por uma ordem econômica. Aliás, Guatarri e Ronilk (1996, p. 45) acrescentam que *os afrontamentos sociais não são mais apenas de ordem econômica. Eles se dão também entre as diferentes maneiras pelas quais os indivíduos e grupos entendem viver sua existência.*

Fromm (1962, 1966) discute em perspectivas diferentes o homem moderno enquanto problema por ele construído e o homem em luta contra a *perda de si mesmo e contra sua transformação em objeto*. Isso ocorre, para o autor, num movimento oposto à desumanização e automatização, que, em suas palavras, são inerentes à evolução

rituais é fundamental para pensar o simbólico – maneira sobre a qual, para ele, se constitui a instituição. Acatar-se-á sua contribuição discutindo-a mais adiante.

do industrialismo ocidental. Em *Análise do Homem*, o autor dialoga com a propensão de uma ética humanista para a construção da natureza e caráter do homem, tendo como corpo conceitual a filosofia. O segundo livro, aqui já citado (no primeiro capítulo), é o *Conceito Marxista do Homem*, que, em parte, refere-se a uma republicação dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de Karl Marx. A grande contribuição dessas duas obras é justamente na perspectiva apresentada sobre a importância do agir para fortalecimento das identidades que resistem às práticas sociais agenciadas pelo mundo moderno. Em verdade, o estudo do camponês assentado enquanto identidade, parte da perspectiva valorizadora, de certas sociedades, as quais E.P.Thompson, K.e E. Woortmann chamam de “sociedades tradicionais”.

Não se infira que o camponês seja um tipo de identidade “formada” na edificação de qualquer movimento socioterritorial específico. Ao compor-se em grupos, os camponeses organizados, em vistas de serem assentados, ou mesmo aqueles que resistiram isoladamente na luta pela continuação de sua condição de vida, se colocam como condição existencial e não como referência. Não é necessário criar, para que exista, mercadorias e signos de identificação, uma vez que, eles mesmos, são a própria *identidade*. Sendo assim, não é necessário, como em outros casos, criar um universo simbólico separado da situação existencial dos indivíduos, uma vez que o discurso comum é a reflexão em torno de suas vidas cheias de histórias que se repetem e que agora têm em comum a necessidade e o desejo de se reencontrar na terra. Isso implica problemas, um dos quais a pedagogia da composição coletiva: aprender a abdicar de valores e hábitos constituídos que agora necessitam ser relegados para deixar de ser “um” e passar a ser, mesmo que temporariamente, “conjunto”.

Aprender a agir: eis uma idéia inaugural que auxilia a composição de uma outra condição camponesa. A passividade — muitas vezes uma imagem forte de identificação com o sertanejo, em certa medida, com o camponês goiano —, não é mais parte do universo de comportamento que os compositores de um movimento socioterritorial camponês, indicam como representação. Um dos aspectos principais apontados ainda por Fromm (1962) é a importância do relacional, e a condição camponesa da qual escolhemos falar é sobretudo uma *condição relacional* da composição da luta pela terra. Ao relacionar-se com outro, eles comungam estórias, se encontram em causas, inventam mentiras,

relembra o passado. Assim, se vêem nos outros como se a imagem fosse a do seu próprio, um espelho.

Hábitos, culturas, modos de fazer e de ser, auto-representação e alter-representação, comportamentos, cotidiano, rotinas e manias: esses são alguns dos conceitos e temas que fazem pensar sobre o *novo camponês* — que se organiza, constitui coletividade, ocupa, manifesta, marcha, acampa e se assenta territorialmente em seu espaço de esperança e reprodução social. Esta particularidade se acentua quando se encara o fato de que se está a falar do camponês enquanto classe social, presente no interior do modo de produção capitalista, embora, tal qual Shanin (1983) já refletiu, com diferentes pretensões e objetivos: ao camponês, a produção significa sobrevivência, enquanto ao capitalista, acumulação.

Um crivo para a identificação camponesa ficou muito tempo ligado a “meios de produção”, o que não deve ser descartado da discussão conceitual do camponês, mas, sobretudo, não é um conceito que responda a todas as perguntas possíveis de serem feitas sobre uma identidade camponesa. Autores como Chayanov, Shanin, Lênin, Kautsky e até Marx constituem um corpo conceitual presente na maior parte dos trabalhos geográficos que discutem o camponês, enquanto tema central e fazem parte de uma perspectiva teórica que valoriza as transformações nas relações de produção como constituídas das principais transformações relativas ao campo. Pelo viés das relações sociais e de produção que o camponês empreende, ou seja, ser camponês, nesta perspectiva é, mesmo estando inserido no modo de produção capitalista e, mesmo assim, reproduzir relações não-capitalistas de produção (Oliveira, 1981). O campesinato neste aspecto,

[...] não só perdura, mas se reproduz no interior do capitalismo. Esse processo de reprodução do campesinato no seio do modo capitalista de produção se dá exatamente pela necessidade que o próprio capitalista tem de relações que não são capitalistas para o seu desenvolvimento (Bombardi, 2002, p. 3).

Na continuação do texto, cujo título sugestivo é *Contribuição ao debate teórico acerca dos conceitos de campesinato e agricultura familiar*, outra pontuação, ainda sobre “o primeiro aspecto”, amplia a compreensão do que se designaria o “ser camponês”. A extração da *mais valia* na produção de mercadorias, expressa na fórmula da “produção capitalista” D-M-D (dinheiro – mercadoria – dinheiro), diferente da fórmula da “produção camponesa” M-D-M (mercadoria – dinheiro – mercadoria), designaria a diferença das

intenções de produção entre um grupo de camponeses e seu “par contrário” — latifundiário, capitalista, fazendeiros, detentores dos meios de produção, ou quaisquer outros nomes que se queira dar, tantos quantos os que aparecem na literatura acadêmica.

Numa segunda perspectiva, que aqui se pretende explorar, por ser mais condizente com a opção explicitada na pesquisa, encontra-se apoio na bibliografia produzida por Brandão (1977, 1981, 1986), Thompson (1997, 1998), Pessoa (1997), Woortmann (1990), Bombardi (2001), Cândido (2001), Marques (2002) entre outros. A partir desse ponto de vista, o camponês será designado por outras práticas, não diretamente ligadas pelo crivo da “produção”, mas por uma “*ordem moral*”, pelos “*laços de solidariedade*”, pela “*composição da vida caipira*”, pelo “*conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional*”, pela “*orientação das tarefas e a forma de lidar com próprio tempo e o próprio espaço*”, pela “*forma de comer, cozinhar e relacionar*”, por ser, a partir de tudo isto, compositor de uma organização espacial peculiar na parcela de seu lote.

Ainda assim considera-se válido apresentar a seguinte proposição: a escolha por falar de identidade camponesa rege-se pelo debate que tem persistido no interior da geografia agrária sobre o conceito de camponês e, mais ainda, a compreensão de que os assentamentos rurais de Goiás revelam existência, materialidade e simbologia do modo de vida camponês, ou como se poderia dizer, de uma *campesinidade*, tal qual elucida Pessoa (1997). Por outro lado há aqueles que não são adeptos do uso conceitual do termo camponês, dizendo que outros conceitos são mais sólidos, como pequeno produtor ou produtor familiar, entre outros.. A eles direciona-se o debate. Isto porque compreende-se que o *novo camponês*, o camponês assentado, existe e se fortalece enquanto “*identidade de resistência*” na luta pela terra e na organização dos assentamentos rurais.

3.2. Quatro assentamentos, diferentes realidades: espacialização de lutas que se encontram, se fundem e não se confundem

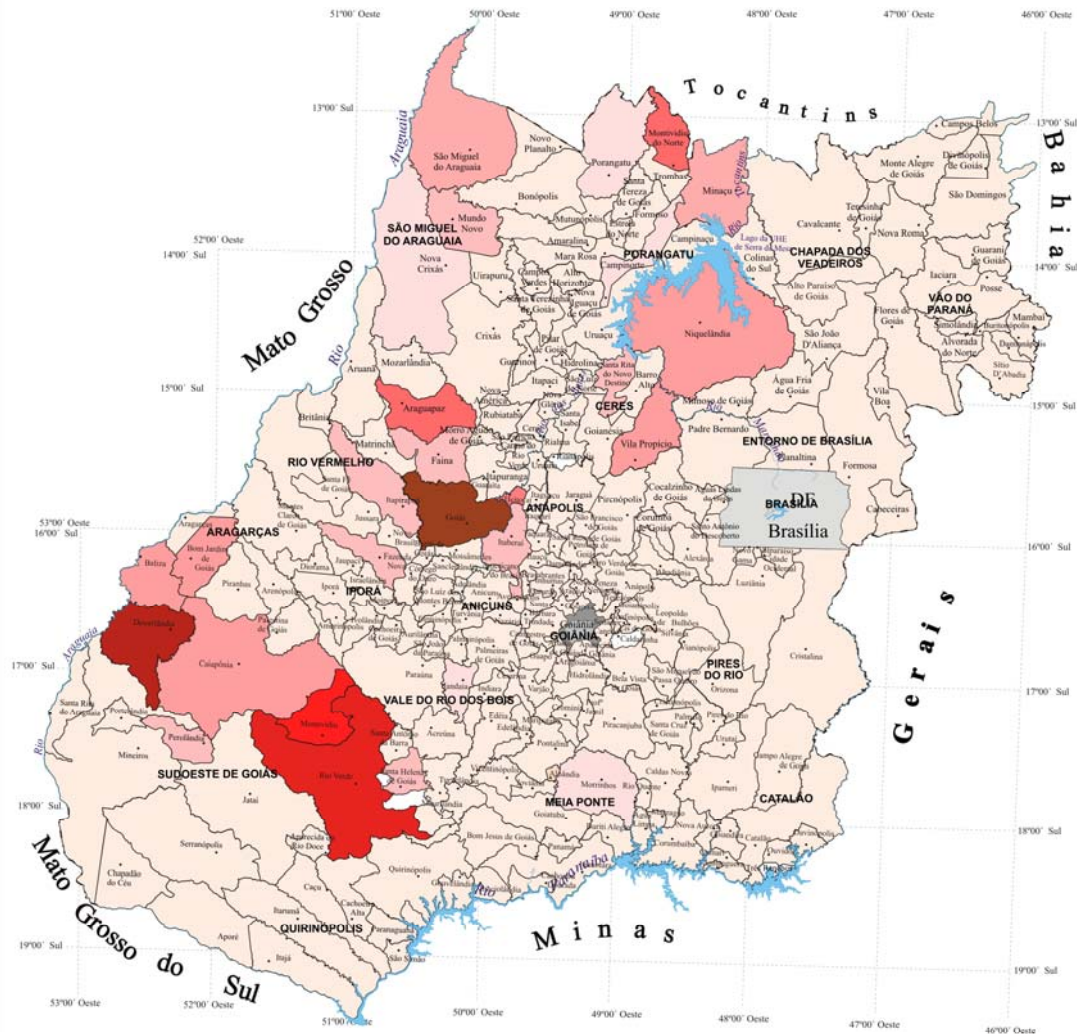
[...] Eu achei muito bom o assentamento. Eu nasci na roça, criei, passei uns anos na cidade [...] eu devo ter passado uns 20 anos na cidade, mas num esquece da roça, né? Aí quando eu voltei pra cá eu sei como é que planta, sei como é que colhe, sei como é que faz tudo. Um interesse[...] se eu vê uma “muda”, eu já quero planta! Se eu for num vizinho, eu vê que eu não tenho aquele objeto dele aqui, lá eu peço ele, trago e planto, saio “prantano”. Eu achei muito bom porque há uns quatro ano atrás eu num tinha nem um “cabelo de criação”. Hoje já tem uns trinta e poucas: tem galinha, tem porco, tem tudo, até os alimento, tem tudo, tem mandioca, tem alimento, tem cana, tem coco da Bahia, tem laranja, mexerica, tem uva, banana[...] **João da Cida – assentamento Paraíso, 2002.**

A fala de João da Cida, assentado no Paraíso, descreve o que para ele é uma espécie de “paraíso pessoal”. Um lugar do qual ele nunca se esqueceu e para o qual sonhou retornar no período de 20 anos em que esteve na cidade. O retorno aconteceu, pela via da ocupação que originou o assentamento. Na continuidade da fala de João, há uma breve descrição (pois apontou com o dedo percorrendo o lote), de suas “posses”. Ele se orgulha de ter uns “cabelos de plantação”, algumas galinhas e os alimentos com os quais, além da “despesa” costuma “fazer a feira”. Ainda assim, João da Cida descreve vários de seus saberes, mesmo estando um tempo longe das atividades ligadas à “vida na roça”. Assim conta vantagens sobre uma das expressões fundantes da vida camponesa, quando diz que, é só ele ver um “objeto diferente” (espécie de planta) na casa de vizinhos, pede, e sai “prantano”. Dos textos clássicos até os estudos mais recentes sobre o camponês, a atividade ligada ao plantio se apresenta como expressão marcante, seja na perspectiva da subsistência ou sociocultural e até ligada à produtividade.

A trajetória que condicionou o retorno de João e, de muitos outros camponeses assentados, nos 21 assentamentos rurais existentes, na época da pesquisa, no município de Goiás, localizados no mapa adiante, é fortalecida e repleta de significados pelas ocupações, despejos, violências, humilhações e vitórias, as quais são acrescentadas como ingrediente a mais na vida das pessoas que compõem hoje uma outra geografia da luta pela terra no Estado. Refletir acerca do camponês, que reage ao do processo de expropriação, é entender que, antes de tudo, ele carrega consigo histórias desse período em que esteve compondo a luta por seu próprio “pedaço de terra”, mais do que a luta pela Reforma Agrária, ou pela justiça social. Os camponeses ocupantes goianos valorizam a terra com o sentido de retorno à realização plena das atividades ligadas à expressão camponesa de viver.

ESTADO DE GOIÁS

Densidade de Assentamentos Rurais por Município / 2003



LEGENDA

MICRORREGIÃO	
	Goiás (21)
	Dorvelândia (14)
	Rio Verde (9)
	Montividiu do Norte e Araguapaz (6)
	Heitorai (5)
	Caiapônia, Bom Jardim, Baliza, Vila Propício e Niquelândia (4)
	São M. do Araguaia, St. Rita, St. Helena, Mundo Novo, Minas, Itapissol, F. Nova e Faina (3)
	Porangatu, Perolândia, Nova Cruzada, Mozirinhos, Jandaia (2)
	Uruapanã, Nova Glória, Goiandáia, Mutunópolis e Palmeiras de Goiás (1)
	Drenagem
	Limite interestadual

LOCALIZAÇÃO NO BRASIL



0 50 100 km

Projeção Polárctica

Sobre o Componente do Sertão: produção do Espaço e Identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás
Dissertação de mestrado

Organização: Rusvênia Luiza B. R. da Silva
Fonte dos dados:
INCRA - 2003
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Malha municipal digital do Brasil, 1997.
Elaboração cartográfica:
Ivanilton José de Oliveira

Dos assentamentos existentes em Goiás, quatro serão aqui lembrados, a partir dos quais refletir-se-á sobre o processo de espacialização — que abrange o período que antecedeu a conquista da terra, enfim, o período em que os camponeses estiveram acampados. Mosquito, Lavrinha, Rancho Grande e Paraíso, no município de Goiás, contam parte da história dessa luta que tem particularidades e similitudes, histórias que se fundem e se encontram.

Em três de maio de 1985, doze homens ocuparam a “Fazenda Mosquito”. Nela já moravam 10 famílias de “agregados”, que há mais de 30 anos estabeleciam uma relação de “compadrio” com o “dono da terra”, o fazendeiro e advogado Urbano Berquó. Conhecido no município de Goiás por ser de “pulso forte”, Urbano vivia a se gabar por “*nunca haver perdido uma causa sequer*”⁴². Entretanto, a luta dos camponeses do Mosquito foi a primeira causa perdida. Isto porque, dentre outros motivos, se constituiu com apoio de várias instituições “mediadoras”, as quais se posicionaram a favor dos camponeses ocupantes. A igreja católica foi, principalmente no início, uma importante instituição no processo. Milton Duarte, assentado no Mosquito, conta como se deu tal trajetória,

Minha esposa era catequista e a igreja resolveu assumir a luta, com Dom Tomás, encarregando as mulheres no trabalho para que cada um ajudasse na luta pela terra. Quando eu fui convidado, comecei convidar o povo, isso era muito difícil porque aqui no município (Goiás) tinha muitos fazendeiro e coronel, uma relação com as pessoas que dificultava [...] O povo ia chegando meio desconfiado, mas aí começou a gostar e foi indo.

A formação inicial do grupo que ocupou a Fazenda Mosquito aconteceu num clima de “desconfiança” e “medo” por parte dos camponeses expropriados. Agrupar-se com vistas à ocupação de terra “alheia”, para os camponeses que, quase sempre trabalharam como empregados rurais, subordinados e expropriados do direito à reprodução de sua identidade, significava a possibilidade de “tornar-se dono”. A longa vivência num sistema de exploração conduz muitas vezes ao aviltamento dos grupos sociais. Sabe-se ainda que a ocupação da fazenda estava agendada para o dia primeiro de maio, o que não aconteceu em virtude das muitas ameaças feitas por um dos filhos de Urbano Berquó, “Bebé Berquó”. Janiro Ferreira Pontes registrou parte dos acontecimentos em um caderno de anotações, no qual escreveu:

⁴² Conversa informal com Solange Berquó, filha de Urbano, em 06/2002, no município de Goiás.

No dia primeiro de maio de 1985 veio Bebé e cinco jagunços todos bem armados de revólver e uma carabina calibre 38, me apertando se eu sabia que os posseiros iriam entrar na “sis maria mosquito” dizendo que se eu soubesse ele punha os meus trens no caminhão e levava pra Goiás e jogava fora e falou também que ia tirar os trem do meu sogro também levar pra Goiás e jogar fora. (copiado conforme estava escrito)

Ainda no mês de maio, os camponeses foram “despejados” da fazenda ocupada, re-acampando em frente à prefeitura de Goiás, lugar em que permaneceram até se organizar outra ocupação. Faixas e manifestações feitas por grupos de fazendeiros de diferentes localidades do Estado de Goiás, passam a compor, a partir do feito, a paisagem de uma disputa que tinha duas frentes: de um lado, camponeses e lideranças religiosas, partidários da reforma agrária; de outro, os Berquó, a elite agrária do Estado, a força jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil no âmbito regional — cujo presidente era filho de Urbano Berquó —, amigos e adeptos “gratuitos”, contrários às exigências dos camponeses.

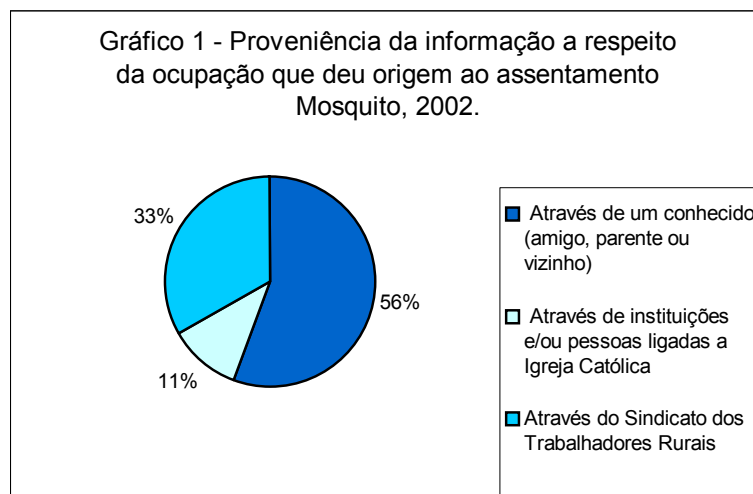
Vários registros demonstram situações de extrema violência, as quais os camponeses foram submetidos, desde tentativas de atropelamentos até promessas de morte, acusações infundadas de seqüestro (no caso de um dos filhos de Urbano Berquó, fraude proposta pela própria família), até mesmo espancamento⁴³. Nada disso impediu a segunda ocupação, em 30 de maio de 1985. Desta vez, Urbano Berquó havia tomado a providência de “roçar” a terra, como conta Milton Duarte, hoje assentado na área,

Quando fizemos a segunda ocupação o fazendeiro já estava roçando tudo. Pegamos um peão (seqüestrado) mas a conversa rolou que nós havia pego o filho do fazendeiro...na mesma época criou a UDR (União Democrática Ruralista). Isto causou enorme confusão, foi quando cerca de 80 policiais “despejaram” nós no setor aeroporto (bairro localizado em área periférica da cidade).

Na ocasião, a igreja tomou providências no sentido de organizar campanhas para arrecadar alimentos e roupas, garantindo, dessa forma, o sustento alimentar, atitude muito recordada nos depoimentos recolhidos dos assentados informantes. A igreja teve, desde cedo, a postura de assistir os ocupantes, tanto por campanhas como através de assessoria jurídica, além de ter utilizado, em vários momentos, influência política. Isso porque, de repente, dezenas se transformavam em centenas e as pessoas cada

⁴³ Dados da CPT (registros do Jornal O Popular, 24/10/1985; Jornal Espaço Livre, nov/1985) e outros dados adquiridos a partir de relatos dos próprios camponeses, que mais tarde iriam compor um relatório encaminhado ao governador do Estado de Goiás Íris Rezende Machado e ao Presidente da República, na época, José Sarney.

vez mais difundiam informações sobre a ocupação da fazenda Mosquito. A proveniência dessas informações foi relativamente diversificada, segundo os assentados, conforme demonstra o gráfico seguinte:



A diversidade das informações obtidas a partir dos questionários aplicados fez com que os informantes relembassem muito da comunhão e das dificuldades ocorridas no período de acampamento. Há, nos discursos certa “dívida” para com aqueles que transmitiram as informações e que, a toda hora, aparecem como responsáveis indiretos pela conquista. No caso da maior porcentagem, 56% dos informantes apontaram “amigos, parentes e /ou vizinhos”. O nome de “seu Franciscisco, o Vô”, foi por várias vezes indicado como um dos informantes sobre a ocupação. Há, por parte do camponês assentado, um apreço por essas figuras externas quando refletem a conquista da terra. Mesmo que a narrativa se dê em primeira pessoa do plural, ou do singular, a responsabilidade por ter conquistado a terra nunca é apenas do narrador, mas dos “mediadores” ou de qualquer pessoa que tenha, no meio do caminho, participado e ajudado de alguma forma.

A necessidade de articular e contribuir para a organização das ocupações que começavam em Goiás, a partir dos acampados que pleiteavam a área referente à fazenda Mosquito, fez com que a CPT e a Diocese de Goiás promovessem a vinda do MST para o estado, o que posteriormente motivou a formação das comissões regionais, compostas por camponeses, de nível municipal e nacional. Após a chegada do MST, em

janeiro de 1986, um dos maiores problemas relacionados à organização interna do grupo de acampados caminhava para ser minimizado.

O esquema da divisão interna de tarefas no interior do acampamento, relacionadas ao cotidiano e ao processo de negociação, os quais são chamados pelo MST de “equipes e setores”, foi implantado. Este “sistema de organização interna” condicionou outra nova ocupação, desta vez na praça cívica, no centro de Goiânia, capital do estado, há 137 km de distância do município de Goiás. Faltavam 45 dias para que acontecessem as eleições e pouco mais de dois meses para o Natal⁴⁴, o que suscitou maiores pressões para que os acampados desocupassem a praça. Por terem saído do “setor aeroporto” e ido para um outro espaço, de referência e visibilidade, os camponeses edificaram sua estratégia, uma das características comuns nos movimentos socioterritoriais. Mesmo assim, na fala de Altair, foi “uma grande dificuldade”,

Dificuldade porque nós não tinha método de como se organizar um acampamento. Muito problema de alimentação, frio e tinha também assim, uma pressão nas partes dos segmento da sociedade que era contra, e que nós era conhecido como posseiro. A CPT convidou o MST que tinha grande experiência de organização e veio o Isídio Bruneto conta suas experiência na Região Sul e, a partir daí se organizou as equipes de trabalho onde distribuía as tarefas no Acampamento. Ele veio mais uns companheiros e companheiras, ficaram durante 2 meses e explicavam como se dava a organização dentro do Acampamento.

Após várias negociações e propostas para que desocupassem a Praça Cívica, os acampados resolveram concordar em negociar sua própria saída, fazendo para isto, inúmeras exigências às elites governantes do Estado. A ocupação dessa praça possui interessante dimensão simbólica, uma vez que, no desenho arquitetônico central da cidade de Goiânia — que imita uma imagem de Nossa Senhora Aparecida —, a mesma simboliza a cabeça da santa, seguida por três avenidas (Araguaia, Tocantins e Anhaguera) que formam o traço do manto. Neste sentido, não há como separar numa ocupação territorial, o fator simbólico, mesmo que o mote seja a apropriação ampliada do então território da fazenda Mosquito. Há certamente um sentido nessas ações o que demonstra o reflexo de uma identidade social que se mobiliza com um poder quase invisível, impenetrável, sobre o

⁴⁴ No período de Natal, todos os anos, a primeira dama do então governador do Estado, Íris Rezende Machado, fazia um presépio para as comemorações. A presença dos camponeses na Praça Cívica, bem no “centro velho” de Goiânia, impediria tal acontecimento, dando maior urgência para a resolução do caso. O já militante, Altair Tobias, lembra na época como brincou com o fato, dizendo: “Nós somos a expressão maior de Cristo, somos o próprio presépio, vivo!”

qual muito falou Bourdieu (2001) mas, que se torna evidente nos grupos sociais quando organizados e crentes no próprio poder de transformação. Este “poder invisível” que só pode ser exercido com a cumplicidade do grupo social, na construção da *identidade territorial*, coloca-nos uma questão importante, qual seja a discussão acerca do símbolo. Assim, juntamente com Haesbaert (1999, p. 177),

[...] partilhamos da concepção daqueles que, na semiologia, entendem o símbolo não como sinônimo de signo ou de simples “representação” ou “substituição”. [...] O símbolo mantém uma relação mais direta, com a coisa nomeada e ao mesmo tempo, mais carregada de subjetividade, ele teria uma abertura para levar a outros sentidos, indiretos, secundários e, de alguma forma, inesperados.

É possível pensar a manifestação das identidades, sendo “*mobilizadas*” e “*mobilizando*” a existência de um poder simbólico, visível no significado das imagens refletidas das barracas de lona preta, as quais, para outros cidadãos que transitavam nos arredores da “Praça Cívica” em Goiânia, área central na capital do estado, traduziam significados múltiplos, ao mesmo tempo em que ganhavam adeptos e repúdios à luta pela terra. É visível a dificuldade sofrida pelos camponeses no período de acampamento e, mesmo sendo lembrado como “período de união”, como demonstra a pesquisa feita por Pessoa (1999), há vários outros discursos a respeito. O quadro abaixo demonstra as contradições mais freqüentes das respostas sobre o que era bom e o que era ruim no acampamento, segundo os informantes do Mosquito. É importante ressaltar que não há nenhuma relação entre a coluna da direita com a da esquerda.

O QUE ERA BOM
<ul style="list-style-type: none"> • O espírito de união entre o grupo; • Recebiam mais visitas de gente que apoiava a luta; • Era mais “animado”, tinha mais festas e vários encontros; • Eram informados a respeito de outras lutas e participavam freqüentemente de reuniões; • Mais organizado, o grupo se reunia mais; • Momento das rezas e orações de diversos cultos;

O QUE ERA RUIM
<ul style="list-style-type: none"> • Questões ligadas a infra-estrutura: calor das barracas, falta de lugar para tomar banho, ...; • Brigas e desentendimentos entre acampados, por vários motivos; • Sentir fome, sede e frio; • Excesso de ameaças e despejo; • Ficar sem poder trabalhar ; • Não saber o que vai acontecer em relação à emissão ou não da posse da terra;

No período em que os ocupantes da Fazenda Mosquito estiveram acampados na praça cívica, várias adesões ao movimento socioterritorial camponês se fizeram freqüentes. Os adeptos, como grupos religiosos, partidos políticos, pessoas de representação política no estado e instituições religiosas, preocuparam-se em elaborar uma proposta para que, ao saírem da praça, os ocupantes tivessem garantias de que o processo de conquista da terra fosse se dar com maior tranqüilidade e certeza. Assim, no dia 26 de novembro de 1985, elaboraram uma contra proposta⁴⁵ e encaminharam ao então governador, Íris Rezende, o qual posteriormente ofereceu aos acampados à espera dos trâmites relativos à liberação de posse na ENGOPA (Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária) saindo de lá, para serem assentados. Os camponeses se referem ao período em que estiveram na ENGOPA, como um tempo “feliz e de fartura”, embora nem todas exigências tivessem sido cumpridas pelo governador⁴⁶. Mas o apoio “forçado” foi conquistado, de modo que, mesmo em sendo Íris um representante político da elite agrária do estado de Goiás, na voz de Altair Tobias,

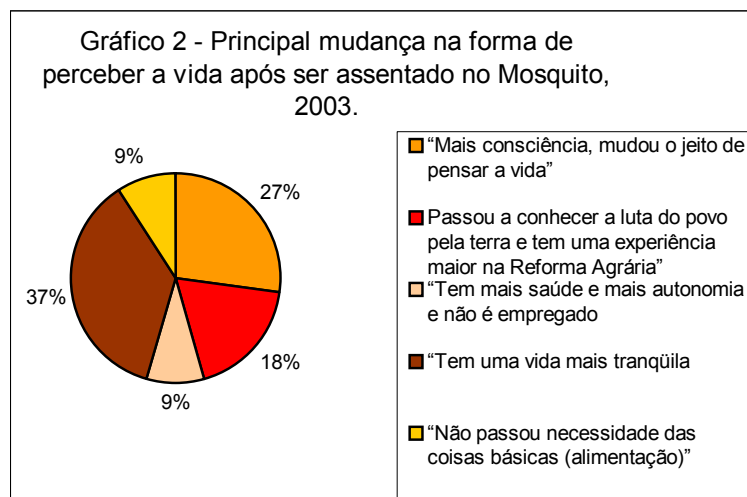
Íris apoiou à desocupação da fazenda Mosquito. Com esse apoio anexado ao processo, encaminhou as José Sarney que assinou o decreto consentindo a desapropriação. A família Berquó recorreu e o parecer foi a favor dos assentados. O processo foi devolvido para o INCRA e o juiz da comarca de Goiânia dá a emissão de posse às famílias.

Para a maioria dos assentados no Mosquito, o período de acampamento e a “participação comunitária” exigida em cada momento, tanto nas decisões, como nas reuniões entre as equipes e os setores, a luta pela ocupação da Fazenda Mosquito, foram muito importantes para mudar a “forma de enxergar o mundo”. A percepção da importância da luta pela terra, para mudança da “forma de pensar a vida” está presente nas conversas informais, nas celebrações de aniversário do assentamento, nas reuniões da cooperativa e volta a comparecer nas declarações registradas pelos questionários e entrevistas. Há um certo orgulho dos assentados do Mosquito em relação aos demais, em parte por serem do

⁴⁵ As negociações para retirada dos camponeses na Praça Cívica foram encaminhadas de forma bastante lenta. Após longa reunião feita entre os camponeses e aliados, Milton Duarte conta que as exigências como uma cesta básica com café, gás, leite, carne e outros alimentos básicos, terra arada e ferramentas de trabalho, caminhões para o transporte e condições de moradia foram encaminhadas ao governador, que não teve outra solução senão concordar, para garantir as eleições e a festa de final de ano na Praça Cívica. Dias depois eles ocupariam a sede do Palácio do Planalto em Brasília e no mesmo dia foi assinada por José Sarney a emissão da F. Mosquito a favor dos camponeses. A proposta conforme foi elaborada está presente nos anexos.

⁴⁶ Documento em Anexo.

“primeiro assentamento” e se considerarem “resistentes”, apesar das dificuldades enfrentadas a respeito das inúmeras tentativas de produção coletiva e semicoletivas, conforme descreveu Pessoa (1999, p.161) e das limitações produtivas do solo. Ao serem perguntados sobre a principal mudança no cotidiano e na forma de perceber a vida, depois da luta que originou o assentamento, as respostas mais freqüentes seguem conforme demonstra o quadro seguinte:



Dos assentados informantes, 37% optaram por responder que a vida no assentamento é marcada pela tranqüilidade e isto é uma característica importante a ser considerada, porque ao mesmo tempo em que responderam sobre a “tranqüilidade”, houve um grande percentual de pessoas, 18%, que disse se orgulhar de “participar da reforma agrária”, embora não participe de nenhum tipo de atividade vinculada à “luta pela terra” no município e, esta participação não seja marcada pela “tranqüilidade”, a que se referiam antes como conquista maior. Ademais, abaixo há um quadro que esboça sinteticamente a trajetória do acampamento Mosquito.

Tabela 2 - Trajetória dos camponeses em fase de acampamento, Mosquito, 2003.

Acampamentos	Local	Nº de famílias	Forma de despejo
03/05/1985 (ocupação)	Fazenda Mosquito	10 famílias	Presença de oficiais de justiça e jagunços
04/05/1985 (área de despejo)	Defronte a sede da Prefeitura Municipal da Cidade de Goiás - GO	Não há dados	Organização de nova ocupação
30/06/1985 (ocupação)	Fazenda Mosquito	Não há dados	Despejo por ordem do juiz com 80 policiais militares e jagunços
07/08/1985 (área de despejo)	Sede do Aeroporto na Cidade de Goiás - GO	28 famílias	Organização de nova ocupação
13/10/1985 (ocupação)	Praça Cívica de Goiânia	28 famílias	Negociação documentada com reivindicações dos acampados, assistidas pelo governador
20/12/1985 (área de despejo)	Engopa (Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária)	28 famílias	Não houve despejo
12/08/1986 (Imissão definitiva de posse e retorno a terra)	Fazenda Mosquito	28 famílias + 10 famílias de posseiros antigos	

Fonte: Dados da CPT, 2003

Sob condição diferente, a espacialização do assentamento São João da Lavrinha, ou “Lavrinha” como é conhecido, demonstra uma trajetória distinta do Mosquito, uma vez que a resistência se deu no próprio território da fazenda. Naquele mesmo espaço de vivência, prestes a ser conquistado, as práticas camponesas conformaram uma das expressões de maior característica desta identidade, expressão fundante e inalterada da condição camponesa desde os primórdios, plena de sentido, para qual já se fizeram músicas, jargões e gritos que expuseram este desejo profundo logo da conquista da terra: a realização do plantio.

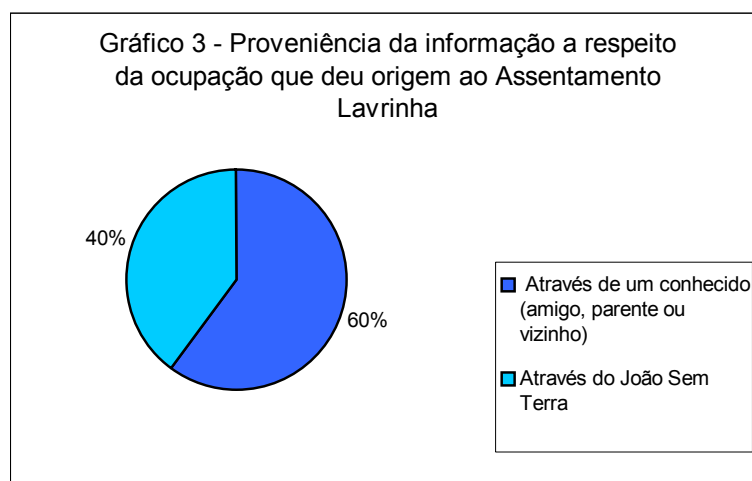
“João Sem Terra”, ou “João Rosa”, foi o sujeito que iniciou o trabalho de arregimentação do grupo, na periferia de Goiânia, local onde se faziam algumas reuniões, em que o discurso primordial era o de promessas de futuro maravilhoso depois de “conseguir uma terra”. Manuel Pinto, assentado na Lavrinha, conta parte da estória:

Eu morava na Vila São Thomas, em Aparecida (município periférico localizado ao sudeste de Goiânia). O João Sem Terra fazia as reunião na Nova Esperança (bairro periférico localizado ao noroeste do Goiânia). Nós pegamo uns par de reunião. Era para ser 10 alqueire para cada um. Ele conversava bonito... (demorou) sobre as terra. Nós veio e ficou na “Fazenda do Camargo”. Deram despejo e fomo pra Goiás (Goiás Velha). Depois nós fomo pro “Uvá” (beira da ponte entre Goiás e Itapirapuã, município próximo). Prenderam o João, porque ele pegou um dinheiro nosso, uma mensalidade que nos pagava por mês. Algumas pessoa queria “disisti”, aí chegou o Aparecido do MST, - a senhora conhece?, e ajudou organizá trazendo mais sete família. Aí tudo mudou. Foi o MST que colocou nós na terra. (Grifos meus)

Francisco Manuel, também assentado, conta história parecida, embora num momento posterior, quando o MST passa a assumir a organização da Lavrinha. Ao mesmo tempo revela parte de sua própria história,

Eu morava no Nova Esperança. Sempre via falar que o MST ajudava acampa os outros, juntava o povo que queria. Eu nunca tive terra, já fui meeiro, arrendatário. Sempre tive um sonho de ter um pedacinho de chão. O “trem” pra mim, na cidade, foi arrochando e eu pensei que tinha que arranjar uma terrinha. O João Rosa ajuntou o povo. Eu não posso falar mal dele de jeito nenhum!

Ainda assim, João Rosa aparece como principal informante a respeito da ocupação que veio ser o assentamento, conforme está no gráfico:



Num sinal de extrema simplicidade, marca comum na maioria dos camponeses entrevistados, nunca, em nenhuma das casas visitadas, foi tecido qualquer comentário negativo sobre a figura de João Sem Terra. Todos os assentados informantes registraram a importância desta pessoa, como alguém que deu “o primeiro passo” em direção ao que hoje eles conquistaram. Nem mesmo as outras instituições e pessoas que participaram do processo receberam tamanho reconhecimento na fase de organização e “juntamento” do pessoal, para sair da condição de “servidão” na qual estavam. Pessoa (1997, p. 88-89) tem outra forma de narrar a história de “João Rosa”,

[...] João Rosa Dias e sua “Comunidade dos Sem-Terra do Estado de Goiás”, reunindo trabalhadores rurais sem terra em bairros periféricos de Goiânia [...] num rigoroso esquema de participação em reuniões, pagamento de inscrição, carteirinha e mensalidades. A promessa, logicamente, era a conquista da terra. João Rosa foi denunciado pela FETAEG e implicado em inquérito junto à DEIC, pela extorsão das taxas cobradas. A tal Comunidade dos Sem Terra foi

desbaratada mas, pelo menos para um dos grupos por ela formados, houve efeito positivo. [...] esse grupo foi deixado por João Rosa à beira da ponte do rio Uvá, entre Goiás e Itapirapuã. A partir daí, o grupo passou a ser apoiado pelo MST e ocupou, no dia 19/10/1991, a Fazenda São João da Lavrinha, no município de Goiás, de propriedade de duas irmãs de Urbano Berquó (o mesmo “dono” da Fazenda Mosquito).

Depois de realizada a primeira ocupação da fazenda, 100 famílias de camponeses, que passaram a ser conduzidos com a ajuda do MST, dão início às negociações com o INCRA com o fim de regularizar a situação da fazenda São João da Lavrinha, também no município de Goiás. Era 19 de outubro de 1991. Desde que as famílias entraram na área, não mais dela saíram, caracterizando uma nova forma de espacialização: a conquista pelo plantio. Esta expressão, também de forte dimensão simbólica da luta camponesa, vem caracterizada por outra dimensão, a funcional. Plantar significa garantir o sustento da família ao mesmo tempo em que, simbolicamente, representa outras garantias: a de que o camponês sobrevive de sua força de trabalho.

Em momento posterior, com ajuda de tratoristas da Diocese de Goiás, em março de 1992, a terra na Fazenda Lavrinha estava sendo preparada para o plantio de milho e várias outras culturas. São João da Lavrinha foi, enquanto acampamento, exemplo de trabalho coletivo, fato que o levou a ser marca de destaque em várias reuniões religiosas, bem como, foco de reportagens jornalísticas em todo estado.⁴⁷ Mesmo assim, houve, é claro, dificuldades e violência policial, expostas pelo jornal da CPT – Goiás, “O Plantador”:

João do Prado, tratorista da Diocese de Goiás, auxiliado por dois camponeses, Arnaldo e Zezinho, faz serviço de aragem da fazenda preparando o solo para o plantio de feijão. Às 15:30, ouvem voz de prisão, com identificação de três policiais e um tal Maximiano, que se diz dono da área. Dois deles estão armados, um sendo o fazendeiro. O trator é levado para uma fazenda vizinha e o dito dono da área sugere a retirada de algumas peças do mesmo. João diz que não há necessidade de fazer isto, que cumprirão todas as determinações [...] João quiz telefonar para Diocese, mas não lhe foi permitido, porém, após o depoimento é liberado, assim como os outros dois camponeses que o acompanhavam [...]

Dezesseis bispos da CNBB, após este ocorrido, escreveram uma carta-apelo exigindo imissão de posse em favor dos camponeses. Esta carta foi enviada aos três poderes da União e dos estados de Goiás e Tocantins, relatando que, na primeira colheita de roças de arroz, o preparo do milho e do feijão, já estava garantido o sustento e a dignidade

⁴⁷ Há uma série de reportagens sobre o “Projeto de Assentamento São João da Lavrinha”, recolhidas em arquivo, na sede da CPT – Regional.

das famílias. Na comemoração de um ano de acampados, mandioca e hortifrutigranjeiros foram acrescentados ao cardápio dos camponeses⁴⁸. Anos depois, o então Presidente da República, Itamar Franco *assina decreto declarando de interesse social para fins de Reforma Agrária a fazenda São João da Lavrinha* (Arquivos CPT – Conflitos no Campo, O Plantador, 01/1994). A marca primordial desta conquista foi, sem dúvida, mérito das famílias porque o caso do assentamento Lavrinha é particularmente marcado pela resistência camponesa no território da fazenda e pela resistência mesmo após o retratado abandono.

O trabalho familiar é uma das práticas mais antigas do modo de vida camponês, o que nos faz afirmar ser ele uma forte personificação de sua identidade. Sobre isto, contribui Chayanov (1974, p. 47),

La unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición y el tamaño de la familia determinan íntegramente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina.

Nesta mesma linha, as formas de vida expressas como transitoriedade imputaram condições de servidão e dependência na relação entre o camponês empregado e seu patrão. Vários camponeses contavam que, a partir de João Rosa, tinham chance de trabalhar a terra “sem ser empregado de fazendeiro”. Esta condição antiga, da qual se viram livres “pelas mãos do tal João Rosa”⁴⁹, são trabalhadas por Hugo de Carvalho Ramos, literato vilaboense que descreve práticas “antigas” no livro *Tropas e Boiadas* (1998, p. 107-108):

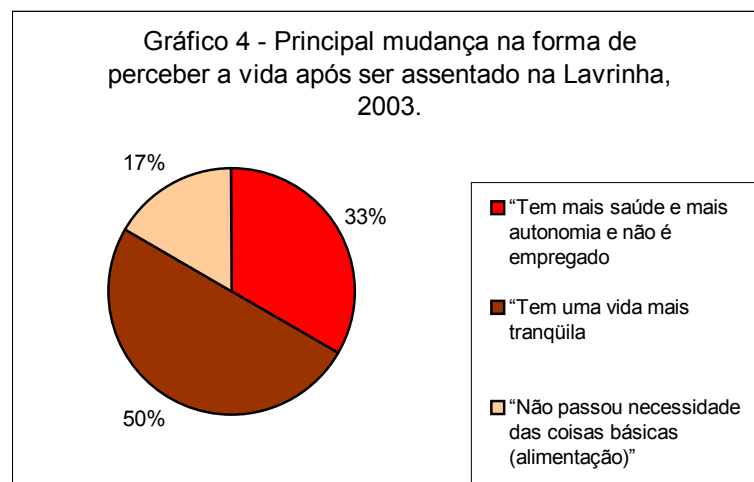
Geralmente, o empregado na lavoura ou simples trabalho de campo e criação, ganha no máximo quinze mil-réis ao mês. Quando tem longa prática no traquejo e é homem de confiança, chega a perceber vinte, quantia já considerada exorbitante na maioria dos casos. É essa a soma irrisória que deve prover às suas necessidades. Gasta-a em poucos dias. Principia então a tomar emprestado ao senhor. Dá-lhe este cinco hoje, dez amanhã, certo de que cada mil-réis que adianta, é mais um elo acrescentado á cadeia que prende o jornaleiro ao seu serviço. Isso, no começo do trato; com o tempo, a dívida avoluma-se, chega a proporções exageradas, resultando para o infeliz não poder nunca saldá-la e torna-se assim completamente alienado da vontade própria. Perde o crédito na venda próxima, não faz o mínimo negócio sem pleno consentimento do patrão, que já não lhe adianta mais dinheiro. É escravo da sua dívida, que, no sertão, constitui hoje em dia uma das curiosas modalidades do antigo cativo. Quando muito, querendo de algum modo mudar de condição, pede conta ao senhor, que

⁴⁸ Arquivos da CPT – Regional, 2002.

⁴⁹ Depoimento de Francisco Pereira, assentamento Lavrinha, 01/02/2002.

fica no livre arbítrio de lha dar, e sai à procura dum novo patrão que queira resgatá-lo ao antigo, tomando-o ao seu serviço. Passa assim de mão em mão, devendo em média de quinhentos a um conto e mais, maltratado aqui por uns de coração empedernido, ali mais ou menos aliviado dos maus tratos, mas sempre sujeito, de que só se livra, comumente, quando chega a morte.

Esta relação, bastante difundida e reconhecida pelos camponeses assentados e aqui entrevistados, rememora este período de cativo. Mesmo o camponês empregado sente-se aprisionado, mas não é outra coisa senão camponês. Seu estado no trabalho não o faz outro, ele continua a olhar o mundo com os olhos de um camponês agora organizado e com uma outra característica acrescida em sua identidade: é o camponês assentado. Isto é bastante evidente nas falas dos camponeses quando expõem o que é mais significativo para a maioria deles após ser assentado, conforme demonstra o gráfico abaixo:



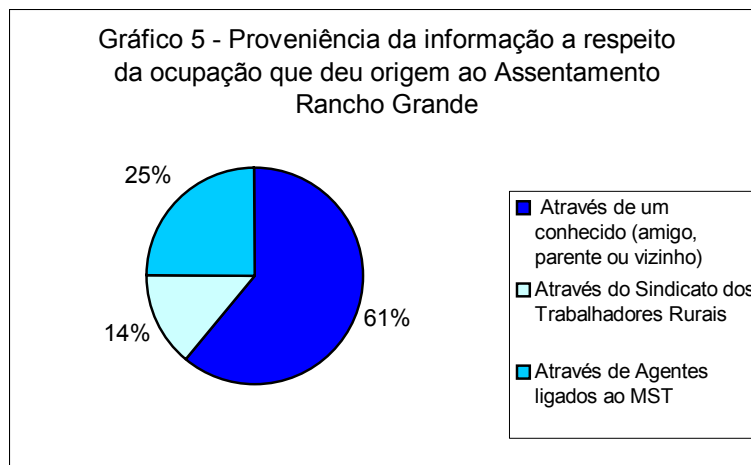
As questões relacionadas à “reforma agrária” e à “luta pela terra”, não aparecem na fala dos informantes assentados na Lavrinha. Os dados, em sua maioria, fazem alusão a um sentido mais pessoal do camponês. Ao falar do que mudou, o camponês assentado na Lavrinha, faz referência a si próprio como indivíduo e não ao coletivo, a despeito dos dados relativos ao assentamento Mosquito. Parece que o fato do grupo não ter contato, no período de arregimentação, com a atuação da CPT, MST e da “nova” Igreja, fez com que o camponês tivesse reminiscências diferentes do “período de acampamento”. Neste período, no caso da Lavrinha, foram realizadas atividades ligadas ao plantio, que aproximaram os camponeses de uma relação mais “tranquila” com a luta pela terra, ao

passo que, muitos deles, ao se recordarem do processo, evoquem a dificuldade vivida numa perspectiva mais pessoal, ligada à família e ao trabalho e não propriamente às instituições.

Uma das características, que as entrevistas e leituras revelam, é que o papel do MST na luta pela terra no município de Goiás, não foi, em sua maioria, a realização do trabalho de base que “ajunta” o povo para as ocupações das áreas. As ações empreendidas por tal “movimento” geralmente foram posteriores, caracterizadas emergencialmente, para organização interna do acampamento, quando não apenas essas. Quando as famílias são assentadas, não há participação efetiva do MST para organizar a produção, tanto que, atualmente, não há nenhum projeto sendo realizado pela instituição junto aos assentados no município de Goiás.

Nos assentamentos Rancho Grande e Paraíso foram encontradas trajetórias diferenciadas, embora em muitos aspectos apresentem conformidades e até semelhanças. No primeiro, um *grupo formado por lavradores provenientes de Goiânia, Itapuranga, Uruana, Itaberaí, Anicuns, Mossâmedes, Itauçu e Goiás, tomou inicialmente o nome de Fazenda Rio Vermelho. Não encontrando resposta pelas vias da negociação e cadastramento junto ao INCRA, decidiu ocupar a fazenda Rancho Grande, município de Goiás* (Pessoa, 1997, p. 86). Estes lavradores, desconhecidos entre si, foram articulados e organizados pelo MST, a Igreja e a CPT e ficaram acampados na BR – 153, saída leste de Goiânia em direção à cidade de Anápolis, a espera da liberação de uma área das Fazendas Rio Vermelho e Vereda Bonita, distantes 36 Km da Cidade de Goiás (Masceno, 1989, P. 11).

Segundo os camponeses ocupantes, as informações que possibilitaram a articulação do assentamento vieram de fontes diferenciadas, dentre as quais o MST e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Itapuranga e que formam 39% do percentual. No entanto, a maior fonte divulgadora de informações sobre a ocupação continua se repetindo, como nos demais assentamentos, sendo proveniente de “amigos, parentes e conhecidos”. A autoria da ocupação se deve muito a uma iniciativa individual dos camponeses, ainda que os mediadores que compõem a luta tenham tido papel importante no processo. Assim fica visualizada a proveniência das informações no gráfico abaixo.



Inicialmente, foram 125 famílias, segundo o assentado Divino Crente, e entre desistentes e camponeses, que venderam a terra após terem sido assentados, moram hoje no assentamento entre 21 e 23 famílias. Imagem Reflexa, um livro de fotografias, relatou três momentos da história do hoje assentamento Rancho Grande: *a vida na rodovia*, o qual nomeou “BR”; *a volta para terra ou simples “Retorno”* e *a “Readaptação do grupo ao espaço conquistado”*. Masceno (1989, p. 12) diz que,

Um misto de despedida e ansiedade pelo novo foram as sensações experimentadas pelas famílias. Era alcançar mais um passo importante e decisivo frente à luta por uma tão famigerada Reforma Agrária. Foi a hora do deixar o do buscar, quando o acampamento se desfigurou e partiu para uma outra forma de organização. Em caminhões e ônibus, barracas desmontadas, sacos de mudança, lembranças, angústias, medos, receios, determinação e esperança se esparramaram pela terra em perfeita harmonia, atingindo a unidade Homem-Meio. A terra os acolheu como se deles ela também precisasse. Assim, se instalou o momento Terra, que foi a solidificação dessa identidade: homem e meio se harmonizam, criando outra sintonia.

A relação homem-meio pode ser traduzida como a relação homem terra. Mas ainda, como a relação entre os modos de uso do espaço e o camponês, na construção do lugar que, ao mesmo tempo, implica a construção de sua própria identidade, uma identidade de resistência, de lutas e de poder:

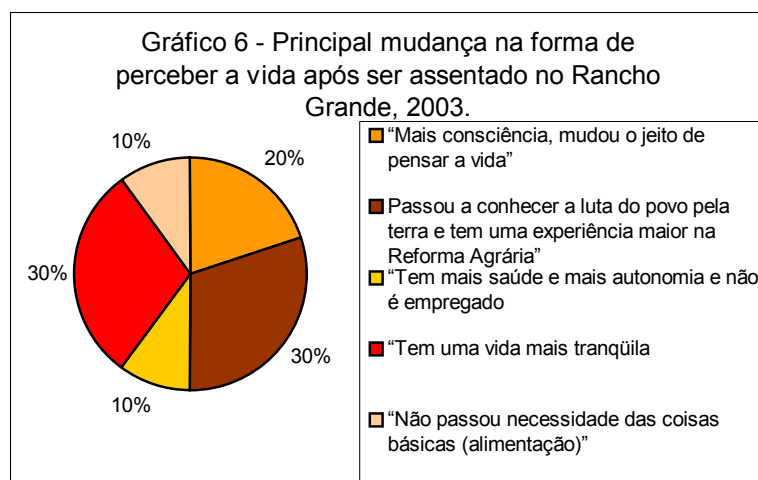
A tríade cidadão-identidade-lugar aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é através dele que o homem habita e apropria do espaço (através dos modos de uso). A história do indivíduo é aquela que produziu o espaço e que a ele se imbrica, por isso que ela pode ser apropriada. Mas é também uma história

contraditória de poder e de lutas, de resistências compostas por pequenas formas de apropriação⁵⁰.

Resistências e confrontos, lutas pelo uso e apropriação camponesa do espaço. No assentamento Rancho Grande os camponeses, em sua maioria, possuem um grau expressivo de compreensão da importância da luta pela terra, no sentido de entendê-la como parte da luta pela reforma agrária, sem dúvida influência da formação do grupo adquirida pela participação no MST. Esta realidade de “formação” foi, de certa forma, exigida e apreciada na fase de acampamento, pelo trabalho coletivo entre MST, CPT e diocese de Goiás, embora mais precisamente pelo setor de educação regional do MST. Alguns camponeses assentados faziam parte da coordenação regional deste *movimento* até há muito pouco tempo, conforme informou Delcídio da Silva, o Japão, Antônio Divino, o “Divino Crente”, e Orélio Araújo. Na época da pesquisa atuavam junto ao diretório do PT e com a CPT em contato contínuo. Simone, esposa de Orélio, disse não ter boas lembranças da fase de acampamento, já que o envolvimento com o MST e freqüentes ausências do marido gerou a tragédia de um dia, encontrar seu “rancho” queimado. Esta relação se repete na fala de Nair Tobias, esposa de Altair Tobias, assentados no Mosquito, embora de forma diferente.⁵¹ Contudo, algumas das respostas dadas no assentamento Mosquito aqui se repetem, quando perguntou-se a respeito da principal mudança na forma de perceber a vida, conforme aparece no gráfico abaixo:

⁵⁰ Esta discussão é feita por Iná Elias de Castro (1997) que se amplia numa leitura sobre a relação entre Imaginário político e território e as possibilidades dessa relação no pensamento sobre a apropriação do espaço pela sociedade.

⁵¹ Ao chegar na casa de Altair, que insistiu muitas vezes para que fosse “escutar a história da luta”, conheci sua esposa, Nair Tobias. No início ela não foi muito simpática, principalmente depois que o assentado me apresentou como “companheira de luta e militante”, adjetivos dados por sua conta. Após um incidente que fez com que Altair se ausentasse (ele havia esquecido de colocar um dos bezerros para dentro do curral e já se fazia anoitecer), Nair me confidenciou ter “raiva” do MST, por ter feito com que seu marido se ausentasse várias vezes deixando-a com filhos pequenos e por vezes até doentes em casa, sozinha. Nossa conversa durou muito tempo e quando demonstrei interesse pelo que ela contava, finalmente o mau pressentimento inicial se transformou em simpatia mútua e pude observar pela primeira vez, algumas contradições do período de ocupação relacionadas à atuação dos camponeses militantes, essencialmente no que concerne à “militância no lote” estando junto com a família e demonstrando a viabilidade da ocupação.



Rancho Grande é um lugar de muitas histórias. Embebido de causos, histórias de cobras, assentados informantes, em conversas informais revelam as mazelas de uma ocupação exposta entre realidade e fantasia. Porém o clima nem sempre foi tão ameno e tranqüilo assim. No período de acampamento, parte dos camponeses, com “medo” de não conseguirem a possibilidade de ter a terra, se separaram do grupo maior e ocuparam outra área, uma vez que, ao que se sabia, à área relativa a instalação do assentamento era insuficiente para o número de ocupantes. Esta “saída” não foi muito eficaz e o grupo dissidente resolveu retornar, logo após terem sido despejados da Vereda Bonita. Neste retorno não foram aceitos pelo grupo que permaneceu e vários conflitos aconteceram. Ao perguntar-se sobre a história do assentamento é notório verificar a existência de várias versões para o ocorrido, cuja veracidade é difícil de ser comprovada, contadas com grau enorme de emoção e até de indignação. Considera-se válido o que (Pessoa, 1999, p. 179) disse a respeito dessas histórias, e que o máximo que se conseguiria fazer seria “montar duas versões”.

Embora tenha existido conflitos internos, presentes em todas as histórias contadas pelos camponeses assentados e aqui re-contadas, o período de acampamento, tanto no caso do Rancho Grande como nos outros assentamentos, foi marcado pela insígnia da união. Em quase todos os depoimentos esta palavra é utilizada para expressar o que os camponeses dizem sentir mais saudade, mesmo que intermediada pelas dificuldades e estorvos. Algumas metáforas mais freqüentes, utilizadas para traduzir a união no período do acampamento, são: “é quando a gente comia num panelão só”; “é o período que tem mais

espírito de luta”; “a gente encontrava mais e reunia mais”; “ficava todo mundo junto e tinha muita amizade”. Em outros depoimentos, a falta das pessoas em seus barracos, seja para tomar um cafezinho, seja para comer um pedaço de bolo, significa algo do qual se tem saudade e que geralmente se perde após o assentamento em que as visitas são menos freqüentes.

Pessoa (1997, p. 233) discute em sua tese esta qualidade valorativa das relações camponesas na parte intitulada “Saudade da lona preta”. Neste texto aparece claro o interesse por pensar que as boas lembranças do acampamento dizem respeito a uma valorização do que se aponta como “espírito de união”, concretizado na perspectiva da construção pedagógico de lidar com o novo, quando o autor diz que:

[...] ao percorrer o trajeto que o levou a terra, o agricultor passou por etapas, como o período de acampamento, de emulação intensa, em que pôde vivenciar concretamente experiências de divisão igualitária de tarefas, algumas até então muito pouco costumeiras, como homens cozinhando.

Respostas difusas e contraditórias, próprias da essência humana, fazem compactuar a idéia de que, embora reconhecendo o valor da “união”, há uma separação entre os discursos de algumas lideranças — pessoas que ocuparam cargos de representação coletiva, em fase acampamento —, e dos demais camponeses que participaram de outras formas. Parece que a consciência da necessidade de viver um momento de dificuldades, e tê-lo superado, não atinge o conjunto das opiniões. A família de Valdomiro Fernandes, com 58 anos, do assentamento Mosquito, se divide, mesmo sem perceber, no depoimento abaixo,

Difícil...morar em barraca num é bom não, viu? Muito dificultoso, né? Cuidava da barraca, dos filhos, participava das reunião, dos informes, mas nunca tinha jeito de trabalho. Tem gente que fala que nós ganhô essa terra mas a luta que nós temo já dava pra pagá essa terra[...]muitas experiência de fome, sede e frio.

Abaixo, em depoimento colhido na área de sua casa, Divina Maria, esposa do assentado, disse, sem titubear com a presença do marido, que não discordou de suas palavras nem ao menos com o olhar:

Eu tenho saudade do acampamento! Muita saudade quando tava todo mundo reunido em barraca. Nós era acampado e todo mundo dava bem. Fazia comida tudo junto, cuidava dos filhos dos outros. Aqui eu fico muito sozinha. Lá não tinha televisão nem rádio, mais a gente se divertia.

Assim como Divina, outros camponeses relembram o acampamento como período de coletividade e proximidade, práticas que se perdem, em parte, no assentamento, em que cada um tem que “tomar conta do que é seu”. É como se a terra fizesse com que o “povo” ficasse — de uma hora para outra —, individual, como aparece na fala de Milton Duarte:

Eu tenho saudade da forma como o povo era unido[...] da união que o povo tinha. A própria terra, quando vai pro poder das pessoa, faz com que as pessoa fica individual. É uma questão muito doída ver um companheiro passando necessidade [...] antes tinha um espírito coletivo[...] mas eu entendo. É difícil aquele que viveu durante 30, 40 anos num sistema de exploração capitalista, viver num sistema de semi-socialismo.

Interessante na fala do assentado Milton Duarte é o grau de esclarecimento na forma de lidar com os conceitos. Enquanto o camponês conversava, tirava carrapatos do próprio corpo, como uma prática comum, a qual sequer pensava esconder. Ao mesmo tempo, misturaram-se as idéias e os carrapatos que serviram de inspiração para reflexões futuras, presentes no próximo capítulo.

Ademais, resta falar do assentamento Paraíso, o qual possui uma história de luta, segundo os informantes, “pouco conflituosa”. Tal assentamento tem, em sua maioria, a presença de moradores da cidade de Goiás, local em que foram realizados os trabalhos de base. Durante estes trabalhos, até o momento da primeira ocupação, no dia 24 de agosto de 1996, o MST teve um papel importante, embora de forma simplificada na visão de dois camponeses já assentados, Altair Tobias e Orélio Araújo. Não há registros, de nenhum tipo, desse assentamento e a história contada é apoiada somente pelos questionários e entrevistas realizadas.

Em termos percentuais, 73% dos camponeses assentados no Paraíso tiveram a cidade de Goiás como última residência. A fama de ser o município dos assentamentos fez com que os camponeses temessem participar das reuniões, visto que, a imagem dos grupos de “posseiros” na cidade é ser não contraditória, negativa. Eunice Paes, assentada no Paraíso, conta como foi a preparação e a saída para ocupação, revelando em seu discurso um misto de desconfiança e emoção:

Aí eles falo assim (equipe que fazia as reuniões), “oçês faz uma compra de passar o mês, um cobertor, um lençol, um cochãozinho fininho – num leva cochão grosso não!”[...] ensaca tudo deixa tudo arrumado dentro do saco”. Tal dia, 25 de agosto, aí nós fomo. Menina!, 11 horas da noite o povo olhando a rua pra ver se não tinha movimento, com as ferramentas e os sacos. Ele (Altair Tobias) falava

assim, “leva foice, leva machado, leva enxada”, eu pensava, pra quê isso meu Deus, mas num é estranho?; eu pensava, num tem tanto tempo, mas nesse tempo que eu fui, eu não sabia como que era isso, eu não sabia. Aí, ele falou assim, “tal dia nos vamo sai”, nos já estava tudo com os trem arrumado, os saco de trem amarrado. Aí ele falou “a reunião é tal hora”, era mais ou menos 10 horas da noite. E nós fomo e ele falou assim: “os caminhão já estava tudo arrumado e vai fica assim, assim e assim”, os caminhão dos padre, (pode fala né?) os caminhão dos padre, e algumas outras entidades que ajuda, oçe sabe que os padre, o Frei Marcos, o Dom Tomás dirigia. Os padre são bons gente, tem padre que num presta que já vi fala[...] mais eles são bons pra ajuda as pessoa. Nois foi todo mundo pra pega as bagagens e fomo pro caminhão e lotando o caminhão...menina, ce vê o tanto de caminhão e fomo parecendo cega sem saber pra onde ia.⁵²

O assentamento Paraíso expressa uma particularidade importante: um certo conflito entre MST e Igreja. Depoimentos revelam que quando Altair Tobias, representante do MST, quis colocar a bandeira do *movimento*, um conflito foi instaurado entre grupos religiosos ligados a CPT e o assentado. Em outra entrevista, uma assentada falou sobre a relação entre Altair e o grupo: “Quando nós descobriu que o Seo Altair era do MST, nós tirou ele [...] a diocese não apóia os jeito dele⁵³”. Ainda assim, uma das entrevistadas começou a entrevista dizendo: “Começando, nós tem um líder [...] o Seo Altair, do Mosquito”.

Esta evidente contradição, manifestada no depoimento acima, expressa as relações entre MST e instituições ligadas à Igreja Católica, no estado de Goiás, no início do ano de 1990. Esta contradição se deu pelo fato de que a igreja, todo tempo, exerceu um papel de apoio na questão alimentar, jurídica e também política. Isto fazia com que os camponeses, muitas vezes, quisessem “trocar a bandeira do MST com a da Igreja”⁵⁴, tamanha a confusão entre os papéis de uma e outra, e também por uma série de críticas que os militantes do MST faziam para com a igreja em relação ao caráter “populista” exercido por ela. Depois de assentados, em 12 de fevereiro de 1997 (quatro meses e doze dias depois da 1ª ocupação), os camponeses reconheceram o papel das instituições de modo diversificado, mesmo afirmando que a ocupação só teve resultado positivo “por causa dos padres”.

Faz parte da disputa pelo poder, entre os sujeitos sociais que participam da vida de uma comunidade, de um lugar, de um país ou de uma cidade, nomear, enunciar,

⁵² Eunice Paes em entrevista na sua casa no Assentamento Paraíso, 14/07/2002.

⁵³ Maria Helena, em entrevista na sua casa no Assentamento Paraíso, 15/07/2002.

⁵⁴ Cida, em entrevista em sua casa no Assentamento Paraíso, 15/07/2002.

expor, através de discursos - os mais variados e multiformes - o sentido e o significado dos objetos, dos eventos e das situações que, direta ou indiretamente, influenciam sua prática de vida. É do modo de ser do indivíduo social, a prática de falar e pensar sobre o seu mundo, ajuizá-lo e tecer, formal ou informalmente, críticas e proposições referentes ao que lhe é disposto à percepção e ao senso.

É bem certo que isso decorre, inicialmente, porque o olho humano, fundado nas condições sociais e nas possibilidades históricas, trama, ao olhar, as perícias de sua própria identidade... Ou seja: a percepção humana carrega consigo o nutriente cultural e sociohistórico de que seu corpo social foi constituído. Tudo isto ocorre não de maneira uniforme, homogênea, imaculada: falar sobre as coisas, do jeito especial como o falar da assentada Eunice Paes e de outros camponeses, implica elaborar, consciente ou inconscientemente, estratégias discursivas no interior de uma disputa de sujeitos sociais, que convivem com postos de poder diferenciados e desiguais.

Discursos contrários, leituras múltiplas, gestos e mãos que falam. A força do sentido de ser camponês mora entre a desconfiança no olhar e uma confiança natural, ambas confundidas. Em nenhuma das casas das quais me aproximei — correndo de cachorros e vacas—, houve restrição ou qualquer sinal que eu pudesse considerar significativo como uma “hora imprópria”, “um momento inoportuno”. Muito pelo contrário, muitas vezes ao passar pela porteira, entrar no terreno, o diálogo não me exigia qualquer apresentação. Um medo de perguntar, uma vergonha de responder, uma certeza ao afirmar, uma saudade ao recordar, uma consciência, a saber, do significado da luta com o lote e do passado de vida, trajetória marcada na fala do camponês, desafio da construção do lugar.

Construir o lugar camponês a partir do assentamento é mais que um desafio laborioso. O camponês guarda em sua trajetória a marca de um passado em que a terra, como nos fala Pessoa (1997, p. 274),

(...) era o espaço do fazendeiro, do coronel e, freqüentemente, por uma questão de estratégias de reprodução camponesa, até o compadre. Mas, enfim, a terra era um bem do patrão, onde o agricultor, diversamente identificado (meeiro, agregado, vaqueiro, peão, camarada), “ajustava-se” numa relação de trabalho nem sempre assentada em bases contratuais seguras.

Se o sentido da terra era mesmo patronal, como discute Pessoa (1997), a construção do lugar camponês, com base no assentamento, constitui-se numa ruptura com esta concepção. Mais ainda constitui-se numa ruptura entre patrão e empregado, entre camponês e fazendeiro. Isto parece estar bem claro ao camponês, quando indagado: “o que é ser assentado pra você?”. As respostas parecem concordar com o elucidado até agora, numa relação material e simbólica com a reprodução da condição camponesa na terra. Benedito da Rocha Cardoso, com 65 anos, do assentamento Paraíso e Manoel Francisco, com 70 anos, do assentamento São João da Lavrinha responderam, respectivamente:

É uma coisa muito boa ser assentado. Eu trabalhei durante 40 anos na fazenda dos outros. Patrão num dá valor. Eu trabalho hoje satisfeito, porque eu trabalho é pra mim e ninguém manda em mim. Hoje eu num sô empregado...antes eu não gostava, mais era obrigado.

As roça que eu tocava, eu repartia. Agora o que eu tenho não precisa repartir com ninguém. Se eu posso ajudá o vizinho, eu ajudo, com arroz, feijão, mandioca, porco. Já tive uns 80 porcos. Eu acho bom ser assentado.

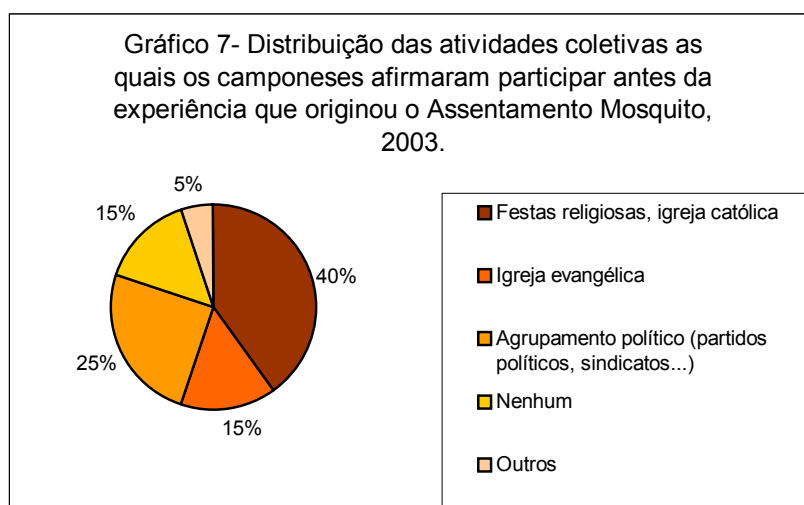
Outras respostas se juntam e demonstram, além da concepção de quebra com a relação “patronal”, outros saberes. Outros camponeses informantes responderam que este novo momento dignifica suas vidas pois se relaciona com a transformação da família e do país. Na seqüência, parte dos depoimentos de Juvenal e Eurípedes, 36 e 55 anos respectivamente, ambos chefes de família do assentamento Rancho Grande. Depois deles, Milton Duarte do assentamento Mosquito, complementa,

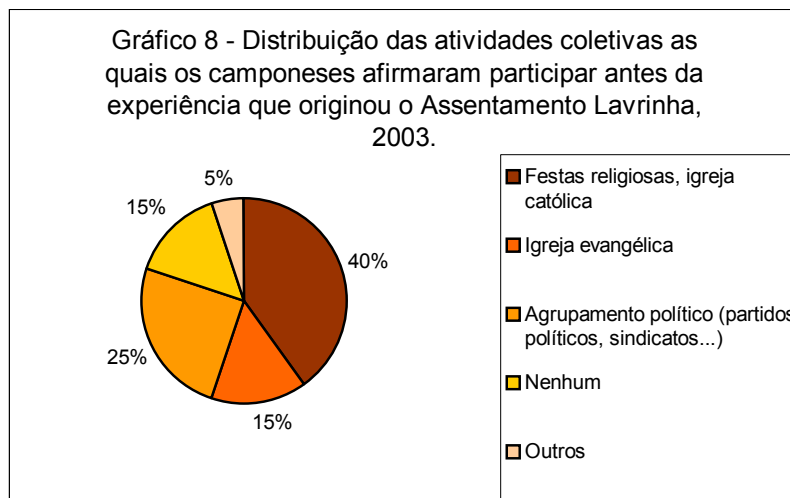
Ser assentado significa o que eu tenho. Se nós não tivéssemos ingressado nisso...é a solução pro nosso país, assentar o povo. Mas não é essa reforma agrária que resolve o problema...alguns assentado saí daqui porque não consegue sobreviver o governo não assume e a reforma agrária que existe é falsa. (Juvenal)

É uma chance para lutar e para vencer. A luta não para até ser assentado. Pegou o lote, acordou a luta. Estar no lote...é agora que começa a nossa luta. Aqui tem que provar pra “eles” que valeu a pena. Mudou muito pra mim. Hoje eu tenho mais saúde, mais paz e mais autonomia. O assentamento é uma chance de oferecer condições dignas pra viver... (Eurípedes)

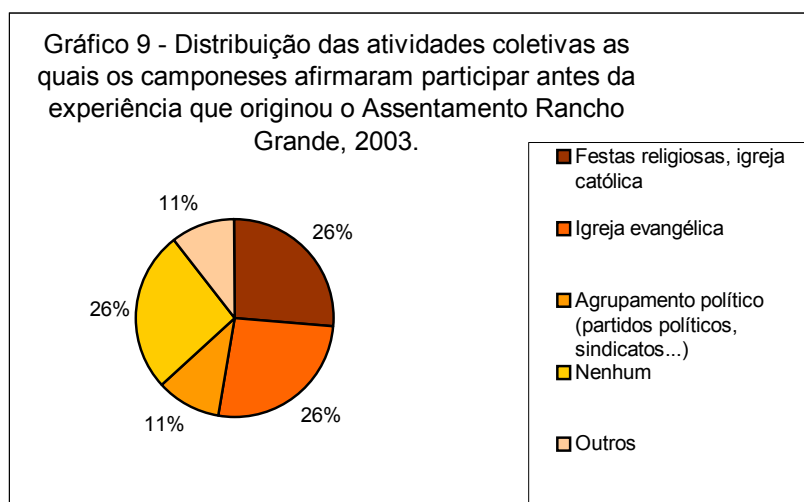
Primeiro, eu realizei um sonho que eu tinha a muito tempo: ter um pedacinho de terra. A cidade pra mim é um tormento. Só que esse sonho veio muito mais completo. Para mim a reforma agrária aconteceu comigo. Saber que eu fui um instrumento de mudança no município tradicional de Goiás...essa mudança pouca gente enxerga! (Milton)

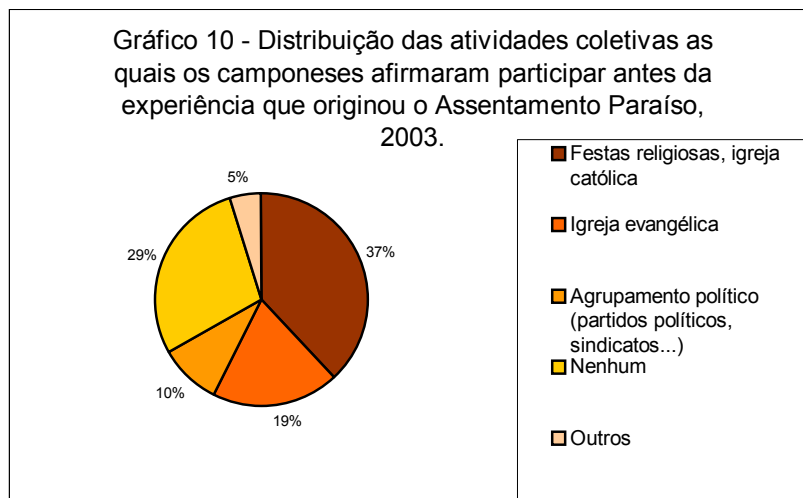
Penso que, embora a fala de “ter” a terra se repita em grande parte dos casos, não é o mesmo sentido de posse simplesmente, mas de possibilidade de se reproduzir enquanto camponês “libertado”, uma vez que o assentamento revela a própria *identidade camponesa, materializada na auto-reprodução familiar, mas que não se encerra em si mesma*, Pessoa (1997, p. 304). É neste sentido que penso o assentado como um tipo específico de ser camponês, não apenas pela experiência de compor a “luta pela terra”, mas pelos traços de coletividade presentes na situação. A coletividade enquanto experiência, sempre é lembrada como um momento positivo da trajetória dos camponeses assentados, mesmo com todos os percalços e dificuldades relacionados à infra-estrutura. Isto concede caráter valorativo à participação — como já foi discutido —, mas, ainda, uma espécie de aprendizado, que consolida a relação entre os vizinhos quase parentes. Porque nem todos os assentados informantes tinham muitas outras experiências com “atividades coletivas” ligadas à lutas “políticas”, a “militância”, na maior parte dos casos, era estreitamente religiosa e, em sua maioria católica, conforme demonstram os gráficos abaixo:





A relação coexistente no caso do assentamento Mosquito e Lavrinha, quanto a participação anterior em “instituições políticas”, como sindicatos e partidos políticos, não se repete no caso dos assentamentos Rancho Grande e Paraíso, nos quais a força das “instituições religiosas” foi mais apontada, conforme continua a ser demonstrado.





No assentamento Rancho Grande, a relação entre aqueles que afirmaram já fazerem parte de atividades ligadas à igreja católica e um outro grupo de “petencostais” é equivalente. Pessoa (1999, p. 210) afirma que, mesmo assim, pode-se dizer que *o “pentecostalismo não resulta exatamente numa inserção social (...) e sua máxima contribuição as ocupações e assentamentos, ou lido de maneira teológica, a suprema graça de Deus que os atingiu é o aumento do número de fiéis.*

No assentamento Lavrinha, a relação entre o grupo que afirmou participar de atividades ligadas à igreja católica e à evangélica é mais diferenciada. Mesmo assim cresceu, após a ocupação da terra, o fenômeno “petencostalismo”, que penetrou vertiginosamente nos assentamentos rurais em Goiás, embora em nenhum deles tenha se firmado qualquer compromisso no período de acampamento, o que aparece efetivamente nas declarações dadas pelos assentados. Parece que a relação entre a Igreja Católica do “Evangelho” e a Igreja Pentecostal a respeito das ocupações de terras, nem sempre foram coincidentes. Mesmo assim, em Goiás, as duas conviveram relativamente “sem conflitos”, havendo casos de celebração de missas e cultos, conjuntamente, conforme o relato de muitos dos assentados informantes.

Amiúde, parece que o universo participativo dos assentados não se restringe apenas àquelas instituições citadas, embora essas tenham um papel importante para uma certa “potencialidade comunitária”. Porque, parte-se da idéia de que a participação contribui para o desenvolvimento de colaborações repartidas, mesmo àquelas

que não são formalizadas em instituições determinadas. Importa conhecer outro universo participativo, que vincula-se muito mais às identidades camponesas em Goiás, o qual é também citado por Cândido (2001) como *formas de solidariedade entre os caipiras paulistas*. A extensão dessa “solidariedade”, sem dúvida, implica trabalho coletivo, além das relações desenvolvidas pelos camponeses, relativas ao trabalho em sua própria parcela de terra. A comunhão no assentamento é diferente da “união” do acampamento, uma vez que, no segundo, há uma “comunhão conveniente” com as dificuldades e necessidades advindas do processo de luta, o que pode ser enxergada como “homogeneização”, mas que na verdade são roupagens provisórias assumidas em nome do bem comum.

Ainda assim, o lote camponês se constituiu um espaço de solidariedade. As chamadas “ajudas” são recorrentes na execução de determinados trabalhos que exigem muitos braços, como as colheitas e plantios de arroz. Tais trabalhos são “pagos” de várias formas, desde retribuições em espécie, trocas de serviços e até mesmo mutirões, que constituem formas de solidariedade vicinais, da mesma forma que ocorre com os caipiras paulistas estudados por Cândido (2001, p. 161). Assim, o espaço “delimitado” do lote camponês merece atenção, visto que guarda traços que revelam sua cultura, o controle de seu tempo e seu espaço, a sociabilidade da vida para além da relação com essas ou aquelas instituições, ademais, a construção do “lugar de vida”, tema a ser debatido no próximo capítulo.

Vai pro eito
Casta-se escrava
Ergue os braços
Canta e lavra.

(A carroça, a égua puxa)
lombo cáustico - doida luta!
Fomeografia - estuda alivia?
Zé, puxa a saia da mãe,
- puta do céu
Sem leite dá-me sangue:
Sou conviva dessas tetas
O fardo farto fado
Explode calos
Na carne humana.

Vem Zé, o machado rebenta varizes
do chão.
O arroz é imenso
Na renda da manda.

Vai Zé pra sina escrava,
Ergue os braços
Canta e Lavra.
A estrela lá no alto
Te envia a fortuna
Do novo dia

Gabriel Nascente - Terra Camponesa

4. Um estudo da parcela (lote) como “lugar de vida”: a casa, a cozinha, os filhos, os vizinhos, o curral, o chiqueiro...

A memória do lavrador de hoje lembra ainda que, se durante muitos anos mais do que a cidade, a fazenda foi na região, o lugar da realização da vida e da cultura dos homens ‘de posse’, o sertão e suas beiras foram o lugar da vida dos ‘homens pobres’, seus desbravadores.
Carlos Rodrigues Brandão, 1995.

Sou camponês em desde que eu agüentei carrega uma *enxadinha* em riba das costa.
Francisco, assentado na Lavrinha, 2002.

A idéia veiculada pela expressão de Francisco, logo na epígrafe, é a de que ser camponês liga-se efetivamente ao trabalho. Para o assentado, um símbolo de reconhecimento da condição camponesa vincula-se ao momento em que teve a autonomia para carregar o instrumento — “*enxadinha*” —, e não explicitamente a efetivação de seu uso, elemento obscuro, embora implícito. Não é incorreto afirmar, portanto, ser o trabalho — por mais cansativo que seja —, uma das características mais expressivas da identidade camponesa. Aqui se deve pensá-lo em dois sentidos: o primeiro, como força produtiva, ou seja, a potencialidade de transformação impressa na capacidade de realização e, o segundo, como elemento subjetivo de identidade camponesa, presente na forma como o assentado organiza seu lugar de vida e edifica suas relações sociais em família e no assentamento.

Esta aproximação da relação trabalho/ identidade se repete nas falas de outros camponeses assentados no município de Goiás, tanto em relação a um auto-reconhecimento como num olhar voltado aos vizinhos e suas parcelas. O uso da enxada e dos vários outros instrumentos de trabalho na realização de melhorias e benfeitorias na parcela (lote) é um signo interpretativo da vida camponesa, dos mais significativos e essenciais. A partir do trabalho o camponês se realiza enquanto tal, ao mesmo tempo em que constitui um elo familiar. Esta é uma das mais importantes e antigas idéias acerca da

família camponesa, discutida por autores dos clássicos aos atuais⁵⁵, tanto no campo de pesquisa da geografia agrária, como nas outras ciências humanas.

Ao que se percebe, à medida que se visita as parcelas no assentamento — fato que sempre ocorreu na companhia de camponesas assentadas —, os assentados, de uma maneira geral, possuem formas de se referir ao aspecto do próprio lote e do vizinho, como resultado do trabalho de ambos, ou seja, a forma como se mostra a paisagem dos mesmos reflete na fala dos informantes a potencialidade de trabalho dedicada nesta empreita. Nessas andanças para feitura do trabalho de campo, a liberdade de comunicação instituída entre mim e as assentadas que me acompanharam, permitiu observar que muito da percepção que se tem acerca da própria parcela — e conseqüentemente da parcela do vizinho —, relaciona-se com o “talento” para lidar com determinadas edificações⁵⁶ presentes em toda extensão do lote camponês. É comum surgirem comentários a respeito de um vizinho que “*leva jeito com as abelhas*”, ou outro que “*tem talento para lidar com horta*” ou até elogios às plantas e animais alheios que não se dão de forma reservada. O mesmo, todavia, não ocorre com as críticas⁵⁷.

Assim, o “lote” é um lugar de realização do trabalho camponês (como o uso da “*enxadinha*”) e a forma como ele se apresenta ao olhar do próximo. A partir da imagem refletida do *lote do vizinho*, os camponeses constroem seus diferentes discursos. Não há como escapar disto. Uma vez e outra, uma história, um causo, um detalhe sobre a vida alheia é exposto e julgado. Trata-se de uma “microfísica” do lugar de vida camponês, local de expressão única de sua identidade.

Assim como se expressa a direção do olhar para o lote do vizinho, o próprio lote é exposto como sendo resultado do próprio trabalho. Parece que no reconhecimento de seu trabalho o camponês “se orgulha” e “se enxerga” em cada “planta”

⁵⁵ Chayanov (1974), Shanin (1983), Kautsky (1980) são alguns dos clássicos que consideram esta idéia. Quanto aos atuais cito alguns como Woortmann (1995), Brandão (1981, 1986, 1998 e vários), Oliveira (1981).

⁵⁶ A palavra edificações estará sendo usada para designar as “*contruções*” no lote, desde a casa, ao paiol, o curral, a pocilga (chiqueiro), horta, roça...entre outras.

⁵⁷ Nos trabalhos de campo, ao me ausentar de um lote que apresentava um aspecto de “abandono”, havia sempre um comentário feito pelas minhas acompanhantes; Tais comentários eram estendidos a conversas em outras casas, os quais feitos com reserva e crítica. Os elogios ocorrem, da mesma maneira, atribuídos de forma minuciosa sobre determinados assuntos que foram, por vezes, escapáveis a minha observação. É um tipo de “*praga*” que atingiu a laranjeira, e que não tem no lote do vizinho; ou um porco que está pra fazer uma “*carninha*”, certamente para despesa; dentre outros mais observados, os quais, à medida que seja possível serão retomados aqui de forma reflexiva.

presente no quintal, em cada fruta colhida no pomar, nas cores da horta e na relação — de proximidade e de intimidade —, com os animais, no “sucesso” do próprio lote. Nessa perspectiva, o lote é o espelho da vida do camponês: expressão de orgulho, não apenas pela idéia de posse, mas por demonstrar ser o camponês capaz de produzir, conhecer a terra e saber como tirar seu sustento dela. Assim, a terra é mais do que simples objeto de trabalho. É, como ensina Woortmann (1990, p. 12),

Expressão de uma moralidade; não se vê a terra em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria.

No entanto, nem todos os camponeses assentados apresentaram o “lote” como “orgulho”. Em alguns casos a justificativa para a situação de precariedade do lote foi a de que faltavam *braços fortes para o trabalho diário*⁵⁸, ou mesmo alguns problemas de família relacionados à doença de algum parente próximo, ou a falta do chefe de família. Nos casos de viuvez — quatro no total das famílias entrevistadas —, o desejo de dois dos informantes era o de continuar no lote, apesar das difíceis condições de trabalho. Nos outros dois⁵⁹ casos, o desejo de vender o lote foi justificado pela impossibilidade de realização do trabalho. Dessa forma, percebi que o sentido da vida liga-se à possibilidade de realização da atividade diária na lida com a parcela, que é organizada em função do trabalho.

Pensar sobre o lote camponês, o espaço delimitado da “parcela”, como local em que o camponês se instalou após uma trajetória de luta, de expropriação, de deslocamento, já discutidos, não é afirmar ser a conquista do lote o final dessa “luta” de uma vida inteira. Na verdade, o lote é expressão do futuro do camponês, do vir-a-ser, do que ele será capaz de realizar após tê-lo conquistado. Como lugar, há que se considerar o que Carlos (1996, p. 21) diz ser uma tríade *cidadão-identidade-lugar*, ao passo que a autora

⁵⁸ Mário, assentado no Mosquito é viúvo, casado pela 2ª vez e tem 76 anos. Seus filhos homens (“na idade de trabalhar na roça”), na maior parte, estão casados e morando na cidade. Os que permanecem no lote, atualmente, são as filhas as quais cuidam mais do quintal, muito embora dividam o tempo entre a escola que fica na cidade de Goiás e que lhes toma o dia inteiro (devido os horários da condução). O serviço na parcela fica por conta dele e de um “parente” que chegou no lote, que ajuda na derrubada da roça, e no plantio.

⁵⁹ Divina Maria Fernandes, do assentamento Mosquito, diz que *gosta muito da roça, mas hoje é mais difícil porque tem vontade de fazer as coisas e não pode mais*. Adiante disse que *se o esposo estivesse vivo, preferia ficar na roça, porque é sossegado, tranqüilo*.

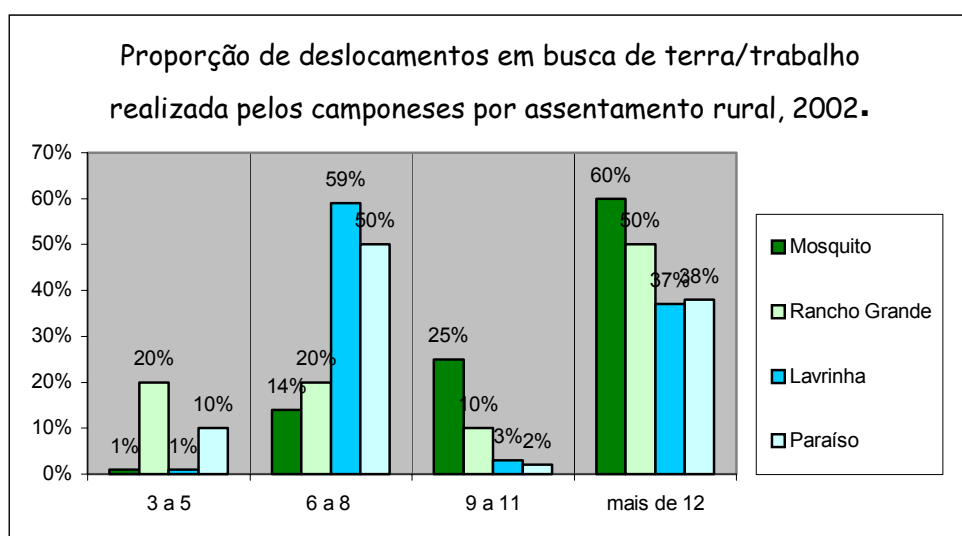
aponta a necessidade de considerar o corpo *pois é através dele que o homem habita e apropria do espaço (através dos modos de uso)*. Neste sentido, além da moralidade, apontada por Woortmann (1990), o lote do camponês expressa os múltiplos sentidos de sua vida: a capacidade de produzir para subsistência, a fazer valer todo discurso em que acreditou, durante a trajetória de luta pela terra. Mesmo porque o camponês assentado é um tipo específico de camponês e a forma como constrói e significa sua vida no lote denota tal trajetória.

Até o momento aqui exposto, a preocupação desta pesquisa foi de entender, pelo viés geográfico, a “produção do espaço da identidade camponesa”. Porque o camponês do qual estamos tratando carrega consigo a luta pela terra e, ao inquirir sobre a forma como ele organiza seu espaço-tempo de vida, no assentamento, me deparei com histórias e trajetórias que não pretendo perder de vista.

O assentamento é uma estrutura espacial de morada camponesa, diferenciada das formas comuns. Assim, é *um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadoras no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas* (Zimmenmann, 1994, p. 205). As pessoas que moram no assentamento, camponeses assentados, estão ligadas por laços de convívio, que em alguns casos durou anos, em outros, meses e, não importa o período, viveram situações comuns, enfrentamentos comuns e não apenas durante o período de espacialização da luta pela terra, mas antes dele. Isto porque os camponeses assentados possuem trajetórias de mobilidades parecidas. Em sua maioria, passaram por processos de expropriação, deslocamentos, migraram para a cidade e retornaram a partir da ocupação, como demonstra o gráfico abaixo, sem perder, nesta trajetória, em que muitos ficaram pelo caminho, sua identidade de camponeses. Sobre o que se deseja e se ama, nesses deslocamentos, um estudo sobre memória de velhos nos ajuda, conforme disse Bosi (1994, p. 441)

Se a mobilidade e a contingência acompanham nosso viver e nossas intenções e nossas interações, há algo que desejamos que permaneça imóvel, ao menos na velhice: o conjunto de objetos que nos rodeiam. [...] neste conjunto amamos a quietude, a disposição tácita, mas expressiva. Mas que um sentimento estético ou de utilidade, os objetos nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade.

A grande quantidade de deslocamentos realizada pelos camponeses, dos assentamentos apontados, está, conforme aparece no gráfico abaixo, na variável “mais de 12”. Em 87% dos casos, estiveram residindo na cidade, por pelo menos duas vezes. Para os que são advindos de outros estados, a maior parte de Minas Gerais (64 %), 33% dos entrevistados deslocaram-se várias vezes em seu estado de origem e outras tantas em Goiás, sempre em trabalhos ligados à roça, em que os mais apontados são meeiros, vaqueiros, arrendatários, peões e caseiros.



Por isto lanço a proposta de investigação do *lugar de vida*, tendo no lote do camponês, manifestações das relações que revelam não apenas a “história de suas vidas”, mas, como diria Carlos (1996, p. 23-26), *o peso da história da humanidade. O lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas*. Ademais, continua a geógrafa (1996, p. 29),

O lugar é o produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida.

Em cada espaço ocupado, uma nova relação de pertencimento se consolida. Trata-se de uma das principais características da experiência humana. Esta característica é bifrontal, ambígua e relacional: o espaço implica esta relação de “duas

mãos”, contribui, uma vez que não é inerte, para que a relação aconteça. Neste sentido, o espaço é relacional e condiciona a criação de uma nova relação a cada vez que os homens mudam. Daí a interação com o território enquanto espaço ao qual pertencem e que passa a me pertencer. Mais do que um “espaço ocupado” é também preenchido de sentidos e símbolos, pois o homem, além de ser um ser simbólico⁶⁰, tem a necessidade de se reconhecer no espaço e assim, molda-o com expressões e signos espaciais: define o local dos objetos, organiza-o conforme sua lógica de representação.

A partir da lógica de organização dos objetos e edificações no lote, inquiri sobre a construção do lugar de vida do camponês, uma vez que o posicionamento espacial das mesmas revela intencionalidades, umas implícitas, outras não. O objetivo é compreender a relação entre tal organização e as necessidades, tanto as de controle de seu espaço-tempo como as de relações estabelecidas a partir delas. Acredito mesmo ser este um dos papéis da Geografia: pensar a distribuição espacial das coisas e, mais do que isto, pensar em como tal distribuição está cheia de sentidos e significados. Isto porque a escolha por edificar a casa, o paiol, o curral, a pocilga, a horta, o pasto, a cerca, o quintal, e outros “trechos”, onde estão, não é aleatória, fortuita e acidental, assim também como não o era no período de acampamento (os quais, num momento e outro se edificaram próximos a rios, devido a necessidade de água; ou em beiras de estradas, para promoverem a visibilidade de sua resistência). Existe uma intencionalidade, uma estratégia nessa proximidade.

Contudo, há também alterações nas edificações do lote, de acordo com cada momento e possibilidade em fazê-las. Entre o que foi edificado primeiro e a sequência das edificações, a opção primeira é por sanar as “necessidades de subsistência”, ficando em segundo plano aquelas consideradas “não urgentes”. Algumas dessas “necessidades não urgentes” são, por exemplo, o término da casa (relativo ao que se pretendeu fazer no princípio, como acabamentos de pintura, portas em quartos, banheiros na parte interna da mesma); a separação do fogão de lenha na parte externa da casa (devido ao excesso de fuligem que “encarde as paredes”); aumento do paiol ou “quartinho do tipo despensa”, em que se possa guardar parte da colheita (que por vezes é deixada na parte interna da casa) e

⁶⁰ Na experiência que tivemos, ainda na graduação com o acampamento Canudos, pudemos visitar os camponeses em diferentes lugares onde ficaram acampados. Cada um deles recebeu um nome relativo às suas características, às vezes físicas ligadas à natureza do local, ou mesmo como reflexo do momento da luta dos camponeses. Em um dos lugares foi feito um cemitério em frente à entrada do acampamento, logo após estarem sendo ameaçados de morte por jagunços e policiais. Isto faz pensar a construção do símbolo como enfrentamento da realidade dos camponeses.

outras intenções, as quais são transformadas, indubitavelmente, em reclamações, principalmente por parte das mulheres e das filhas.

As necessidades primordiais apontadas pela maioria dos informantes, no conjunto de assentamentos, foram: “casa”⁶¹ 32%; “roça de alimentos de primeira necessidade” (mandioca, milho, arroz) 39%; “cerca” 11%; formar pasto 7%; e “outros” (horta, galinheiro, curral, cisterna...) 11%. Pretendo refletir sobre o sentido dessas escolhas e o posicionamento das mesmas, que revelam seu significado. Muito embora eu esteja falando do retorno à terra em seu sentido material, assumo a necessidade de pensá-la não apenas *em seu papel de reprodução material, num sentido físico (como na principal bandeira do movimento dos sem-terra), mas também como locus de apropriação simbólica, afetiva* (Haesbaert, 2001, p. 127). Este e outros questionamentos mais nortearam este capítulo, a partir do qual pretendo produzir um olhar ora “mais minucioso” sobre o modo de vida do camponês do sertão.

4. 1 Os sentidos do morar: casa e rua / lote e cidade

“A casa como objeto cultural, coloca-se como um dos recursos possíveis de articular tal construção, por estar sempre presente no universo individual e coletivo e por se mostrar como um fragmento dentro do cabedal infinito que é a memória.”

(Ecléa Bosi, 1995, p. 39)

A decisão para discutir a casa e a rua, surgiu devido às inúmeras vezes que ouvimos tais referências nos depoimentos dos camponeses em momentos de entrevistas e em conversas informais, sendo utilizadas para falar do lote (parcela) e da cidade. Discutir o significado de tais expressões nos levou pensar nas inúmeras dificuldades em estar lidando com este campo, ora mais “íntimo” da vida camponesa, sensação que desapareceu a

⁶¹ É importante que se esclareça que a casa relativa à “primeira edificação”, logo no momento em que dividiram os lotes, na maioria dos casos, não são mais as mesmas. Ou foram feitas alterações, “puxados”, ou mesmo a casa anterior, geralmente feita de madeira, ou transformou-se numa “cozinha”, separada da edificação recente, geralmente de tijolos. As primeiras casas eram na maioria ranchos de pau-a-pique, com tetos de palha, localizados, quando possível, áreas com água. Há casos, como o de Ourélio, no assentamento Rancho Grande, que a 1ª casa é hoje o local de trabalho e a segunda, edificada em outro local no lote, próximo à primeira, é uma construção mais recente. Há outros casos que a 1ª edificação continua sendo a mesma, até hoje, como é o caso de Mário, no assentamento Mosquito. As alterações na edificação das casas não se referem ao tempo de assentamento, mas aquilo que é prioritário ao camponês ou o que foi possível construir. É importante esclarecer que nem todos os assentados que responderam “casa”, possuem banheiro na parte interna da mesma, ou seja, a idéia de casa não é a de uma edificação “dividida” em cômodos, mas de um espaço que se usa para guardar as ferramentas de trabalho, as primeiras produções do lote, cozinhar e dormir.

partir da elaboração e aplicação dos primeiros questionamentos, acerca das nossas intenções.

Indagar sobre o que aparentemente é comum e que, por nossa trajetória de vida e pelas observações acerca do modo de vida camponês, pareceu peculiar: a forma como é edificado o lote do camponês e a relação entre tais edificações com a maneira como ele organiza seu *lugar de vida*. A casa aparece como o lugar primeiro, conforme fora indicado nos dados — muito embora não tenha sido, no contato com o lote, a primeira edificação que fomos convidados a observar—, por vários motivos, os quais estarão sendo apresentados ao longo desse capítulo.

O camponês assentado expõe em sua história várias experiências espaciais, como lugares que deixou pra “trás”, um mundo de sonhos produzidos e perdidos no tempo e na memória, elementos vivos de sua existência. Muitos julgam a mobilidade realizada, coletivo e individualmente, como um processo de desenraizamento. Apesar de ser mais uma determinação da situação de crise, não raro ela convergiu para aspirações pessoais e coletivas de melhoria de condições de habitação, escola para os filhos e/ou melhores condições de vida. Um dos lugares experimentados pelo camponês, onde fatalmente passou um período, ou grande parte da vida, é a cidade. Interessante é que na cidade não é possível se reproduzir enquanto camponês, pois é um espaço que ele descreve como “limitado”, “sufocante” e “opressor”. De fato, não é possível realizar atividades ligadas ao modo de vida e à identidade camponesa, como o plantio e colheita, nem tampouco a criação de animais de grande porte. Quanto à criação de galinhas e porcos, é comum vê-las nos quintais de vários bairros da periferia das cidades goianas, com o sentido de “ajudar na despesa” e mesmo de transpor para cidade um pouco da vida do campo.

Por outro lado, a respeito do assentamento, a sensação tem sido notadamente diferenciada. Os camponeses informantes, na maioria dos depoimentos, declaram a opção pela vida que levam, muito embora esta livre escolha se dê pela falta de outra, que pudesse assegurar a continuidade de sua morada na cidade. Ressalvadas as contradições, nos coube o papel de interpretar as sensações de estar no lote, contrárias à idéia opressora apresentada nas descrições da trajetória camponesa. Ademais, é possível vincular tal sensação àquilo que os disseram sentir quando trabalhavam para o fazendeiro, a partir do que é possível entender que ela se vincule muito mais à idéia de “ser empregado”,

tão pouco apreciada pelos informantes, conforme já fora demonstrado nos gráficos do capítulo anterior.

4.2 Morar na cidade, sentir-se “na rua” versus morar no lote, sentir-se “em casa”

Segundo os camponeses informantes desta pesquisa, a sensação de estar na *cidade* é definida metaforicamente como o período em que esteve “na rua”, além do que, em determinados lugares (aqui, em Goiânia), demora-se “*um dia inteiro pra oçê atravessar duma beirada na outra*”⁶². Abadia, do assentamento Paraíso, quando perguntada sobre que lembranças guardava do “período de acampamento”, respondeu que não participou deste *momento da luta, pois estava na rua com os filhos, pra que eles pudessem estudar, enquanto o marido tentava “ganhar” a terra.*

O sentido de “estar na rua”, conforme aparece na fala de Abadia, é o mesmo que “estar na cidade” e pode ser relativizado como par contrário deste “estilo mais de roça”. A comparação é válida também pelo viés discutido por Carlos (1996, p. 96), sobre os sentidos da rua para o cidadão urbano, a partir de análises da metrópole paulista em que *a rua se coloca como dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico, revelando os gestos, olhares e rostos, as pistas das diferencialidades sociais.* Ora, se estar na cidade para a mencionada camponesa é singularmente o mesmo que estar “na rua”, ela nega identificação com este espaço de relações sociais, assim como ainda acrescenta ser difícil reproduzir-se como camponesa, quando afirma, posteriormente, ser uma “grande diferença”, uma vez que *na roça, é possível plantar, ter frutos e flores, criar um “gadinho”, umas galinhas soltas no quintal.* Enfim, da mesma forma como observou Woortmann (1995, p. 137),

Ir para cidade significa, em muitos casos, “perder-se”. O mundo urbano significa a “perdição”, pois implica rompimento com o modelo de solidariedade familiar e com os padrões de autoridade. A cidade é o lugar, por assim dizer, da guerra de todos contra todos. Nesse plano a concepção da árvore, enquanto pertencimento a um universo ordenado pelo parentesco, se opõe ao universo individualista de cidade.

⁶² Dunga, assentado no Paraíso, 2002.

Outros camponeses informantes concordam com este sentimento de “negação” sobre a cidade, qualificando-a como “um tormento”, como diz Milton Duarte, do assentamento Mosquito. Mário, do mesmo assentamento, diz que, mesmo após ter ficado viúvo, não deseja voltar para cidade. Assim, só aceita sair de sua terra quando for “*pro cemitério*”, como afirma: “— *farta da mulher eu vô sentir em qualquer lugar[...] mais eu não vou lá pra tribulação (cidade) outra vez ara!, eu não vou não!*.”

Tormento, tribulação, esta “rua-cidade” é para os camponeses informantes um espaço de realização de atividades com as quais eles não se comunicam. As falas enunciadas delatam uma relação ao que poderia ser contrária à rua, no sentido de via de circulação, lugar de exposição, vitrine. A rua, além de ser local de exposição das relações sociais, e assim ter vários sentidos⁶³, recebe também a insígnia de falta de proteção, lugar em que a individualidade se expõe e a intimidade se desabriga; local que exige um tipo de comportamento ao qual não estão habituados. Além do mais, a “rua-cidade” não apresenta possibilidades de uma vida “tranqüila”, maior bem conquistado pelos assentados, conforme já demonstrado nos gráficos (2, 4 e 6) do capítulo terceiro. Darsônia de Fátima, do assentamento Rancho Grande, desabafa:

Eu não troco a roça para ir morar de novo na rua. Só vou pra cidade se fosse preciso, se eu tivesse uma chance, se eu conseguisse “formar” (estudar), mas como eu não tive chance meu lugar é na roça mesmo, que aqui tem um recurso melhor de criar os filhos.

No mesmo assentamento, Juvenal apresenta uma versão contraditória sobre sua opção pela roça. Ao mesmo tempo em que representa autonomia, se houvesse “uma chance” a cidade lhe pareceria agradável, claro, se pudesse consolidar o sonho de ser um “empresário bem sucedido”, sonho esse edificado no imaginário de muitos outros camponeses acerca do que é um “modelo” de cidadão.

Eu gostaria de morar na cidade, se eu tivesse como montar uma empresa [...] mas lá eu sempre trabalhei de empregado. Sonho a vida toda com o campo, os animais. É o que eu mais gosto. [...] O assentamento é uma chance de oferecer condições dignas para viver. Lá eu ia ser empregado a vida toda. Aqui é o que eu

⁶³ Carlos (1996) no livro *O lugar no/do mundo*, escreve que a rua permite perceber os tempos simultâneos e que por isto guarda várias dimensões e sentidos. *A rua pode ter sentido de passagem, de fim em si mesma* (como exemplo o dado pelos camelôs), *sentido de mercado, de festa, de reivindicação, do morar* (no que se refere aos “sem teto”), de domínios de gangues, de segregação social, de formação de guetos e ainda, como o sentido do encontro.

produzir eu ganho, a chance é maior. Se Deus tiver misericórdia e me abençoar, eu nunca mais quero ser empregado!

A opção pela roça se apresenta como única possibilidade para a maioria dos assentados, ao contrário da cidade, que segundo a trajetória contada, não é recordada como um período vitorioso da vida, mas, em muitos casos, uma sucessão de tentativas e fracassos. Muito embora este sonho traga consigo uma idéia idílica e romantizada de natureza (o “sonho com o campo, com os animais”), o desejo de retorno associa-se, acredito, a uma opção de vivência num espaço “mais calmo” em que é possível aplicar saberes trazidos no corpo, que agora são possíveis de serem aplicados em seu próprio favorecimento. Mas a opção de retorno implica algumas perdas.

Genesmar, assentado na Lavrinha, abdicou do convívio diário com a família para morar sozinho no assentamento. Enquanto sua esposa e filhos moram na cidade, com os quais tem contato uma vez por semana —e em alguns feriados e finais de semana—, o assentado conta suas inúmeras tentativas de ficar na cidade, “em que mudava de canto a canto, pulava de galho em galho”, embora nunca tivesse se esquecido “da vida na roça”. Abaixo seguem os depoimentos de Genesmar e sua esposa Eida.

(Rusvênia) —O que o senhor acha de ser um assentado?

(Ele) Eu adoro morar aqui!

(Ela) Ele perde a mulher e os filhos para ficar aqui.

(Ele) Se for para morar na cidade, eu nem ia mais acostumar. Ser um assentado hoje é ser um privilegiado de ter uma vida mais tranqüila.

A relação de correspondência entre o período passado na cidade e o momento atual de vivência no assentamento é quase nula, muito embora novos hábitos tenham sido acrescentados à vida dos camponeses assentados, adquiridos, segundo contam, na época em que moravam na cidade. Este “novo” adquirido compreende desde algumas preferências alimentares até o costume de assistir ao noticiário na televisão, após a janta, que quase nunca passa das 18:00hs. No entanto, a televisão não é, na maioria das casas visitadas, um objeto fundamental da cultura camponesa. Em muitas ocasiões, uma boa roda de “causo” substituiu seu uso, assim como é trocada por uma reza na casa do vizinho, uma visita rápida, uma vez que, no período da “noite”, é mais fácil não surpreender ninguém executando outras ocupações.

Enquanto isto, a casa tem outros sentidos, mesmo que casa e rua, assim como campo e cidade, sejam hoje, minuciosamente conectados, conforme falou Fausto (1998, p. 36)

Ao me concentrar no mundo da casa, não o encaro como um universo desligado do mundo da rua; ao contrário, um dos aspectos mais significativos da vivência doméstica, me parece ser aquele em que se dá a confluência dos dois mundos no interior do lar. Desse modo, o jornal, o rádio e posteriormente a televisão constituem veículos por meio dos quais mensagens de um amplo e variado universo penetram na esfera privada, impondo determinados hábitos e uma nova organização do espaço e o tempo.

Na citação, Fausto se refere à casa como esfera privada. Porém, adiante no texto, diz que este sentido — o de casa como espaço privado —, associa-se à *ascensão da burguesia e a sedimentação de seus valores ao longo do tempo do século XIX*. Para o camponês, parece que a casa não tem o mesmo significado. Ao mesmo tempo que penetrada de afeto — os objetos revelam seu tempo de uso, os cantos e portas suas funções, os “forrinhos” bordados à mão em derredor, trançados de crochê, sob e sobre alguns móveis—, a casa e seus cômodos são acessíveis aos que visitam. É comum ver as moças “ir pro quarto conversar” com amigas; em alguns casos, quando os filhos moram na cidade, seus quartos servem para recepcionar as visitas que chegam, seja para um breve pouso ou mesmo para hospedagem mais longa.

É claro que nas conversas diárias percebem-se as influências das informações da “rua” nas casas. Como a maior parte dos filhos dos camponeses assentados freqüentemente vai à cidade — seja para estudar, para passear nos finais de semana ou quando há uma festa e mesmo quando não há —, notícias sobre a vida de outras pessoas passam a povoar os diálogos dentro da casa. Porém, não há registro de que tais notícias influenciem a vida e o trabalho do camponês. Parece haver um caráter completamente informativo nelas, um breve contato com o mundo exterior.

4.3. “Coisas de casa”: relações sociais e dimensões espaciais da casa camponesa

O que circula mais vivamente nos diálogos diários dos assentados informantes são assuntos ligados à vida na roça: a banha de porco que está no final, uma cerca que caiu, um vizinho que carece de ser visitado, enfim, as informações, por mais

difíceis e particulares que pareçam ser, circulam com facilidade no assentamento. Por outro lado, há uma esfera mais íntima de diálogos, geralmente associada às intenções no campo dos negócios, que uma vez e outra, se pode partilhar. Porém, não se compartilha muito aquilo que se quer adquirir, talvez para não despertar cobiça ou para que ninguém coloque “olho gordo” nas coisas alheias.

É assim que, parte do que se tem dito sobre os hábitos camponeses do sertão, está relacionado á prática de não expor a intimidade a quem o camponês não confia. Se o sertão é onde os homens se escondem e os pastos carecem de fechos, como sentenciou Guimarães Rosa (1986), é também a “casa”, onde o homem camponês se esconde e se guarda. E a casa, como ressalta Bachelard (2000, p. 26) *abriga o devaneio, protege o sonhador, permite sonhar em paz*. Assim, continua o autor,

Na vida do homem, a casa afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida [...] a casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões de estabilidade.

Quando se fala em “casa”, é importante ressaltar que se refere apenas à área construída, dividida em sala, quartos, cozinha e outros ambientes, como aparece no estudo de Gaston Bachelard. Para o camponês assentado, o sentido de casa como proteção das “tempestades do céu e da vida”, se dá em outras dimensões, do contato com seu lote, especificamente a parte que circunda o quintal. É importante dizer, todavia, que a casa é também vista como um ambiente marcadamente feminino, ou seja, lugar de trabalho caracteristicamente da mulher, conforme observou Bombardi (2001, p. 290) em um estudo sobre sítiantes paulistas:

A casa e o sítio se configuram então como espaços, por excelência, respectivamente, feminino e masculino. Ao referirem-se ao sítio, à propriedade, isto sempre é feito pelo sobrenome do pai da família, ou o avô, o chefe da família. [...] a casa, o local de moradia ou o conjunto formado pela casa e o quintal, faz parte do universo feminino. É a mulher quem define os detalhes da decoração da casa, é ela quem quer comprar móveis, é ela quem quer fazer as reformas.

O sentido de “casa” para o camponês é, sem dúvida, a extensão do lote, da parcela. A casa mesma, construída, é um lugar por onde ele “passa” e que não tem significado de ostentação. Fotografias antigas enfeitam e contornam as paredes; a sala exhibe

sofá e televisão; os quartos são simples e guardam além da cama, penteadeira, às vezes um guarda-roupas simples e, quase sempre, um radinho de pilha. Lugar do corpo, a casa é onde se desdobram e se repetem dia a dia os gestos elementares do que Certeau (2001, p. 203) chamou de “artes de fazer”:

De tudo que se faz para não “retirar-se” dela, porque é o lugar “em que a gente se sente em paz”. “Entra-se em casa”, no lugar próprio que, por definição, não poderia ser o lugar de outrem.[...] Este território privado, é preciso protegê-lo dos olhares indiscretos, porque cada um sabe que o mínimo apartamento ou moradia revela a personalidade de seu ocupante.[...] Aqui as pessoas se estreitam, se abraçam, e depois se separam. Aqui o corpo doente encontra refúgio e cuidados, provisoriamente dispensado de suas obrigações de trabalho e de representação no cenário social. [...] Aqui pode-se convidar os amigos, os vizinho, evitar os inimigos[...].

Os maiores cômodos das casas visitadas são cozinha e área de serviços, que ficam geralmente numa das laterais da casa. A dimensão espacial da distribuição dos cômodos tem a ver com as relações de sociabilidade entre quem mora na casa e os vizinhos e parentes que freqüentam-na. Um visitante, ao chegar, é convidado a sentar-se (apiar) sempre na área ou na cozinha, quando se aproveita para beber um café e prostrar sobre os assuntos que se queira, muitos deles relacionados ao lugar de vida do camponês: é alguém que vai “casar a filha”, é um coice de cavalo que aleijou o vizinho, é um novo aprendiz de culinária, é uma história da “luta” lembrada, é um “causo” de mil fantasias e dimensões. Tudo isto, entendo, faz parte do universo simbólico que permeia e alimenta a vida do camponês.

Ainda assim, a casa expressa e testemunha sua relação com o trabalho e a proximidade com o espaço de produção da vida. É ela que abriga os doentes (como no livro *Jurubatuba*, de Carmo Bernardes), é nela que se fazem os partos, é ela que aquece em dias frios, é para ela que se pretende retornar num árduo dia de trabalho. Pessoa (1999, p. 213) observou que, nos assentamentos, a casa tem seguido *invariavelmente* uma espécie de “evolução”:

Quando sai a desapropriação, os ocupantes ainda estão aglomerados em alguma área da gleba, geralmente perto de alguma água corrente. Nesse momento, as habitações são mais precárias possíveis. São ranchos pequenos, cobertos com folha de bacuri e/ou plástico preto dos acampamentos. Muitos ranchos não têm divisão de cômodos ou, às vezes, têm apenas uma distinção do quarto, feita por uma cobertura de algodão, pendurada numa trave. A estrutura é toda de madeira e raramente as paredes são barreadas. [...] Nessas condições, camas, ferramentas e pequenos fogões, assim como os frutos das primeiras colheitas, dividem

harmonicamente a mesma área do rancho. Os animais domésticos têm, nesse espaço, o mesmo trânsito dos donos da casa.

Em poucas das casas visitadas, exceto naquelas em que estive hospedada, fui convidada a “entrar” para além da área de serviço ou da cozinha. Isto não era, efetivamente, expressão de “falta de educação” ou tentativa de resguardar uma intimidade, mas percebi que, para o camponês, o lote tem o sentido mais expresso de sua reprodução. A seqüência sempre foi outra. Na maior parte, mostraram-me o quintal, a horta, o pomar, a represa, o curral, a pocilga e as roças da “despesa” — café, feijão, arroz, fumo, milho e algodão. Isto se deu, penso, por uma explicação, fornecida por Woortmann (1983, p. 68), a de que a casa faz parte do universo feminino enquanto que o lote é o local de reprodução do trabalho do homem e, como a maior parte dos informantes foram os chefes de família, visualizei o espaço destinado ao trabalho masculino em primeira instância, para depois conhecer o universo “feminino” da casa.

Ao inventariar os móveis presentes na casa, procurou-se saber se os mesmos faziam parte da trajetória dos assentados, ou seja, se o que está na casa hoje é do período do acampamento, ou se há objetos que façam com que os camponeses re-lembram o período em que estiveram acampados. Em todos os casos, havia objetos guardados que lembravam o acampamento, desde uma velha roda de fiar⁶⁴, guarda-roupas, camas, prateleiras⁶⁵ até “objetos simbólicos” como sementes que se transformaram em árvores, pés de manga e de siriguela em frente à casa de Damásio Rodrigues⁶⁶, lembranças de um dos locais em que ficou acampado. Neste sentido a exemplo dos objetos no trajeto percorrido pela memória do lavrador em tempos de luta e, à medida que estão vivos no lote, permanecem “falando”, embora silenciosamente.

Na casa, por outro lado, os cômodos possuem proporções que combinam com as intencionalidades e com o uso freqüente. Os quartos das filhas estão quase sempre posicionados ao lado do quarto dos pais e nem sempre os dos filhos homens estão situados assim. A cozinha ocupa papel importantíssimo na casa camponesa. Além de ser local em que se prepara os alimentos — às vezes estendendo-se a uma área de serviço na qual

⁶⁴ Joana José Oliveira, assentamento Mosquito, 2002.

⁶⁵ Divina Maria Fernandes, assentamento Mosquito, 2002.

⁶⁶ Altair Tobias fala de “um toco” no qual foi “amontado a barraca do acampamento em frente a praça cívica”, além de algumas panelas, camas, pedaços de lona e, curiosamente cita os filhos que na época “eram bem pequenos”.

algumas tarefas culinárias são, por vezes, continuadas —, é ainda um ambiente de encontro das visitas. Cozinha e área constituem as maiores edificações da casa, mesmo que a primeira se estenda a uma espécie de “copa”, ou que esteja edificada na parte externa da mesma. De lá, sempre vem “alguma coisa”, do simples cafezinho ao bolinho frito de farinha de trigo, feito na hora. Entretanto, com pouquíssimas exceções, cozinhar tem sido uma tarefa destinada às mulheres — sejam as mães ou as filhas—, muito diferente do que fora no “tempo de acampamento”, conforme descrito e fotografado por Pessoa (1997, p. 95).

Giard (2001) no livro organizado por Michel de Certeau, *A Invenção do Cotidiano – Morar e Cozinhar*; discute como foi edificada a idéia de que cozinhar seja considerado um *trabalho monótono e repetitivo, desprovido de inteligência e de imaginação; mantido fora do campo do saber, negligenciando-se nos programas escolares* (franceses) *educação dietética*. Na França, assim como tem sido nas famílias brasileiras e, por conseqüência, goianas, é de tradição que a responsabilidade caiba, quase exclusivamente, às mulheres e que essas tarefas sejam objeto de sentimentos ambivalentes. Entretanto, afirma a autora,

Desde que alguém se interessa pela arte culinária, pode constatar que ela exige uma memória de aprendizagem, memória de gestos vistos, das consistências. [...] Exige também uma inteligência programadora: é preciso calcular com perícia o tempo de preparação e de cozimento, intercalar as seqüências umas às outras, compor a sucessão dos pratos para atingir o grau de calor desejado no momento adequado [...].

É na cozinha que se guardam os mantimentos, principalmente quando cozinha e paiol ocupam, juntos, a parte externa da casa, sendo nesta, na maior parte das vezes, constituído um fogão de lenha, enquanto que geralmente o outro, “à gás”, fica numa “cozinha de dentro, e é utilizado ocasionalmente. Em todas as casas visitadas havia fogão de lenha sendo utilizado. Muitas mulheres (86 %) disseram preferir cozinhar nele, justificando ser possível “controlar a altura do fogo”. Os 14 % restantes não afirmaram a preferência, respondendo “é o que a gente tem, tem que ser nele mesmo”, embora os benefícios do fogão de lenha estejam apontados nos discursos, como por exemplo: “esquenta mais a casa”, “a comida é mais saborosa”, “é mais rápido que o outro”.

Ademais, não só cozinhar, mas outras tantas atividades são realizadas pelas mulheres. Apesar do “sossego físico”, elas têm papel fundamental na lida diária, além

de guardarem segredos, queixas e medos, repletos de saber profundo. Bernardo Elis (1976, p. 63) se referiu a isto de uma forma mais que poética, conforme descrito abaixo:

Mas nunca sossego físico poderia dar idéia de tanta força, de tanto movimento: seres suarentos, enovelados em músculos, derrubavam roças com pesados machados; chamas desvairadas, devoravam campos e matas; lutas, queixumes, amargos de morte, de transe dolorosos, de ingratidão e sofrimentos ignorados; vozes falando linguagem pesada de feitiços e superstições;

A forma de guardar a comida, mesmo com a luz elétrica instalada nos assentamentos, continua, na maior parte das vezes, seguindo uma lógica de conservação do período em que não havia luz elétrica. Os alimentos são preparados para durar um longo tempo; quando guardados, como é o caso do arroz, nunca se descasca no pilão todo o montante colhido, apenas uma parte do que vai ser utilizado durante o período de um a três meses. Dos alimentos preparados para durar, um dos mais comuns é a “paçoca”, uma farofa feita com carne seca e farinha, ambas socadas no pilão; bem como a “carne de lata”, que é a carne de porco ou de vaca que depois de frita e untada e guardada dentro de uma lata com banha, e ainda o queijo, a farinha de mandioca, o polvilho e a própria banha de porco, a qual é utilizada para fazer os alimentos diários.

Estes alimentos “duradouros” foram muito utilizados nas andanças dos camponeses pelo sertão, conforme demonstrado por Carmo Bernardes, tanto no romance *Jurubatuba* como na continuidade das andanças do vaqueiro Ramiro, em *Nunila*, já com o nome de Antonino. No segundo, a preparação da paçoca e a forma como o cheiro recende, logo que alguém vai fazer uma viagem para longe, ou passar um tempo escondido no mato, conforme anunciam se deu, na história, o motivo de seu preparo. Abaixo, os pensamentos de Antonino:

Gado criado em pastagem de campo natural, pastando toda versidade de verde, a carne concentra o aroma balsâmico dos vegetais variados. Cheira a danar, fritando. Quando começou a fritar, recendeu longe, e aquilo despertou atenção na rua. Estou com Nunila fritando carne e dando duro no pilão, socando paçoca pro pessoal comer no mato escondido [...] (1984, p. 75).

Ademais, ainda na literatura goiana, a cozinha representou o lugar em que se estabelecem relações de competição entre uma cozinheira boa e outra “ruim na lida com

as panelas”. No romance *Jurubatuba*, Ramiro reclama da “gororoba de “dona Dió”⁶⁷ e em *Veranico de Janeiro*, de Bernardo Elis, Dona Rita não gosta muito da chegada de Rosa, uma vez que, quando a mesma ofereceu seus serviços, declarando poder cozinhar caso fosse de necessidade, Dona Rita logo pensou que, como se sabe, *cozinheira quanto melhor, mais gastadeira*, e isto não era de grande valia naqueles “*tempos bicudos*”. Mas a crítica veio de forma dura ao “grude” de Rosa, sendo aproveitada em outros serviços destinados à mulher (Elis, 1976, p. 62).

E Rosa se foi ficando para lavar uma roupa, rachar lenha, pilar arroz, socar paçoca, capinar quintal, torrar e socar café, fazer sabão, buscar água na bica. Cozinhar ela bem que principiou, mas Dona Rita desistiu. Não havia ninguém que agüentasse engolir seu feijão dessorado, seu arroz grudado na panela, sua mandioca cozida com casca e tudo, suas carnes mal refogadas, geralmente destemperadas, pois onde ela nasceu e se criou o sal era muito vasqueiro e carecia de estar não gastando sempre.

Assim, nesta citação não é a cozinha que se converte em local de encontro das visitas. Na recepção de fregueses do coronel, na loja de seu Reimundo, para os quais, geralmente, o arranchamento e o pasto eram de graça, Rosa convidou um conhecido e outro para sentarem na varanda e daí “*foram para a cunzinha*”. Elis (1976, p. 65) descreve as “reações” dos chegantes:

Um, grossão, falripas salteadas de barba espetando a cara balofa de lombriguento, olhos apertados de índio, se agachou num canto, o chapéu de couro equilibrado na cabeça; o outro, magro, olhar velhaco, um facão jacaré de palmo e meio na cintura, camisa com botões de linha da banda de fora das calças de algodão cru, esse ficou no rabo do fogão. Rosa moeu o café no pilão, coou, lhes serviu, depois assentou-se numa banquinha e as baforadas dos cachimnos de barro chegavam a escurecer mas a cunzinha negra de picumã.

Local de encontro, de preparo e, em algumas vezes, de degustação das refeições diárias, a cozinha⁶⁸ se consolida como um espaço aberto à compreensão da vida

⁶⁷ “*Saiu, enfim, o aloco demoroso que dona Dió é d’hoje engrolava lá dentro e minha Valença é que ovo frito batido com jiló relevo bem, mesmo enfasiado. Diabo de um arroz patete (comida mal-feita), sirigado (salpicado) de marinheiro, e um feijão amassado na gordura fria, gororoba intragável, mesmo vindo castigada na pimenta*”.(Bernardes, 1984, P. 188) Para alguns esclarecimentos a respeito de palavras, temos utilizado o livro Ortêncio, Bariani. Dicionário do Brasil Central – subsídios à filologia. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

⁶⁸ Bombardi (2001, P. 293) descreve o significado da cozinha sinônimo de autonomia feminina. Não apenas a casa é o espaço feminino, como dentro da casa, a cozinha é o local mais representativo do universo feminino. Ter a própria cozinha é sinal de autonomia da mulher, é quando ela é a mãe de sua família. O alimento consumido por ela e pelos demais é por ela produzido, o que lhe confere prestígio, autonomia e satisfação.

camponesa e seus hábitos cotidianos. No romance *Jurubatuba*, Ramiro mantinha uma relação com a casa do patrão, que se dava, na maior parte das vezes, pelas portas da cozinha. A cozinha se constituiu o elo entre o personagem e “Tia Bruna”, e a partir da qual circulavam as notícias a respeito de tudo que se passava na casa.

No que concerne à edificação, a cozinha, nos assentamentos, tem seguido a mesma lógica. São, em suma, estendidas até uma “área” do lado de fora da casa, a partir da qual chegam as visitas “mais íntimas”. Contudo, demonstram ser um dos mais importantes cômodos da casa, pois é nela que se transforma aquilo que se cultivou em sustento e subsistência da família.

4.4 Trabalho do homem, coisas de mulher: esquadrinhando as divisões dimensionais do lote camponês

Na verdade, o limite de trabalho do homem e da mulher, mesmo não sendo esses os principais objetivos da discussão deste capítulo, necessita ser refletido em duas perspectivas dimensionais. A primeira delas é a dos arredores da casa, o “quintal, rodeado por uma cerca de arame — geralmente liso —, e um portaõzinho ou colchete, nos quais ficam, do lado de dentro, edificações que carecem de ser melhor “protegidas”, como parte da complementação alimentar (horta e pomar), o galinheiro, o paiol, a cozinha e o banheiro — quando externos à casa —, o chiqueiro e a antena parabólica.

A segunda escala de divisões dimensionais é o “restante do lote”, local onde ficam as atividades muitas vezes vinculadas ao trabalho do pai e dos filhos homens, mas nem sempre apenas deles. O curral, o pasto, roças de várias culturas, desde aquelas ligadas à subsistência da família, plantadas para durar um e até dois anos (arroz, milho, raramente feijão e café), até as roças de mandioca, banana, abóbora e cana. Nesta segunda dimensão há várias subdivisões. Por exemplo, para separar as vacas leiteiras dos bezerros que ainda não desmamaram; as áreas destinadas à reserva florestal (exceto no assentamento Mosquito, em que a reserva foi feita numa área comum), e o pasto, para o qual é destinado a maior parte de espaço no lote e pequenas cercas de proteção às roças, para que as vacas não cheguem muito perto. É possível entender melhor estes desenhos territoriais a partir de três esboços abaixo.

Croqui 1

Elaboração: Dante Vilhena

Croqui 2

Elaboração: Dante Vilhena

Croqui - 3

Elaboração: Dante Vilhena

A primeira perspectiva escalar, salvo algumas exceções, tem sido, notadamente, o lugar em que o trabalho feminino se faz mais presente, enquanto que a segunda, a extensão do pasto, o curral⁶⁹, e as outras edificações já arroladas, tem sido, na maioria das vezes, de trabalho masculino. A organização do espaço de vida, circundante à casa (na extensão do quintal) e o espaço externo, destinado a tarefas “mais pesadas e longas” se confundem de tão próximos. Thompsom, (1990, p. 271) ao escrever sobre ciclos familiares e cultura popular tradicional, diz:

A notação do tempo que surge nesses contextos tem sido descrita como orientação pelas tarefas. Talvez seja a orientação mais eficaz nas sociedades camponesas, e continua a ser importante nas atividades domésticas e dos vilarejos. Não perdeu de modo algum toda a sua importância nas regiões rurais da Grã – Bretanha de hoje. É possível propor [...] questões sobre a orientação pelas tarefas. Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre o “trabalho” e a “vida”. (grifo meu)

Notação do tempo, como sugere Thompsom (1990), se liga aos interesses pelas dimensões espaciais do lote na organização do lugar. Constata-se que há uma relação próxima entre tal organização e o cotidiano do camponês. Ao pedir para que alguns camponeses desenhassem seu lote, ou mesmo para orientassem a elaboração do desenho, a ordem quase sempre transcorreu conforme imaginado: a casa aparece primeiro e as outras edificações espaciais como o paiol, a pocilga, a horta, o curral, pasto, roça e demais “objetos” do lote, aparecem depois, na ordem em que foram construídos no lote. Parece haver uma relação de proximidade associada à necessidade de controle (poder) sobre o espaço. Embora isto seja visível, tal relação se dá, todavia, por “outros motivos”, os quais são apresentados por Haesbaert (2001, p. 121):

Ao mesmo tempo que o território é um recurso ou instrumento de poder — que vai do simples valor de uso ou troca, estende-se pela valorização simbólica, identitário-existencial. Rompe-se assim, a divisão entre território político (de

⁶⁹ O curral se divide em morão (local em que fica o esteio grosso, tronco ou seringa, que serve para amarrar o boi; coqueira (local em que é colocado o sal); e corredor. Geralmente há duas entradas, uma que dá acesso ao quintal, utilizada pelo tirador de leite, de manhã, e uma que dá acesso ao pasto, por onde entram saem às vacas.

adjetivação redundante) e território de identidade, como alguns autores propõem, já que confundem o território enquanto recurso político e estratégia identitária.

A distribuição espacial dos objetos no lote do camponês relaciona-se com a tradição e a cultura, e com a viabilidade de alcance. Uma das entradas do curral fica sempre ao lado da casa, para facilitar o deslocamento na realização da ordenha. Tal localização facilita também o trabalho da mulher, ao recolher o leite e prepará-lo para fazer queijo. Aliás, a maior parte dos camponeses goianos são fazedores de queijo, aprendizado comum, proveniente da história dos informantes desde os tempos de “criança”. Tanto as mulheres como os homens atuam neste ofício, sendo comum ouvir comentários a respeito de um bom feitor de queijo da região, alguém que sabe “apertar direitinho até sair todo soro⁷⁰”. Abaixo, segue o processo de confecção de queijos, na casa de Neuza, assentada no Mosquito:

Fotos 1 - Feitura de queijos, Neuza, assentamento Mosquito, 2002.



Fonte: Trabalho de Campo, 2002

Além do queijo, o requeijão, um tipo de queijo em que a massa é frita, compõe parte da dieta, feita com o leite. Porém o preparo do requeijão é mais minucioso, tem sabor forte e é bastante apreciado pelos camponeses, principalmente quando degustado no momento do preparo, tão logo tenha “acabado de sair da panela”.

⁷⁰ Helena, assentado no Paraíso.

O uso do leite, no assentamento, não é apenas destinado à dieta familiar, mas compõe uma das principais —em alguns casos a única —, fonte de renda da família. A maioria dos camponeses, exceto os que fabricam queijo para vender na feira, entrega a produção diária do leite em galões, que são dispostos nas entradas dos lotes logo pela manhã e recolhidos até a hora do almoço. O leite é recolhido coletivamente e vendido pela associação dos assentados responsável em cada assentamento. Geralmente um dos assentados (ou o marido, ou esposa) cuida de fazer as anotações da quantidade entregue no dia, variável de acordo com a necessidade do produto na casa, ou mesmo com a produtividade das vacas.

O leite é utilizado em sua forma líquida, para ser bebido, para a feitura de bolos e pudins e para fabricação de doces, do queijo e requeijão. Trata-se de um produto muito apreciado pela maior parte dos camponeses, cuja “fonte”, a vaca, é manuseada de modo especial. Abaixo, Damásio Rodrigues do assentamento Mosquito, realiza a ordenha:

Foto 2 - Realização da ordenha, Damásio, Mosquito, 2002



Fonte: Rixen, Benoix, CPT - arquivo, 2002

Para a realização da ordenha, é necessária uma espécie de banco apoiado em “um pé”, o qual, algumas vezes, é confeccionado momentos antes que ela seja realizada. Abaixo, João, no assentamento Rancho Grande, prepara o instrumento de trabalho.

Foto 3 - Fabricação de banco para ordenha, João, Rancho Grande, 2002.



Fonte: Trabalho de Campo, 2002

A ordenha, nos assentamentos goianos, quase sempre tem sido realizada pelos chefes de família ou pelos filhos homens. O serviço só é feito por uma mulher em casos de ausência dos homens. Ainda assim, mesmo que os homens, tenham experimentado, no período do acampamento, fazer determinadas atividades “que antes nunca havia sido feitas” – como cozinhar e lavar roupas -, o café da manhã, no assentamento, quase sempre ficou a cargo da mulher, enquanto que a “roça” (exceto a horta) e o cuidado com os animais “maiores”, como suínos e eqüinos, esteve sob a responsabilidade masculina. Damásio Rodrigues, do assentamento Mosquito, cuida dos animais em sua casa, na pocilga, conforme demonstrado nas fotos abaixo:

4 Seqüência de fotos - Pocilga, Damásio, Mosquito, 2002.



Fonte: Rixen, Benoix, CPT - arquivo, 2002

Há duas tipologias de “criação⁷¹”, em grau de importância, no lote camponês, que ocupam lugares distintos de acordo com as necessidades alimentícias e de cuidado. Os chamados de “animais”, eqüinos e bovinos; e os que ficam soltos na parte cercada mais próxima da casa, os porcos, as galinhas e patos. Aos “animais” o tratamento é minucioso: cavalos recebem cuidados especiais, pois ajudam no transporte, na realização de pequenas viagens e passeios; as vacas são levadas a pastar logo após a ordenha e são nomeadas conforme nascem. São muitos os nomes de vacas Amarela, Mascarada, Chifruda, Baixinha, Meia Lua, Sascha, Cabaça, Conquista, Mimosa, Gema, Castanha, Zuleica⁷² e outros mais. A relação entre estes animais e o camponês é notada logo no amanhecer, quando por muitas vezes, fui convidada a assistir à forma como as vacas obedecem ao chamado do dono, no momento da ordenha, uma a uma, habilidade que só pensava existir nos animais de estimação.

As vacas também têm suas “manias”. Da mesma forma como a relação estabelecida com as mesmas é “delicada”, comumente, elas não aceitam serem ordenhadas por um estranho, nem tampouco pelo dono, caso ele chegue para fazê-lo “sem as roupas

⁷¹ Aqui a palavra “criação” refere-se aos tipos de animais existentes no lote. “as minhas criação de porcos; tenho uma criação de galinhas; cuidado com as criação!” Francisco Pedrosa, assentamento Paraíso, 2003.

⁷² Tais nomes foram retirados dos depoimentos de Orélio e Divino Oscar, no assentamento Rancho Grande; Altair e Mário, do Mosquito; Helena e Cida do Paraíso; Francisco e Genesmar da Lavrinha.

que habitualmente usa”. Sobre este assunto, foram contados vários casos em que, os camponeses, ao chegarem com uma “roupa diferente” para realizar a ordenha, além de não obedecerem ao chamado que lhes era feito, as vacas “bravas” partiram para “cabeçada”.

Vale ressaltar, ainda sobre a relação existente entre os camponeses e os chamados “animais”, um saber notório, e que penso ser muito importante para perceber os processos de construção da afetividade no lote camponês. Nenhum dos informantes “mata vaca do próprio pasto” para comer a carne. Quando esta necessidade se faz presente, a procura se dá pela vaca do vizinho e nunca pelo próprio animal. A justificativa que foi apresentada, na maioria, é a de que há um sentimento de comiseração em matar um “bicho que se viu crescer” e sendo diferente a relação com a vaca do vizinho, neste caso não há problema em degustar a carne da vaca alheia. Já aos porcos, “a lei deles é na panela”. São geralmente criações que servem para o sustento da despesa da família, tanto no uso da “banha” de porco, como da carne e do toucinho. Mesmo assim não é “tão fácil” dispor desse animal como se pensa. Abaixo, Carmo Bernardes (1972, p. 296) conta a dificuldade do vaqueiro Ramiro para com tal atividade:

Já trouxe de lá um pedaço de pau, solução que encontrei para ter coragem de matar o porco. Com uma cacetada na nuca, aproveitar o desmaio, socar a faca. Sou franco em dizer: no meu juízo perfeito, a não ser cego de raiva, nem nunca que tenho coragem de sangrar um vivente. Acho que é perversidade.

Na continuidade da reflexão acerca da ordem do lote, os outros animais ficam soltos e têm geralmente trânsito livre ao redor da casa. Em muitos casos, se o momento em que chegava para fazer a visita de campo coincidia com a “hora do almoço”, tal “proximidade” favorecia o alcance de parte do alimento a ser consumido: presenciei camponesas pegando galinhas, com auxílio dos cachorros, momentos antes de preparar o almoço. Uma delas me pediu que eu a acompanhasse até a horta para que escolhesse o que gostaria de comer como salada. Esta facilidade/liberdade de escolha perpassa a vida dos camponeses assentados. Poder escolher o que vai se comer e como, implica tanto a dieta alimentar como a autonomia impossível na “cidade”, onde tudo é comprado, além da facilidade em ter tudo ao alcance das mãos.

5. Relatos de Campo: o controle camponês

Negócio de lavoura podia ser uma boa indústria, mas é se o roceiro pudesse dependurar uma corda do sol outra da chuva. A plantação pegou a sentir, carecendo de chuva — puxa a corda da chuva; a rama deu de enferrujar com chuva em excesso —, puxa a corda do sol. Mas do jeito que é, sem o lavrador poder governar o tempo, avemaria.
(Carmo Bernardes, 1972, p. 176)

Onde quer que eu tenha realizado entrevistas sobre a organização e a estrutura do lote e da vida do camponês, seja nos assentamentos selecionados para esta pesquisa, ou em outros espaços de encontro — feiras, reuniões, romarias e festas —, as respostas sempre começaram por obedecer a uma lógica da facilidade de acesso e da possibilidade de investir vigilância sobre as coisas do lote, o que tenho chamado de uma “necessidade de controle”. Tudo que aos camponeses parece ser normal, visto que é assim que se considera a rotina do que se pratica habitualmente, procurei olhar como “diferente”, “novo”, “não coincidente”. Mesmo porque o cotidiano está prenhe de minúsculas estratégias, a partir das quais é facilitada a vida — desde a forma como se organiza a casa até a maneira como ela é utilizada.

O uso de cada edificação presente no lote e a forma como são posicionadas, revelam estratégias minúsculas da vida camponesa. Não à toa, a primeira casa no assentamento é quase sempre edificada próxima a um rio; a segunda, num lugar em que é possível associar as outras necessidades de edificação (curral, paiol, horta, cozinha, quintal) e quando isto não ocorre, o camponês justifica-se dizendo que foi “mal-calculado”. Parece haver concordância entre o que estou chamando de “estratégias locacionais dos camponeses com o que Haesbaert (2001) chama de “estratégias identitárias” das áreas de acessibilidade controlada. Nesta perspectiva, recorro novamente ao autor (2001, p. 126) quando diz que o limite é visto então como um elemento fundamental na constituição de territórios, na medida em que serve de constrangimento ao livre acesso, à livre circulação (de bens, pessoas, capital, informações).

A vinda de algum “rancho” na fazenda, para casa na cidade e posteriormente para o assentamento, obrigou a família lavradora a alterar alternativas e hábitos de produção e construir outras formas de acesso aos alimentos. Tais situações fizeram com que o acesso aos alimentos e “bens” fosse escasso, e implicaram a necessidade

de estabelecer entre eles uma proximidade, à medida que deixam de sê-los. Além de poder “controlar” e apreender os períodos de crescimento e desenvolvimento das plantas e animais, a escolha da dimensão espacial entre casa e edificações do quintal permitiu a facilidade de acesso e aproximou homem e mulher camponeses no trabalho cotidiano. Esta proximidade favorece as “ajudas” com uma e outra atividade, como por exemplo, no período em que se aproxima o nascimento de bezerros, fica a cargo da mulher anotar o nome e sexo de cada animal, quando o homem auxilia no parto. Na ordenha, notadamente, a mulher se dirige até o curral para recolher um pouco de leite no preparo do café matutino, quando isto se constitui um hábito da família.

Outras experiências têm exigido uma proximidade entre homens e mulheres camponesas no trabalho diário do lote, como é o caso da produção e abate de frango caipira no lote de Orélio e Genesmar, do assentamento Rancho Grande e Lavrinha respectivamente. Vale narrar esta experiência a despeito de outras tantas que ocorrem nos assentamentos em Goiás⁷³.

5.1 Narrativas do campo: um dia de trabalho numa “casa-granja”

Aos poucos, toda a família acorda ignorando o alvorecer: apenas mais um personagem de um dia árduo de trabalho. Simone, após o café, nos convida para descer pra cozinha da granja — localizada na parte dos “fundos” do quintal, na primeira casa construída do casal no lote —, onde coloca água pra esquentar no fogão de lenha. A água será utilizada para depenar as galinhas. Aos poucos, todos se colocam nos seus papéis, de forma a construírem um cotidiano de trocas e vivências tanto ricas quanto escapáveis à observação. Marcos, filho mais velho, ajuda o pai com o leite e vai para o pasto, trabalhar

⁷³ Na fazenda Mosquito, visitou-se três casos distintos em que a mulher e o homem participam das mesmas atividades (embora haja uma divisão interna do trabalho). No lote de Altair e Nair Tobias, o casal produz, além dos alimentos da despesa, derivados do leite (queijos, doce de leite e requeijão). Ambos realizam o mesmo tipo de trabalho, embora a ordenha, quase sempre seja feita pelo marido e o preparo da massa do queijo fica a cargo da mulher. O marido, neste caso, ajuda na embalagem final e vende os produtos na cidade. No lote de Clóvis e Neuza, o preparo do queijo é exclusivamente feito pela mulher e a ordenha e venda, pelo marido. No caso de Dorvalino e Ilda, o marido cuida dos porcos da cooperativa dos assentados e a mulher fica sempre junto, separando a lavagem, preparando o almoço e cuidando de todas as necessidades do esposo. Neste caso houve um deslocamento da “casa” para cooperativa, local em que, geralmente, o marido passava a maior parte do dia enquanto que o lote ficou aos cuidados dos filhos casados, que se agremiaram no mesmo lote que o pai. Para que este “deslocamento” fosse possível, Ilda levou sua cozinha para um galpão próximo à pocilga e improvisou um local de descanso onde passam a noite em dias de “parto” das porcas.

com a enxada. Verônica, ajuda na granja e no serviço de casa, assim como Valéria, a filha mais nova, ambas nascidas no assentamento Rancho Grande, ainda quando era acampamento e seus pais ajudavam na contribuição da luta pela terra no estado de Goiás. O tempo passado não é lembrado com muita alegria, mas valorizado em sua importância pedagógica e simbólica. Simone conta que ficava *muito sozinha com as crianças*, pois Orélio fez parte da coordenação regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por tal fato viajava e trabalhava muito, nos estudos de “formação política do MST”.

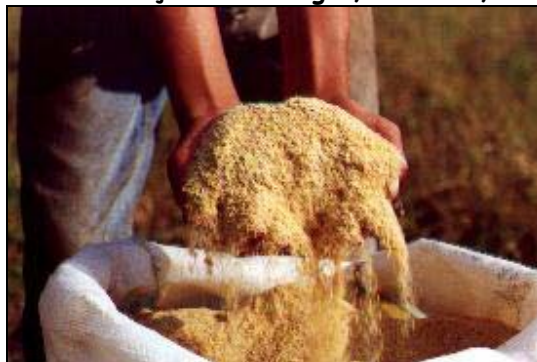
Desejosa em conhecer o lote, acompanhei Simone até a granja, onde sua família e a de Genesmar — no caso constituída por ele e sua mãe —, produzem, matam e limpam “galinhas caipira melhoradas”, para comercializá-las na Feira do Pequeno Produtor, na Cidade de Goiás, às sextas feiras e aos domingos. O local em que ficam os frangos ainda “pintinhos” é no lote do Genesmar, conforme demonstro nas fotos abaixo.

Foto 5 - Granja, Lavrinha, 2002.



Fonte: Rixen, Benoix, CPT - arquivo.

Foto 6 - Ração dos frangos, Lavrinha, 2001



Fonte: Rixen, Benoix, CPT - arquivo.

Foto 7 - Frangos preparados para o abate, Lavrinha, 2001



Fonte: Rixen, Benoix, CPT - arquivo.

A limpeza dos frangos é feita em um pequeno rancho, nos fundos da casa de Orélio e Simone, assentamento Rancho Grande (vizinho da Lavrinha). “Essa foi a primeira casa que eu tive, minha mesmo” – disse Aurélio, orgulhoso sobre o rancho, um quadrado de pau-a-pique repartido em quatro partes diferentes, sendo a cozinha e a sala os maiores cômodos. Um varal de madeira com pedaços de fio de nylon segurados por pregos, formando vários arcos. No centro há uma mesa improvisada por dois cavaletes e uma porta de madeira e um tanque cheio de “treco” sendo que em uma das “bocas”, banana, se der fome. Aos poucos chegam os frangos, trazidos por Orélio e Genesmar, de caminhonete. Os quatro vão aos poucos pendurando os mesmos de ponta cabeça no varal, dois a dois. Ali são sacrificados, geralmente pelos dois homens e formam um corredor de sangue no chão. Após serem retirados, os homens queimam-lhes os pés para que saia a pele, e os jogam na caldeira de água quente. Enquanto trabalham falam de assuntos mil, todos relacionados à vida na roça: uma vaca leiteira que pretendem adquirir é uma leitoa que está na hora de comer, a horta que deve ser reiniciada.

Seqüência de fotos 8: Sacrifício dos frangos; Retirando a pele dos "pés" e Depenando com a caldeira



Fonte: Trabalho de Campo, 2002.

Os frangos são pouco a pouco retirados da caldeira e inseridos no depenador. Orélio e Genesmar são os responsáveis por este trabalho, enquanto Simone e Benedita e eu (arrolando fazer uma pesquisa-participante) retiramos as penugens restantes, abrimos e limpamos os frangos. Após a lavagem, os frangos são colocados numa caixa de isopor e secos, então são ensacados e guardados no freezer.

Foto 9: Retirando as penugens finais e separando os "miúdos"



Fonte: Trabalho de Campo, 2002.

Foto 10: Lavando e colocando em estado de “congelamento”



Fonte: Trabalho de Campo, 2002.

As duas famílias que trabalham com o projeto do frango caipira fazem-no com ajuda de agentes pastorais, que auxiliam na qualidade da ração utilizada para que o frango não perca a característica de ser “caipira”. Os frangos são comercializados na “Feira do Pequeno Produtor”, um espaço criado pela CPT, os camponeses — assentados e pequenos produtores — e a prefeitura de Goiás, para que os produtos dos camponeses pudessem ser comercializados.

Neste primeiro dia de trabalho a relação comigo foi bastante tranquila, embora às vezes não me inserissem no diálogo que construía. Foi muito interessante participar do convívio desta família, especificamente porque ali se encontravam três gerações distantes e ao mesmo tempo muito próximas: Benedita, Aurélio, Simone e Valéria, filha do casal que estava de férias da Escola Família Agrícola⁷⁴. A partir desse encontro de gerações, conheci também como elas confluem. Mesmo aparentemente diferentes, se compreendem e se reconhecem por terem, a meu ver, elementos em comum: a campesinidade como ordem subjetiva.

Pode-se, a partir dessa experiência, observar que, assim como o trabalho é uma forma de solidificar unidade familiar e garantir a subsistência a partir de alternativas de produção, as famílias camponesas se comunicam diariamente enquanto trabalham. No final do dia, após a janta, conversa-se sobre outros assuntos, como se no dia precedente o “projeto” já estivesse afixado em algum lugar da memória. Não há comunicação e

⁷⁴ A EFAGO é baseada na Pedagogia da Alternância, desenvolvida na França a partir de 1935. Alterna períodos de internato e períodos de permanência com a família, exatamente para que os adolescentes não se distanciem do cotidiano afetivo e produtivo da família.

“determinação de ordem” enquanto se trabalhava na granja, nem em nenhum dos outros lotes visitados nessa pesquisa. No período observado, não ouvi ninguém “dando ou recebendo ordens”, o que me fez pensar que há, pelo camponês, uma organização subjetiva já edificada na forma de vivenciar e organizar o seu espaço de vivência. Há um silêncio ordenador, associado a uma comunicação gestual, como a demonstrar o grau de profundidade e possibilidade de se transformar gestos em intencionalidades e ações. Tal silêncio faz pensar que no assentamento, no que se refere a trabalho, persiste uma sociabilidade mais intimista e familiar, mesmo que, por vezes, o isolamento doméstico produza sensações de solidão e que as referências de senso de privacidade pareçam confusas.

Contudo, meus objetivos, parcialmente alcançados nessa pesquisa, foram de perscrutar sobre a organização do lugar de vida do camponês. É claro que nesse ínterim percebi que há diferenças entre os assentamentos a respeito da idade de implantação de cada um e do momento de maturidade de cada lote, bem como da potencialidade de produção das famílias entre si e a fertilidade dos solos. Mas estas questões foram arroladas em outras pesquisas, e são citadas aqui apenas no que tange ao meu propósito: perceber que o assentamento rural, edificado a partir da ocupação de terras, é uma das garantias da continuidade da condição camponesa enquanto identidade.

Ainda assim, é possível enumerar muitas outras possibilidades de investigação e questionamentos no campo que foi proposto. Acredito que as mesmas poderão ser trabalhadas em outras pesquisas, tanto de nossa pretensão, como de autoria de outros geógrafos os quais venham propor pensar o camponês ou uma “campesinidade” a partir de outras perspectivas e referenciais teóricos. Acredito que a pesquisa desenvolvida contribuiu para que se ampliasse o universo de conhecimento e questionamentos acerca do camponês goiano e, mais ainda, para que se percebesse ser o tema um campo mais que fértil para análises futuras.

Conclusão

Assumir nossa subjetividade implica assumir nossos erros; e, talvez o pior deles seja nossa pretensão em invadir campos onde a antropologia, a sociologia, a psicologia, a história e outras ciências humanas já estão anos-luz à frente da geografia. Mais isto não as faz portadoras da verdade.

(Maia, 2001, p. 196)

O geógrafo autor da epigrafe, estudioso das Cavalhadas de Pirenópolis, em Goiás, apresenta uma questão importante àqueles pesquisadores que pretendem iniciar um estudo, com as características do proposto, por ser, de fato, preocupações que só vêm se apresentando recentemente na Geografia. Em verdade, a linha na qual o mesmo transita é comum à nossa quando estamos entendendo que há uma geografia nos fenômenos sociais que ainda não foi totalmente —e talvez nem tão cedo seja —, conhecida. Tais fenômenos — sejam as festas, ou as manifestações religiosas, os movimentos sociais ou a singularidade do lote como expressão da identidade do camponês —, já se fizeram, todavia, investigados por “outras ciências” embora não os tenha esgotado. Aqui pretendíamos debater uma forma de investigação no campo da geografia agrária.

Segundo Moscovici (1994), todas as culturas que conhecemos possuem instituições e normas formais que levam à individualização e à socialização, independente de que grupos sociais ou instituições políticas e/ ou religiosas venham integrar seu agir no mundo. Durante todo trabalho, estivemos preocupados em discutir as particularidades sócio-culturais dos camponeses assentados em Goiás, no aspecto da produção espacial da luta pela terra, os quais passaram por processos de “socialização”, mantendo sua “individualização”, enquanto marca identitária. Buscamos entender de que forma eles compõem a travessia do sertão, que *em parte* deixa de ser lugar dos donos de terra e passa ser *território camponês*, além de apontar o modo particular como se tem corporificado tal travessia, na escala do lote.

Como se não bastasse termos percebido as repetições da forma de organizar o lote (quanto a distribuição do que chamamos de “edificações”, outrora

explicadas), a maneira como os camponeses informantes demonstraram “se enxergar” e “se representar”, no resultante de seu trabalho diário, pudemos concluir que o trabalho constitui uma das práticas sociais utilizadas pelos camponeses, não apenas como manutenção das condições de vida, mas como uma forma de inserção no seu universo simbólico constitutivo, porém recriado. Dessa forma, o estudo feito por Brandão (1981, p. 7), a partir de camponeses do sertão, localizados em Mossâmedes, demonstrou que a nossa afirmativa de associar a relação existente entre vida e trabalho, ou mesmo de trabalho como forma de expressar a vida, não é descomedida. Vale a pena citar um trecho da introdução presente no livro *Plantar, Colher e Comer*, desse autor,

Quando convidado a falar sobre a sua vida, o lavrador de Mossâmedes fala sobre o seu trabalho. Quando ele fala a respeito de seu trabalho, está falando sobre como e onde produz, adquire e consome alimentos. Entre as muitas e complexas atividades e relações da produção direta de alimentos de origem vegetal e animal; entre esforços por fazer circularem tipos de “mantimento” e os momentos de consumo da comida, o lavrador emprega a maior parte do seu tempo de cotidiano e organiza o núcleo mais motivado de representações sobre o seu mundo.

Um dos fatos que nos levam a afirmar isto é o seguinte: na fabricação do queijo, por três experiências “calculei” o valor equivalente à quantidade despendida para se fazer o produto e o preço do leite entregue de forma “pura”, como muitos camponeses fazem. O valor final do queijo — produto da alteração da forma pura do leite, somado ao trabalho de quem o fez —, é o mesmo valor da quantidade de leite “puro”, ou seja, não há o cálculo “a mais” das horas de trabalho despendidas e quando isto acontece, são, a meu ver, acréscimos ínfimos.

Esta experiência nos fez pensar que, alguns camponeses, no assentamento, fazem queijo por recriação cultural da identidade, uma forma de voltar ao exercício de uma atividade aprendida no “passado” e não pelo valor que o mesmo possa ter como lucro. Fazer queijo, não tem, portanto, se configurado uma atividade “lucrativa” para as famílias dos assentados⁷⁵. No entanto, para os vendedores de queijo da feira, a ordem tem sido a de um lucro que vai de 0,50 centavos até R\$ 1,00, no máximo. Ainda assim, vale lembrar que os fazedores/vendedores de queijo se orgulham de terem fregueses relativamente freqüentes, que apreciam seus produtos.

⁷⁵ Exceto no caso da família de Altair Tobias do Mosquito, que “otimizou a produção” vendendo o produto embalado.

Outra questão importante é a respeito da ordem das tarefas realizadas no dia. Desde o ordenamento temporal até as escalas de tarefas —aquilo que se realiza primeiro e a ordem das atividades que vêm em seguida —, há normas particularizadas que são tidas como “comuns” e que são, na verdade, o que chamamos de “controle do tempo e do espaço”. O período matutino tem sido mais utilizado para a realização de tarefas cotidianamente repetidas, como a ordenha — e os cuidados com os bovinos em geral —, enquanto que as outras “criações” são cuidadas ao longo do dia, com os restos de comida que sobram (o soro do leite e a comida que sobra do almoço alimenta porcos, galinhas e animais de estimação). No mundo camponês aqui cartografado impera a organização espacial enquanto linguagem, na qual interação, embora recriadas e em menor frequência que “no tempo antigo”, relações “antigas” — vivenciadas na infância e/ou no período em que as pessoas residiram no “lote do patrão”, como por exemplo: a reciprocidade vicinal — experiências de ajuda mútua como “troca de serviço”, visitas periódicas aos vizinhos (uma vez ao mês e, em poucos casos, semanais), rituais religiosos plurais⁷⁶ (católicos e protestantes), além de outros rituais de cooperação⁷⁷.

A ponte entre os traços de “controle do tempo e do espaço” e a identidade camponesa dos assentados rurais configura-se um meio de entender a produção espacial do lote que se organiza repetitivamente de maneira parecida. Não houve um consenso anterior na disposição das edificações do lote, não houve um cálculo sob o qual se decidiu que seriam dispostos da forma como são e, mais ainda, não houve conformidade para decidir ser a cozinha e a “área de fora” locais primeiros de recepção das visitas. Estas singularidades acontecem porque são apreendidas e recriadas, mesmo que, em poucos casos a “sala de visita” seja o espaço de recepção —como aconteceu conosco em duas vezes —, ela não se mostra o espaço da liberdade gestual, nem tampouco da tranquilidade, como os outros já citados.

⁷⁶ Os cultos registrados os quais os assentados informantes disseram participar são marcadamente dessas duas religiões, não havendo, portanto registros de quaisquer outras. Além dos cultos, a maior parte dos assentados disse participar com grau de frequência mensal e/ou trimestral das festividades ligadas as igrejas (comemorações dos dias das mães, festas do divino, comemorações de aniversário do assentamento, sendo que, esta última, tem sido realizada na sede da igreja católica).

⁷⁷ Presencamos alguns casos em que se recorreu aos vizinhos para pedir um pouco de arroz “sem casca”, perto da hora de almoço; Em outro caso foi solicitados ovos, limão e pimenta. As crianças são utilizadas para fazer o serviço de “pedir”, a mando dos pais. Estive presente em dois casos em que assentados disseram gostar do vizinho por ele sempre estar disposto a ajudar, quando se precisa construir uma edificação qualquer no lote, ou no aperto de serviço de colheita e outras tarefas eventuais.

O curioso é que todos os traços repetidos dos camponeses, que são recriados na forma como se vivencia e se projeta o espaço, são manifestados coletivamente como se nunca tivessem sido retirados deles. Tais eventos marcantes — tanto o dos ritos regulares como os ocasionais —, fazem crer que o camponês assentado foi capaz de reconstruir sua identidade face a experiência de expropriação e o período em que residiu na cidade, por mais longa que estes tenham sido. Lidamos com um camponês que alterou sua espacialidade, pois têm novos instrumentos de comunicação e visibilidade, elementos conseguidos através da antena parabólica, televisão e acesso às informações do mundo, não estão mais “escondidos” no sertão e nem estão imunes às modernidades na forma e nos meios técnicos de produzir. Porém ele fez suas opções de viver e produzir, apesar das limitações decorrentes no âmbito econômico.

As mais diferentes e múltiplas tentativas de produções coletivas, das descritas nos livros utilizados neste trabalho às contadas pelos camponeses nos assentamentos rurais em Goiás, demonstram uma opção pela produção individual, ou seja, os assentados têm dificuldades para se organizarem coletivamente o que significa uma recriação da identidade anterior. As poucas experiências coletivas que existem têm sido as cooperativas e mesmo assim enfrentam dificuldades.

Um outro ponto importante tratar é a particularidade da construção do lugar camponês mediante sua trajetória de expropriação. Antes de escrever a conclusão desse trabalho, estivemos mudando de residência, saímos do município de Goiás e voltamos para Goiânia. Em uma das nossas andanças no novo bairro em que estamos morando, refletindo acerca dos camponeses que “deixamos”, conhecemos um senhor chamado Sebastião⁷⁸, baiano de Vitória da Conquista, que arrenda um lote da Encol — empresa responsável pelo loteamento que deu origem ao bairro —, local em que mora com mais três famílias. No lote de Sebastião, há uma distribuição espacial parecida com os lotes encontrados nos assentamentos que visitamos, porém, há um bananal com 200 bananeiras e uma extensa horta com muitas variedades de verduras e legumes (couve, alface, almeirão, repolho, cebolinha, salsa, cenoura, beterraba...) e mais ainda, um maracujazeiro de mais ou menos 30 metros de extensão. Vemo-nos, novamente, cara-a-cara com o camponês deterritorializado nos grandes centros urbanos, embora este continue plantando para

⁷⁸ O nome é fictício.

sobreviver. A forma como Sebastião ficou satisfeito que elogiássemos seu “lote”, e a satisfação presente em seu sorriso, a sombra das bananeiras, fez-me recordar a fala de muitos dos camponeses com os quais conversei, a respeito do orgulho com os frutos de seu trabalho. Porém, a qualquer momento a empresa que “empresta” o lote a Sebastião pode resolver trocar suas plantações por prédios valiosos, uma vez que a cidade cresce e necessita de edificações que apresentem fontes mais rentáveis, projeto no qual não cabem nem o camponês des-territorializado, nem sua enorme família.

Ainda no lote desse senhor, perguntamos sobre seus motivos para sair da Bahia e seu desejo em ter uma terra que fosse sua. Para a primeira pergunta ele respondeu que veio em busca de trabalho na cidade, mas que não encontrou nada que pudesse melhorar sua condição de vida e dar “escola para seus filhos”. Quanto a segunda pergunta, respondeu ser seu sonho, porém que já tinha desistido de realizar.

Na experiência com Sebastião, reencontramos o que pensávamos ter deixado pra trás, no município de Goiás. Ele é um camponês retirante que continua significando sua existência, num espaço um pouco afastado do centro de Goiânia e que, como muitos, sonha com a possibilidade de ter sua terra e tudo que é possível conquistar a partir dela. Plantador de verduras, o sertanejo baiano demonstra sua fidelidade com o trabalho, dizendo que faz o que sabe fazer (plantar) e é feliz com esta atividade.

A trajetória de vida do camponês e as experiências adquiridas nos espaços por onde passou, não o fazem perder a essência organizativa do lote em que reside. Isto explica o motivo pelo qual se repete a distribuição espacial das edificações do lote dos camponeses assentados no município de Goiás. Mesmo tendo passado por outras experiências de moradia, condições em que as disposições e as edificações eram impossíveis de existir, por limitações espacialmente construídas, o camponês circunda a casa com os motivos de sua vida e trabalho. Parece-nos que a organização e a disposição espacial das edificações no lote do camponês são elementos constitutivos de sua memória ausente, re-projetados espacialmente na construção do lote no assentamento.

Conscientemente ou não, os camponeses retomam o modo de vida, o ritmo cotidiano, re-atualizam sua vida familiar, re-costuram redes sociais diversas a partir de ritos jamais ausentes, mesmo porque se o espaço-tempo mudou, as pessoas continuam carregando suas histórias em seus corpos. Esta é a idéia de fazer do sertão um modo de ser,

um espaço- tempo que “está em toda parte”, e, uma identidade. Assim também é o camponês um modo de ser que se projeta em toda parte, uma identidade.

Na investigação do cotidiano dos grupos estudados, percebemos que, não importando quais sejam as representações em torno da família, do grupo, da cidade, das relações sociais, a referência central de tal identidade permanece sempre sendo o trabalho. A consciência dessa existência restaura o conhecimento das referências identitárias dos grupos camponeses e é através dela que os mesmos se motivam a participar da luta pela terra. É neste sentido que, ao se ajuntarem, os camponeses, por mais que sejam de origens diferentes, relacionam-se coletivamente, conforme disse Fernandes (2001, p. 72-3):

Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam famílias de vários municípios e de mais de um Estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, rompem com localismos e outras estratégias advindas de interesses que visam impedir e ou dificultar o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores.

O camponês vincula sua vida à relação com o trabalho e com os objetos de realização, expressivos de sua identidade. Assim, nega o chão virgem por cima da lavoura e afirma sua própria potência nos objetos que utiliza. Mais ainda desenvolve uma potência adormecida no solo, produzindo o alimento. Este é o sentido universal do trabalho camponês, a possibilidade de transformação que mora na lida com os objetos, a forma como injeta o próprio corpo, mesmo que sujeito a esgotabilidade, alterando a paisagem, produzindo para continuidade da vida, solidificando sua identidade. Assim, mesmo que o camponês tenha perdido os espaços-referência da sua identidade, é no tempo que ele encontra um depósito-reposo para suas memórias (re) anunciando em novos espaços de referência, a memória organizativa da identidade que repousava e que acaba por acordar. Que outros lugares venham despertar no camponês o desejo de grafar no espaço suas marcas, para que sejam tanto atuais como infundas.

Referência Bibliográfica

- BACHELARD, Gaston. A Poética do Espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BERNARDES, Carmo. Jurubatuba. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1972.
- BERNARDES, Carmo. Nunila: A mestiça mais bonita do sertão brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- BERTRAN, Paulo. Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil. Brasília: Codeplan, UCG, 1988.
- BOFF, Leonardo. E a Igreja se fez povo – Elesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOMBARDI, L.M. O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BONNEMAISON, Joel e CAMBREZY. Le lien territorial: entre frontières et identités. Geographies et Culturas. Paris: L' Harmattan / CNRS, 1996, nº20.
- BORDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. 6ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL; Americano do. Pela História da Goiás. Goiânia: Cegraf 1982. (Série Documentos Goianos).
- BRANDÃO, Carlos R. e Ramalho, José, R. Campesinato Goiano – três estudos. Goiânia: Coleção Documentos Goianos, Ed. da UFG., 1986.
- BRANDÃO, Carlos R. Memórias Sertão: cenários, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. São Paulo: Editora Conesul e Ed. da Universidade de Uberaba, 1998.
- BRANDÃO, Carlos R. Peões, Pretos e Congos : Trabalho e Identidade Étnica em Goiás. Goiânia, Editora Universidade de Brasília, 1977.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Crença e Identidade: campo religioso e mudança cultural. In: Sanchis, Pierre. Catolicismo: unidade religiosa e plurarismo cultural. São Paulo: Ed. Loyola, 1992, pp.7 – 74.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Plantar, Colher e Comer. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- CANDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, Coleção Espírito Crítico, 2001.
- CARLOS, Ana Fani Alexandri. O Lugar no/ do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas. Goiânia: Coleção Teses Universitárias, Editora da UFG, nº 42. Tese de Mestrado, 1986.
- CASTELLS, Manoel. O Poder da Identidade. : São Paulo : Paz e Terra, 2ª ed., 1999.
- CASTORIADIS, Cornélio. A Instituição Imaginária da Sociedade. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Iná de. Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação. In: CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) Explorações Geográficas : percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CASTRO, Mary Garcia. Palavras em busca de corpos e terras: identidade, identificação, políticas de identidade – leituras de esquerda. In: Castro, M. G. e org. Caderno do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia. Identidades, Alteridades, Latinidades. Salvador: Editora Caderno CDH, 2000, pp.55-86.
- CERTEAU, Michel de (org.) A Invenção do Cotidiano – Artes de fazer. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de (org.) A Invenção do Cotidiano – Morar, cozinhar. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil: Mito Fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia Cultural. In: Castro, Iná de e (Orgs.). Explorações Geográficas: percursos no fim do Século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CLAVAL, Paul. La Pensée Géographique: Introduction à son histoire. Paris: Publications de la Sorbonne, 1969.

- CLAVAL, Paul. Le marxisme et l'Espace. Paris: L'Espace Géographique, 1977, 6 (3): 145 – 164.
- CLAVAL, Paul. Le Néo-Marxisme et L'Espace. Paris: L'Espace Géographique, 1987, 16 (3): 161 – 166.
- CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave em geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço geográfico: algumas considerações. In: Santos, Milton. Novos rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982, pp.25-34.
- DEMO, Pedro. Participação é Conquista. 5ª Ed. São Paulo: Cortez Editora,, 2001.
- DUARTE DA SILVA, Luis Sergio. A Construção de Brasília – Modernidade e Periferia. , Goiânia : Ed. da UFG, 1997.
- ELIAS, Nobert e SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ELIS, Bernardo. Veranico de Janeiro . Rio de Janeiro: J. Olympio, 1915.
- ESTERCI, Neide. Conflito no Araguaia – Peões e posseiros contra a grande empresa. , Petrópolis : Ed. Vozes, 1987.
- ESTEVAM, Luiz. O Tempo da Transformação. Goiânia: UCG, 2002.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. In: Geografia, Política e cidadania. São Paulo: Revista terra livre, n.º 15, pp. 58 a 86, AGB, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. MST – Formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERRATER MORA, José. Dicionário de Filosofia. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

- FERREIRA, Darlene Aparecida de O. A Geografia Agrária brasileira da década de 30 à de 90: concepções e temáticas. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente: 1998.
- FREITAS, Enyr A. G. de. O Assentamento Mosquito: um registro para história da reforma agrária em Goiás. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, ICHL/UFG, Goiânia, 1994.
- FROMM, Eric. Análise do Homem. Biblioteca de Ciências Sociais, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1966.
- FROMM, Eric. O conceito Marxista do homem. Biblioteca de Ciências Sociais, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1966.
- GOMES, Luis Antônio Lopes. A Dolorosa Transição (de trabalhadores Sem terra a trabalhadores Com a Terra). 1995, 275fl. Dissertação de Mestrado. UFG/ICHL/ Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias. Goiânia.
- GONH, Maria da Gloria. Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GUATTARI, Félix e RONILK, Suely. Micropolítica - Cartografias do Desejo. 4ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. Formas de Organização Camponesa em Goiás. Goiânia: Coleção Teses Universitárias, nº 47, Editora CEGRAF, 1988.
- HAESBAERT, Rogério. De-territorialização e Identidade gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff (Editora da Universidade Federal Fluminense), 1997.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: Rosendahl, Zeny e Corrêa, Roberto Lobato (Orgs). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. pp. 169-190.
- HAESBAERT, Rogério. Território, Cultura e Des-territorialização. In: Rosendahl, Zeny e Corrêa, Roberto Lobato (Orgs). Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000. pp. 115 - 143.
- LEFÉBRE, Henri. La Production de L'Espace. Paris: Anthropos, 1974.
- LISITA, Cyro. Latifundiários, Violência et Pouvoir: Lês relations avec la paysannerie et l'église dans l'Etat de Goiás-Bresil. Thèse de Doctorat en Sociologie (2 tomes), à

- l'École de Hautes Etudes en Sciences Sociales, sous la direction de Michel WIEVIORKA, Paris, 1992.
- MACHADO, Monica Sampaio. Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de Espaço, Território e Territorialidade. In: Revista de Geografia da UERJ, nº 1, Rio de Janeiro: 1997.
- MAIA, Carlos Eduardo Santos. O retorno para a festa e a transformação mágica do mundo: nos caminhos da emoção. In: Rosendahl, Zeny e Corrêa, Roberto Lobato. Religião, Identidade e território. Rio de Janeiro: Ed.uerj, 2001, pp.176 – 199.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de Camponês. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa. Anais CD – Room. João Pessoa, 2002, p. 01-11.
- MARTIN, Jean-Yves. A Geograficidade dos Movimentos Socioespaciais. In: Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 19/20, p. 26-41, nov. 1997.
- MARTIN, Jean-Yves. Les Sans-Terre Du Brésil – Géographie d'un mouvement socio-territorial. Paris : L'Harmattan, 2001.
- MASCENO, Jofre. Imagem Reflexa. Goiânia: Ibrace, 1989.
- MELO NETO, João Cabral de. Morte e Vida Severina e outros poemas em voz alta. 16ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1982.
- MOREIRA, Rui. Espaço: o corpo do tempo. 1994, São Paulo: Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- MOSCOVICI, Serge. Prefácio. IN: JOVCHELOVITCH, Sandra e GUARECHI, Pedrinho (Orgs.) Textos em Representações Sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MOURA, M. M. Camponeses. São Paulo: Editora Ática, 1986. (Princípios).
- NASCENTE, Gabriel. Um balde cheio de flores pra Manuela não chorar. 2ª ed. Goiânia: Oriente, 1974.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: Carlos, Ana Fani A. Novos caminhos da geografia. Contexto: São Paulo, 1999.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Território e Migração: uma discussão conceitual na geografia. Conferência do Simpósio Nacional de Migração, Nação, Lugar e Dinâmicas

- Territoriais, São Paulo: Departamento de Geografia – FFLCH / USP / UGI, 1999. (inédito)
- PESSOA, Jadir de Moraes. A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel. Editora Alínea: Campinas, 1999.
- PESSOA, Jadir de Moraes. A Revanche Camponesa. Editora Cegraf. Goiânia, 1999.
- PESSOA, Jadir de Moraes. A Revanche Camponesa: cotidiano e história em Assentamentos de Goiás. 1999, Campinas: Tese de doutoramento, UNICAMP.
- PESSOA, Jadir de Moraes. Cotidiano e História: para falar de camponeses ocupantes. Goiânia: Coleção Quíron / Série Agros, Editora Cegraf, 1999.
- RAMOS, Hugo de Carvalho. Tropas e Boiadas. 8ª ed., Goiânia: Fundação Pedro Ludovico Teixeira. Editora UFG, 1998.
- SANDES, Noé. A Invenção da Nação: Entre a monarquia e a república. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.
- SANTOS, Douglas. A reinvenção do Espaço – diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- SANTOS, Milton. De la totalidad al lugar. España: oikos-tau, 1995.
- SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Hucitec, 1985.
- SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade (ensaios). Petrópolis: Vozes, 1982.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Internacional. São Paulo: Hucitec, 1994
- SCOLARO, Arcangelo. Profecia e Diálogo – Análise Sócio-Cultural da Diocese de Goiás (1967-1998). Dissertação de Mestrado, UCG, Goiânia, 2001.
- SHMALZ; Yêda. Pão de Avião. IN: Atalanta. Goiânia: Ed. da UCG, 1987.
- SHANIN, Teodor. La clase incomoda: sociología política del campesinado en una sociedade en desarrollo (Russia 1910 – 1925). Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Território do Outro, problemática do Mesmo? O princípio da autonomia e a superação da dicotomia universalismo versus relativismo cultural. In: Rosendahl, Zeny e Corrêa, Roberto Lobato (Orgs). Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000. pp. 145-176.

- SPOSITO, Marília Pontes. A Produção Política da Sociedade. In: MARTINS, José de Souza (orgs). Henri Levebre e o retorno à dialética. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- THOMPSON, Edward Palmer. Senhores e caçadores: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- VICENTINI, Albertina. O regionalismo de Hugo de Carvalho Ramos. Goiânia: Coleção Quíron/ Série Verbo. Editora da UFG, 1997.
- VIDAL E SOUZA, Candice. A Pátria Geográfica – Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- WOORTMANN, Ellen. Herdeiros Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sertões do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. In: Anuário Antropológico / 87, Brasília/ Rio de Janeiro: Ednub/Tempo Brasileiro, 1990, pp. 11 – 73.
- ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. IN: MEDEIROS, Leonilde e (Orgs.). Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.